



Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Sênior da Primeira Série (o “Prospecto”) do  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MOTOROLA  
INDUSTRIAL**

C.N.P.J./M.F. n.º 07.647.842/0001-89  
Administração – BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Código ISIN n.º BRFMOTCTF003

**RATING DAS QUOTAS SÊNIOR AA-(bra)**

**FitchRatings**

Distribuição pública de 538.000 (quinhentas e trinta e oito mil) quotas sênior da primeira série (“Quotas Sênior” e “Primeira Série”, respectivamente) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial (“Fundo”), totalizando:

---

**R\$ 538.000.000,00**

---

O Fundo destina-se a adquirir direitos de crédito a) de titularidade da Motorola Industrial Ltda. (“Motorola Industrial”) das seguintes instituições financeiras, desde que não sejam titulares de Quotas Sênior do Fundo: Banco Bradesco S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A. (“Instituições Financeiras”, sendo a Motorola Industrial em conjuntos com as Instituições Financeiras referidas simplesmente como a “Cedente”). Os direitos de crédito são originados de operações de venda a prazo de produtos de fabricação e comercialização pela Motorola Industrial e exclusivamente de financiamentos concedidos aos Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel para aquisição de produtos fabricados e comercializados pela Motorola Industrial, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento (“Direitos de Crédito”),. Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos de Crédito, vide a Seção 5 deste Prospecto.

As Quotas Sênior serão objeto de distribuição pública no mercado de balcão não organizado (“Oferta”). A Primeira Série do Fundo compreende a emissão de 538.000 (quinhentas e trinta e oito mil) Quotas Sênior com preço inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando um montante de R\$ 538.000.000,00 (quinhentos e trinta e oito milhões de reais) (“Valor Inicial da Oferta”) e 16.640 (dezesseis mil, seiscentas e quarenta) quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”), também com preço inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma totalizando o patrimônio inicial do Fundo o montante de R\$ 554.640.000,00 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta mil reais). As quotas Subordinadas não são objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pela Motorola Industrial nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças celebrado entre a Originadora e o administrador do Fundo, a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Administrador”), sociedade com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar. Para os fins deste Prospecto, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão designadas em conjunto como as “Quotas”.

De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos potenciais investidores, para aquisição das Quotas Sênior à época da realização da Oferta, o valor inicial da Oferta, de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), foi aumentado por lote suplementar (“Lote Suplementar”) e quantidade adicional (“Quantidade Adicional”), em montante correspondente a 34,5% (trinta e quatro vírgula cinco por cento) do valor inicial da Oferta. Quaisquer Quotas Sênior objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Quotas Sênior objeto da Oferta.

O Fundo foi constituído em 10 de outubro de 2005 por meio do “Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial” e seu regulamento foi registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 11 de outubro de 2005, sob o n.º 195986 (“Regulamento”). A Oferta foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) em 11 de outubro de 2005 sob o n.º CVM/SER/RFD/2005/037, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01.

Os investidores devem ler a Seção *Fatores de Risco* deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, da Motorola Industrial, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte do Administrador de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

**A Carteira do Fundo pode ser composta por Ativos Financeiros (conforme definido neste Prospecto) com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas do Fundo se comparada à oscilação no valor de quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior.**

**O tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como do prazo médio dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira. Não há garantias de que o tratamento tributário aplicável aos Quotistas, quando da amortização e/ou resgate de suas Quotas, será o mais benéfico dentre os previstos na legislação tributária vigente. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos quotistas e ao Fundo, vide Seção 4 deste Prospecto, item “Regras de Tributação do Fundo”.**

Não é permitida a realização de esforço de venda de Quotas objeto da Oferta a investidores classificados como *US Person* conforme *Regulation S* do *Securities Act of 1933*.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”) para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da CVM.

**O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas.**

**“A autorização para funcionamento e/ou oferta das Quotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.”**

Quaisquer solicitações de esclarecimentos sobre a Oferta e o Fundo devem ser feitas exclusiva e diretamente aos Coordenadores. A Motorola Industrial não prestará quaisquer informações e/ou esclarecimentos aos investidores sobre o Fundo e/ou a Oferta.

## Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder e Distribuidor



Custodiante



Agência de Rating



Coordenadores e Distribuidores



Gestor



Auditor do Fundo



Administrador



Assessoria Legal



A data deste Prospecto é 22 de junho de 2007

## ÍNDICE

<b>1. DEFINIÇÕES</b>	<b>06</b>
<b>2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA</b>	<b>13</b>
<b>3. FATORES DE RISCO</b>	
• Riscos de Mercado .....	20
• Riscos de Crédito .....	20
• Riscos de Liquidez .....	22
• Riscos Provenientes do Uso de Derivativos .....	22
• Riscos Operacionais .....	22
• Riscos de Descontinuidade .....	23
• Riscos de Concentração da Carteira .....	24
• Riscos do Agente de Recebimento .....	24
• Riscos da Motorola Industrial .....	24
• Outros Riscos .....	25
• Informações contidas neste Prospecto .....	26
<b>4. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MOTOROLA INDUSTRIAL</b>	
• Base Legal .....	28
• Público Alvo .....	28
• Administração .....	28
• Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas do Fundo .....	28
• Agência Classificadora de Risco das Quotas Sênior .....	29
• Auditoria .....	29
• Objetivo de Investimento .....	29
• Política de Investimento e Composição da Carteira .....	30
• Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas .....	32
• Condições de Amortização e Resgate das Quotas .....	38
• Assembléia Geral de Quotistas .....	41
• Avaliação dos Ativos do Fundo .....	44
• Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo .....	44
• Enquadramento da Razão de Garantia .....	48

• Amortização Extraordinária para fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito Elegíveis e da Política de Investimento .....	49
• Política de Divulgação de Informações relativas ao Fundo .....	49
• Forma de Divulgação de Informações .....	50
• Atendimento aos Quotistas .....	50
• Taxas e Encargos do Fundo .....	51
• Regras de Tributação do Fundo .....	52
• Procedimentos de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança .....	54

## **5. ORIGINAÇÃO, FORMALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

• Direitos de Crédito .....	58
• Termos e Condições das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo .....	59
• Resolução da Cessão de Direitos de Crédito .....	67
• Critério de Apuração do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito .....	67

## **6. A ORIGINADORA DOS DIREITOS DE CRÉDITO – MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA.**

• Breve Descritivo da Motorola Industrial e suas Atividades .....	71
• Procedimento de Concessão de Crédito para os Clientes da Motorola Industrial .....	73
• Procedimento de Cobrança Aplicável aos Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança .....	75

## **7. OS SACADOS DOS DIREITOS DE CRÉDITO E A PERFORMANCE DA CARTEIRA**

• Clientes do Setor de Telefonia Móvel .....	78
• Clientes do Setor Varejista .....	84
• Performance Histórica da Carteira de Direitos de Crédito da Motorola Industrial .....	93

## **8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

• Informações sobre as Partes .....	97
• Relacionamento entre as Partes .....	100

## **9. ANEXOS**

• Anexo I - Sumário dos Contratos da Operação .....	105
• Anexo II - Cópia da Deliberação do Administrador para constituir o Fundo e aprovar o Regulamento .....	108
• Anexo III - Cópia do Regulamento .....	112

- Anexo IV - Modelo da nota fiscal e comprovante de entrega referente às operações de venda..... 179
- Anexo V - Relatório da Agência Classificadora de Risco das Quotas Sênior ..... 181

## **1. DEFINIÇÕES**

---

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 00.066.670/0001-00.
Agência Classificadora de Risco	Agência Classificadora de Risco das Quotas Sênior do Fundo, que poderá ser escolhida dentre uma das seguintes agências classificadoras de risco: Standard & Poors, Moody's Investors Services ou Fitch Ratings. Na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco do Fundo era a Fitch Ratings.
Agente de Recebimento	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, contratado pelo Fundo e pela Motorola Industrial como Agente de Recebimento para acolher os valores referentes aos pagamentos via transferência eletrônica disponível (TED) dos Direitos de Crédito devidos pelos Clientes relacionados no Contrato de Cessão (abaixo definidos).
Anúncio de Início	Anúncio de início da distribuição pública das Quotas Sênior da Primeira Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial
Ativos Financeiros	Títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional celebradas com as Instituições Financeiras Autorizadas; títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e quotas de fundos de investimento que atendam aos seguintes critérios de qualificação, cumulativamente: (i) sejam classificados nos termos da Instrução CVM n. 409/04 como da classe referenciado e/ou da classe renda fixa; (ii) apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais; e (iii) sejam administrados por quaisquer das Instituições Financeiras Autorizadas.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes



Bacen	Banco Central do Brasil
Benchmark	Parâmetro de remuneração das Quotas Sênior, que corresponde a percentual da Taxa DI. O <i>Benchmark</i> das Quotas Sênior foi definido em procedimento de <i>bookbuilding</i> conduzido pelos Coordenadores e corresponde a 105.40 ,00% da Taxa DI. Face às deliberações da Assembléia Geral de Cotistas realizada em 01.06.2006, o Benchmark das Quotas Sênior foi alterado para 107% da Taxa DI a partir do dia 02.06.2006.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BOVESPA FIX	Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA
BRAM ou Gestor	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º e 7º andares, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 62.375.134/0001-44, contratada nos termos do Regulamento, pelo Administrador, para realizar a gestão da Carteira do Fundo.
Carteira	Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros do Fundo
CDI	Certificado de Depósitos Interbancários
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
Cliente ou Clientes	Clientes pessoas jurídicas da divisão de negócios <i>Motorola Mobile Devices Business</i> (MDB) devedores dos Direitos de Crédito.
Compromisso de Subscrição	Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças, celebrado entre a Motorola Industrial e o Fundo, na data de constituição do Fundo
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre a Motorola Industrial e o Fundo, com interveniência do Custodiante, na data de constituição do Fundo (Contrato de Cessão Motorola) e nos demais contratos de cessão e aquisição de direitos de crédito a serem celebrados entre o Fundo e as Instituições Financeiras, com interveniência do Custodiante e da Motorola Industrial (“Contratos de Cessão Instituições Financeiras”)
Contrato de Cobrança	Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre o Custodiante e a Motorola Industrial, com interveniência do Fundo, na data de constituição do Fundo

Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação e Colocação de Quotas Sênior da Primeira Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial, celebrado entre o Administrador, a Motorola Industrial e os Coordenadores na data de constituição do Fundo
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial, celebrado entre o Custodiante, a Motorola Industrial e o Administrador, com interveniência do Fundo, na data de constituição do Fundo
Contrato de Depósito Motorola	Contrato de Custódia Física de Documentos Representativos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre o Custodiante e a Motorola Industrial, na data de constituição do Fundo, com interveniência do Fundo e do Sr. Enrique Ricardo Ussher, portador da Cédula de Identidade para estrangeiros RNE n.º V042026-X-SE/DPMAF/DPF, inscrito no CPF/MF sob n.º 111.324.228-09, na qualidade de fiel depositário
Contrato de Depósito Instituições Financeiras	Contrato de custódia física de documentos representativos de crédito a serem celebrados com as Instituições Financeiras
Contratos da Operação	São, em conjunto, o Compromisso de Subscrição, o Contrato de Cessão, o Contrato de Cobrança, o Contrato de Colocação, o Contrato de Custódia, o Contrato de Depósito e o Convênio de Recebimento
Convênio de Recebimento	Convênio de Recebimento e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo, a Originadora e o Custodiante
Coordenador Líder	Banco Rabobank International Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.995, 7º andar, Brooklin Novo, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 01.023.570/0001-60
Coordenadores	Coordenador Líder, Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, Torre Conceição, 9º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 17.298.092/0001-30, em conjunto
Crítérios de Elegibilidade	Requisitos mínimos a serem verificados pelo Custodiante, aos quais os Direitos de Crédito devem atender para serem objeto de

	cessão ao Fundo
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	Cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Sênior, para os fins de que trata o Regulamento
Data de Resgate	A data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Sênior de cada série do Fundo
Datas de Verificação	Qualquer dia útil em que o Fundo estiver em funcionamento, quando a Razão de Garantia será apurada pelo Administrador
Direitos de Crédito	Direitos de recebimento futuro da Motorola Industrial, contra os Clientes da divisão de negócios da <i>Mobile Devices Business</i> (MDB), em decorrência de operações de venda a prazo de produtos
Direitos de Crédito Elegíveis	Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo.
Documentos Representativos de Crédito	Notas fiscais, duplicatas (físicas ou escriturais) e comprovantes de entrega de Direitos de Crédito Elegíveis
Instituições Financeiras	Potenciais cedentes de Direitos de Crédito ao Fundo, desde que não sejam titulares de Quotas Sênior do Fundo: Banco Bradesco S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A.
Instituições Financeiras Autorizadas	Quaisquer das seguintes instituições financeiras: (i) Banco Itaú S.A., (ii) Banco Itaú BBA S.A., (iii) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (iv) Banco Bradesco S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, (viii) BankBoston Banco Múltiplo S.A., (ix) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, (x) Banco do Brasil S.A., (xi) Banco ABN Amro Real S.A. e (xii) Banco Rabobank International Brasil S.A.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
Lista de Clientes	Clientes devedores de Direito de Crédito, indicados em lista de Clientes anexa ao Contrato de Cessão e classificados como “Clientes do Setor de Telefonia Móvel” e “Clientes do Setor Varejista”, dependendo da respectiva área de atuação
Motorola Industrial	Motorola Industrial Ltda. com sede na Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 340, Km 128,7, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 01.472.720/0001-12

Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo, após a colocação da Primeira Série, compreendido de 538.000 (quinhentas e trinta e oito mil) Quotas Sênior e 16.640 (dezesesseis mil, seiscentas e quarenta) Quotas Subordinadas, com o preço inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando um montante de R\$ 554.640.000,00 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta mil reais), na Primeira Data de Emissão
Prazo de Colocação	Período durante o qual as Quotas Sênior da Primeira Série serão ofertadas, conforme indicado no Anúncio de Início
Preço de Aquisição	O preço de cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis, calculado de acordo com a fórmula prevista na Cláusula Sexta do Contrato de Cessão
Preço de Emissão	O preço inicial de emissão das Quotas Sênior da Primeira Série, que corresponde a R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota, na Primeira Data de Emissão
Primeira Data de Emissão	A data em que se realizar a primeira integralização de Quotas Sênior representativas do Patrimônio Inicial do Fundo
Primeira Série	A primeira série de Quotas do Fundo, que compreende a emissão das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo
Quota ou Quotas	Quota(s) sênior e/ou quota(s) subordinada(s) de emissão do Fundo
Quota(s) Sênior	Qual(is)quer quota(s) sênior de emissão do Fundo
Quota(s) Subordinada ou Quotas Subordinadas	Qual(is)quer quota(s) subordinada(s) de emissão do Fundo
Quota(s) Sênior da Primeira Série	Quotas Sênior da Primeira Série do Fundo, objeto da Oferta
Quota(s) Subordinadas da Primeira Série	Quotas Subordinadas da Primeira Série do Fundo, a serem subscritas e integralizadas pela Motorola Industrial, nos termos do Compromisso de Subscrição
Quotista(s)	Investidores titulares de Quotas de emissão do Fundo
Razão de Garantia	A razão que obriga a manutenção de 97% (noventa e sete por cento) no máximo, do valor total do patrimônio líquido do Fundo representado por Quotas Sênior
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic
SERASA	Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S.A - Empresa de análise econômico-financeira e de informações de crédito do Brasil

SFF	Sistema de Fundo Fechado – SFF mantido e operacionalizado pela CETIP
Suplemento	Suplemento a ser elaborado na forma do modelo do Anexo I do Regulamento que indicará o <i>benchmark</i> e o cronograma de amortização de cada série de Quotas do Fundo
Suplemento da Primeira Série	Suplemento elaborado na forma do modelo do Anexo I do Regulamento, que indica as condições da Primeira Série de Quotas do Fundo, inclusive o <i>benchmark</i> e o cronograma de amortização da Primeira Série de Quotas do Fundo
Taxa DI	Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ( <a href="http://www.cetip.com.br">http://www.cetip.com.br</a> ) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação
Termo de Adesão	Termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, na forma do anexo III do Regulamento

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como nos Documentos da Operação.

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---

## TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

### 2.1. Características da Oferta

#### 2.1.1. A Oferta

As Quotas Sênior da Primeira Série serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida pelos Coordenadores, contratados pelo Administrador para realizar a colocação das Quotas Sênior sob o regime de melhores esforços.

#### 2.1.2. Público Alvo

Somente podem adquirir Quotas Sênior do Fundo os fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, bem como aqueles investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04.

#### 2.1.3. Registro da Oferta das Quotas Sênior

A Oferta foi registrada na CVM em 11 de outubro de 2005, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01.

#### 2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Série e Quantidade de Quotas Objeto da Oferta

A Primeira Série de Quotas do Fundo compreende o total de 538.000 (quinhentas e trinta e oito mil) Quotas Sênior e 16.640 (dezesesseis mil, seiscentas e quarenta) Quotas Subordinadas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas não são objeto da Oferta.

#### 2.1.5. Preço de Emissão das Quotas Sênior e Preço de Integralização das Quotas Sênior no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas Sênior da Primeira Série foi fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de R\$ 538.000.000,00 (quinhentos e trinta e oito milhões de reais) na Primeira Data de Emissão.

O preço de integralização das Quotas Sênior no âmbito da Oferta corresponderá ao Preço de Emissão, atualizado na forma do item 4.9.8 deste Prospecto.

#### *2.1.6. Subscrição e Integralização das Quotas Sênior durante o Prazo de Colocação*

As Quotas Sênior da Primeira Série serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão atualizado de acordo com o disposto no item 4.9.8. deste Prospecto. A partir do primeiro dia útil seguinte à primeira data de integralização de Quotas Sênior do Fundo, as Quotas Sênior terão seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, na forma do item 4.9.8. deste Prospecto. A integralização das Quotas do Fundo será efetuada por meio de sistema da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e/ou depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

No ato da primeira subscrição e integralização de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelos Coordenadores e (ii) receberá exemplar do Regulamento e do Prospecto, declarando, por meio da assinatura do Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e no Prospecto.

#### *2.1.7. Valor mínimo de investimento*

O valor mínimo individual da primeira aplicação de cada investidor interessado em adquirir Quotas Sênior no âmbito da Oferta será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

### **2.2. Negociação das Quotas**

As Quotas Sênior serão admitidas para negociação no BOVESPA FIX e no SFF.

Na hipótese de negociação das Quotas Sênior em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo tais Quotas Sênior, de forma a cumprir com o disposto no item 2.1.2. acima.

As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Motorola Industrial.

### **2.3. Demonstrativo do Custo de Distribuição Pública das Quotas**



As despesas abaixo indicadas serão debitadas do Fundo, nos termos da regulamentação em vigor:

<i>Custo da Distribuição</i>	<i>Montante (R\$)</i>
Taxa de Registro na CVM	R\$ 82.870,00
Outras Despesas	--
<b>Total</b>	<b>R\$ 82.870,00</b>

<i>Custo por Quota (%)</i>	<i>Montante por Quota</i>
0,015	R\$ 0,15

As despesas abaixo indicadas serão pagas pela Motorola Industrial, nos termos da regulamentação em vigor.

<i>Custo da Distribuição</i>	<i>Montante (R\$)</i>
Apresentação a Investidores e Impressão de Prospectos	R\$150.000,00
Prestadores de Serviço para Estruturação da Oferta (Auditoria, Classificação de Risco, Assessor Jurídico)	R\$400.000,00
Comissão de Coordenação	R\$1.200.000,00
Comissão de Distribuição	R\$1.076.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$2.826.000,00</b>

<i>Custo por Quota (%)</i>	<i>Montante por Quota</i>
0,29	R\$ 2,93

#### **2.4. Outras Informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede do Administrador ou dos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

Administrador:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
 Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Osasco, São Paulo  
 Website: [www.shopinvest.com.br](http://www.shopinvest.com.br)  
 Tel.: (11) 3684-4522  
 Fax.: (11) 3684-5645  
 Correio Eletrônico: [bradescocustodia@bradesco.com.br](mailto:bradescocustodia@bradesco.com.br)

Coordenadores:

Banco Rabobank International Brasil S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 7º andar, São Paulo, SP

Website: [www.rabobank.com.br](http://www.rabobank.com.br)

Tel.: (11) 5503 7053

Fax: (11) 5503 7010

Correio Eletrônico: [pedro.teixeira@rabobank.com](mailto:pedro.teixeira@rabobank.com)

[maher.kafrune@rabobank.com](mailto:maher.kafrune@rabobank.com)

[rose.cuten@rabobank.com](mailto:rose.cuten@rabobank.com)

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 5º andar, São Paulo, SP

Website: [www.itaubba.com.br](http://www.itaubba.com.br)

Tel.: (11) 3708 8162

Fax: (11) 3708 8107

Correio Eletrônico: [pgbianchi@itaubba.com.br](mailto:pgbianchi@itaubba.com.br)

Banco Bradesco S.A.

Avenida Paulista n.º 1450, 3º andar, São Paulo, SP

Website: [www.shopinvest.com.br](http://www.shopinvest.com.br)

Tel.: (11) 2178 4853

Fax: (11) 2178 4880

Correio Eletrônico: [4013.dorfani@bradesco.com.br](mailto:4013.dorfani@bradesco.com.br)

[4013.fernanda@bradesco.com.br](mailto:4013.fernanda@bradesco.com.br)

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, n.º 111 - 5º andar

Rio de Janeiro - RJ

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo - SP

Site: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA

Rua XV de Novembro, n.º 275

São Paulo - SP

Site: [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

### **3. FATORES DE RISCO**

---

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.*

### 3.1. Dos Riscos de Mercado

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras em Direitos de Crédito Elegíveis e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no item 4.9.8. abaixo, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a Motorola Industrial, o Administrador, o Gestor e/ou o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este parágrafo.

A precificação dos Ativos Financeiros e dos Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros e dos Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

### 3.2. Dos Riscos de Crédito

A Motorola Industrial somente tem responsabilidade pela origem e formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis. Ainda, os Clientes devedores dos Direitos de Crédito

Elegíveis não necessariamente divulgam suas informações financeiras ao mercado e, portanto, os Quotistas não necessariamente têm acesso ou terão acesso a informações sobre a capacidade financeira dos Clientes. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não pagos. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Créditos Elegíveis sejam pagos pelos Clientes, não havendo garantia de que as amortizações ou resgate das Quotas ocorrerão integralmente nas datas programadas no Regulamento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelos Coordenadores, pelo Custodiante e/ou pela Motorola Industrial, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Nos termos do Contrato de Cessão, será resolvida a cessão (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo, (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Representativos de Crédito. Ainda, nos termos do Contrato de Cessão Motorola, será resolvida a cessão de todo e qualquer Direito de Crédito Elegível que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente devedor em decorrência de (a) defeito ou vício do produto ou serviço referente ao Direito de Crédito ou (b) devolução do produto referente ao Direito de Crédito, que resulte no cancelamento da venda de tal produto. Quando da ocorrência de um evento de resolução de cessão conforme indicado acima, a Cedente obrigada a (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48h (quarenta e oito horas) contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao valor dos Direitos de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida, valor este calculado de acordo com o disposto no item 5.3. do Contrato de Cessão. Não há garantia de que a Motorola

Industrial cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Os Clientes serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito Elegíveis de que sejam devedores, na forma estabelecida no Contrato de Cessão. Não há garantia de que estes Clientes efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis diretamente ao Fundo. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício da Motorola Industrial, esta será obrigada a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos em até 48h (quarenta e oito horas) contados do depósito. Não há garantia de que a Motorola Industrial cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

### **3.3. Dos Riscos de Liquidez**

Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) ocorrência de quaisquer eventos de liquidação antecipada do Fundo e deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito Elegíveis. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito Elegíveis, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito Elegíveis poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

### **3.4. Dos Riscos Provenientes do Uso de Derivativos**

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

### **3.5. Dos Riscos Operacionais**

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Motorola Industrial podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

A Motorola Industrial e as Instituições Financeiras serão as responsáveis pela guarda dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de fiéis depositárias, nos termos do Contrato de Depósito. A guarda dos Documentos Representativos de Crédito pela Motorola Industrial e Instituições Financeiras pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo.

O Custodiante realizará auditoria periódica para verificar a regularidade dos Documentos Representativos de Crédito. Até a realização dessa auditoria, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito Elegíveis cujos Documentos Representativos de Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis.

A Motorola Industrial, o Fundo, o Administrador, o Gestor, os Coordenadores e o Custodiante não serão responsáveis pela solvência dos Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo. O procedimento de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes Passíveis de Cobrança previsto item 4.21 deste Prospecto, não assegura que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos de Crédito Elegíveis serão recuperados. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao Fundo relativos a Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes Passíveis de Cobrança, em eventual procedimento de cobrança judicial.

### **3.6. Dos Riscos de Descontinuidade**

Nos termos do Contrato de Cessão, a Motorola Industrial não será obrigada a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso a Motorola Industrial decida terminar o Contrato de Cessão Motorola e a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito Motorola, o Fundo terá que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo



devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelos Coordenadores ou pela Motorola Industrial, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização ou à Data de Resgate. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelos Coordenadores ou pela Motorola Industrial, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.

### **3.7. Do Risco de Concentração da Carteira**

Tendo em vista que, de acordo com os Critérios de Elegibilidade, os recursos do Fundo poderão ser alocados para adquirir Direitos de Crédito Elegíveis contra poucos Clientes que são integrantes da Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel, o Fundo está sujeito ao risco de concentração nos referidos Clientes. Caso um dos Clientes integrantes da Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel deixe de cumprir com as suas obrigações referentes a Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo e os Direitos de Crédito Elegíveis contra tal Cliente representarem percentual significativo da Carteira do Fundo, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.

### **3.8. Dos Riscos do Agente de Recebimento**

O Banco Bradesco S.A. foi contratado pelo Fundo e pela Motorola Industrial, nos termos do Convênio de Recebimento, para prestar serviços de recebimento e conciliação de pagamentos realizados via TED referentes a Direitos de Crédito da Motorola Industrial e Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo. Caso o Banco Bradesco S.A. não exerça suas funções como Agente de Recebimento de acordo com os termos e condições do Convênio de Recebimento ou caso os Clientes não efetuem ou não efetuem tempestivamente pagamentos referentes a Direitos de Crédito Elegíveis na conta do Agente de Recebimento, para que este

possa repassar ao Fundo os pagamentos que lhe forem devidos, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização das Quotas Sênior.

### **3.9. Dos Riscos da Motorola Industrial**

Os Direitos de Crédito Motorola a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de vendas a prazo de produtos da Motorola Industrial aos Clientes indicados no Contrato de Cessão, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Capítulo Sete do Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais vendas; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito Motorola disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, os Quotistas poderão deliberar em Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo e os Quotistas poderão não conseguir reaplicar os recursos até então investidos no Fundo em modalidades que lhes forneçam rentabilidade semelhante ao *Benchmark* do Fundo.

### **3.10 Dos Riscos das Instituições Financeiras:**

Os Direitos de Crédito Instituições Financeiras a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de financiamentos concedidos aos Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel para aquisição de produtos fabricados e comercializados pela Motorola Industrial, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Capítulo Sete deste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais financiamentos; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito Motorola e Direitos de Crédito Instituições Financeiras disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, os Quotistas poderão deliberar em Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo e os Quotistas poderão não conseguir reaplicar os recursos até então investidos no Fundo em modalidades que lhes forneçam rentabilidade semelhante ao *Benchmark* do Fundo.

### **3.11. Outros Riscos**

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito Elegíveis, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito Elegíveis. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

Em determinadas situações previstas no Regulamento, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas Subordinadas sem a emissão de Novas Quotas Sênior, para fins de enquadramento da Razão de Garantia. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma

quantidade maior de Quotas Subordinadas sem o correspondente aumento das Quotas Sênior. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos Quotistas titulares de Quotas Sênior no patrimônio do Fundo.

O Administrador está autorizado a emitir novas séries de Quotas Sênior do Fundo a qualquer momento, sem necessidade de autorização ou ratificação pela Assembléia Geral de Quotistas, desde que observado o Patrimônio Autorizado. Ao emitir novas Quotas Sênior dentro do limite do Patrimônio Autorizado, o Administrador deverá, necessariamente, observar as condições e características das Quotas Sênior conforme estabelecido no Regulamento. No entanto, o Administrador poderá emitir séries distintas de Quotas Sênior, com Benchmark e cronogramas de amortização distintos para cada nova série de Quotas Sênior. Ainda, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por quantidades diversas de Quotas Sênior de séries distintas. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos quotistas titulares de Quotas Sênior titulares de séries distintas os quais poderão ter interesses distintos nas deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Motorola Industrial, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

### **3.12. Informações Contidas neste Prospecto**

Este Prospecto contém informações acerca do Fundo, dos Direitos de Crédito e da Motorola Industrial, bem como perspectivas de desempenho do Fundo e da Originadora que envolvem riscos e incertezas. Ainda, a Seção 7 traz informações compiladas de fontes públicas sobre determinados Clientes da Motorola Industrial.

Embora as informações constantes deste Prospecto tenham sido obtidas de fontes idôneas e confiáveis e as perspectivas do Fundo sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não há garantia de que o desempenho futuro do Fundo seja consistente com essas perspectivas. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas.

A utilização da denominação “Motorola Industrial” na denominação do Fundo é baseada exclusivamente na origem dos Direitos de Crédito Elegíveis que poderão compor a Carteira, conforme estabelecido nas Cláusulas Três e Quatro do Regulamento, e não na participação e/ou na assunção de responsabilidade pela Motorola Industrial e/ou por qualquer empresa integrante do grupo Motorola Industrial no Brasil e/ou no exterior pelas operações do Fundo. A aquisição, pela Motorola Industrial, de Quotas Subordinadas do Fundo, nos termos e condições descritos no Compromisso de Subscrição e/ou as obrigações assumidas pela Motorola Industrial nos termos do Contrato de Cessão, Contrato de Cobrança, Convênio de Recebimento, Contrato de Depósito e Contrato de Custódia não representam responsabilidade da Motorola Industrial e/ou de empresas

integrantes do grupo Motorola Industrial no Brasil e/ou no exterior pelas operações do Fundo e/ou, ainda, garantia de rentabilidade para os titulares de Quotas do Fundo.

#### **4. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MOTOROLA INDUSTRIAL**

---

## **O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MOTOROLA INDUSTRIAL**

*Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento, no Contrato de Cessão e na Seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **4.1. Base Legal**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 6 (seis) anos, tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907/2001 e a Instrução da CVM n.º 356/2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393/2003. O Fundo é regulado pelo Conselho Monetário Nacional e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento.

### **4.2. Público Alvo**

O Fundo é destinado aos fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, bem como a investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/2004.

### **4.3. Administração**

O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

Nos termos do Regulamento, o Administrador contratou a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º e 7º andares, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 62.375.134/0001-44 para realizar a gestão da Carteira do Fundo.

#### **4.4. Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo**

Para prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A, instituição financeira com sede na Av. Yara, s/n.º, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001-12.

Os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão custodiados pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Bacen, ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen e/ou pela CVM.

#### **4.5. Agência Classificadora de Risco das Quotas Sênior**

As Quotas Sênior do Fundo são avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. A avaliação das Quotas Sênior do Fundo será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

#### **4.6. Auditoria**

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria para a Motorola Industrial e realizará anualmente, de forma segregada aos serviços prestados à Motorola Industrial, serviços de auditoria das contas do Fundo.

#### **4.7. Objetivo de Investimento**

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito<sup>22</sup> (conforme abaixo definidos) de titularidade da Cedente (conforme abaixo definido).

Para os fins de que trata este Regulamento, serão considerados como potenciais cedentes de Direitos de Crédito ao Fundo (a) a Motorola Industrial Ltda., sociedade com sede na Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 340 km 128,7, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 01.472.720/0001-12 (“Motorola Industrial”), e (b) as seguintes instituições financeiras, desde que não sejam titulares de Quotas Sênior do Fundo: Banco Bradesco S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A. (“Instituições Financeiras”, sendo a Motorola Industrial em conjuntos com as Instituições Financeiras referidas simplesmente como a “Cedente”)

O Fundo buscará atingir para cada série de Quotas Sênior do Fundo, *Benchmark* correspondente a um percentual da Taxa DI.

O *Benchmark* não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Sênior não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

#### **4.8. Política de Investimento e Composição da Carteira**

Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis sendo que tal limite mínimo de alocação de Pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Direitos de Crédito deverá ser representada por Direitos de Crédito Motorola, de forma que o percentual máximo de alocação do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito Instituições Financeiras será correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Direitos de Crédito.

Para os fins de cumprimento do disposto no artigo 24, § 1º, II, da Instrução CVM n.º 400/03, e considerando as características dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, o Fundo terá atuação nos segmentos comercial e financeiro.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis (“Recursos Livres”), não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento), exceto nas hipóteses previstas neste Capítulo e no Capítulo Dezesesseis abaixo, será necessariamente alocada pelo Gestor nos ativos financeiros a seguir descritos, de acordo com a ordem de prioridade e critérios de diversificação estabelecidos abaixo (“Ativos Financeiros”):

- (i) como regra geral, 100% (cem por cento) dos Recursos Livres serão alocados em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Financeiras Autorizadas (conforme abaixo definido);
- (ii) caso não haja títulos de emissão do Tesouro Nacional em circulação suficientes para o cumprimento do disposto no item anterior, o Gestor deverá alocar a parcela dos Recursos Livres não alocada em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional em títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (iii) caso não haja títulos de emissão do Tesouro Nacional e títulos de emissão do Banco Central do Brasil em circulação suficientes para o cumprimento do disposto nos itens anteriores, o Gestor deverá alocar a parcela dos Recursos Livres não alocada em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em títulos de emissão do Banco Central do Brasil e/ou em operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil em quotas de emissão de Fundos de Investimento (conforme definidos abaixo).

Para os fins de que trata o item 4.8.(iii) acima, “Fundos de Investimento” serão quaisquer fundos de investimento que atendam aos seguintes critérios de qualificação, cumulativamente: (i) sejam classificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04 como da classe referenciado e/ou da classe renda fixa; (ii) apliquem seus recursos exclusivamente (ou seja, 100% (cem por cento) de seus respectivos patrimônios líquidos) em títulos públicos federais; e (iii) sejam administrados por quaisquer das seguintes instituições financeiras: (i) Banco Itaú S.A., (ii) Banco Itaú BBA S.A., (iii) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (iv) Banco Bradesco S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, (viii) BankBoston Banco Múltiplo S.A., (ix) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo,



(x) Banco do Brasil S.A., (xi) Banco ABN Amro Real S.A. e (xii) Banco Rabobank International Brasil S.A. (“Instituições Financeiras Autorizadas”).

O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

Observado o disposto no item 4.8. acima, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, financeira ou não, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou fundo de investimento.

Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no item 4.9.8 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior. Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao Benchmark, e exclusivamente para este fim, o Gestor utilizará instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade "com garantia". O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

O Fundo poderá contratar operações de sua Carteira com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador do Fundo (conforme definido abaixo) ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo.

Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Gestor, da Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A carteira dos Direitos de Crédito Elegíveis será revolvante. Assim, na medida em que os Direitos de Crédito Elegíveis forem pagos pelos Clientes, o Fundo, observada a disponibilidade de recursos e as demais condições estabelecidas no Regulamento, adquirirá novos Direitos de Crédito Elegíveis.

#### **4.9. Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas**

##### *4.9.1. Patrimônio Inicial*

As quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em 2 (duas) únicas classes, sendo uma classe de Quotas Sênior e uma classe de Quotas Subordinadas.

Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de dos Quotistas, mantida pelo Custodiante.

O Patrimônio Inicial do Fundo será formado por Quotas Sênior e Quotas Subordinadas .

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão emitidas, distribuídas, subscritas e integralizadas de acordo com o disposto no Capítulo Dez a Quinze do Regulamento e com os termos previstos no Anúncio de Início.

A relação mínima do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior observará a Razão de Garantia, conforme disposto no item 4.9.4. deste Prospecto.

##### *4.9.2. Direitos Patrimoniais*

As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Sênior de qualquer série. Sem prejuízo das Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas previstas no item 4.10 abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização ou resgate das Quotas Sênior e após o pagamento de despesas e encargos do Fundo.

##### *4.9.3. Direitos de Voto das Quotas*

As Quotas Sênior terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Enquanto houver Quotas Sênior em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no item 4.11. abaixo. Neste caso, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Após o resgate integral das Quotas Sênior do Fundo, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos do parágrafo acima, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

#### *4.9.4. Razão de Garantia das Quotas Subordinadas*

Até o resgate integral de todas as Quotas Sênior, o valor das Quotas Sênior representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 97% (noventa e sete por cento) do valor total do patrimônio líquido do Fundo (“Razão de Garantia”) ou seja, o valor das Quotas Subordinadas deverá corresponder a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor total do patrimônio líquido do Fundo.

A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador, enquanto o Fundo estiver em funcionamento. Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, aplicar-se-á o disposto nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze do Regulamento, conforme o caso.

#### *4.9.5. Distribuição das Quotas Sênior do Fundo*

As Quotas Sênior do Fundo serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pelo Administrador e/ou terceiros devidamente habilitados contratados pelo Administrador para tanto, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01, conforme alterada. As Quotas Sênior do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro perante a CVM da distribuição de cada emissão de Quotas Sênior.

Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Sênior que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias acima referido serão canceladas pelo Administrador.

O Anúncio de Início de cada série de Quotas Sênior do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais Quotas Sênior, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior, observado o disposto no Regulamento.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas (conforme abaixo definido) do Fundo, (i) o instrumento de deliberação do Administrador, no caso de emissão de Novas Quotas dentro do limite do Patrimônio Autorizado e de acordo com o disposto no item 9.02.01. do Regulamento, ou (ii) a ata da Assembléia Geral de Quotistas que aprovar a realização de tal emissão, nos demais casos de emissão de Novas Quotas, determinará as condições específicas de colocação das Novas Quotas, que serão especificadas em Suplemento a ser elaborado pelo Administrador de acordo com o modelo estabelecido no Anexo I do Regulamento, e que será levado a registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado o Regulamento.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo os Quotistas já ingressos no Fundo não terão qualquer direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

Cada emissão de Novas Quotas do Fundo será previamente registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01.

#### *4.9.6. Distribuição das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pela Motorola Industrial*

As Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo e eventuais Novas Quotas Subordinadas que venham a ser emitidas de acordo com o disposto no Capítulo Quinze do Regulamento serão subscritas pela Motorola Industrial, nos termos do Compromisso de Subscrição.

O Compromisso de Subscrição regula a integralização, pela Motorola Industrial, das Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial, até o encerramento da distribuição da Primeira Série de Quotas do Fundo, de forma a garantir o atendimento da Razão de Garantia após a Primeira Série de Quotas do Fundo, bem como a integralização de quaisquer Novas Quotas Subordinadas que sejam emitidas de acordo com o disposto no Capítulo Quinze do Regulamento.

#### *4.9.7. Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo*

No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pelo Administrador para distribuir Quotas do Fundo e (ii) receberá exemplar do Regulamento do Fundo e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no

Capítulo Vinte e Três do Regulamento e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão, atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data de integralização, na forma dos itens 4.9.8. e 4.9.9. abaixo.

Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo acima do valor do Patrimônio Inicial e/ou do Patrimônio Autorizado (inclusive emissões de que trata o Capítulo Quinze do Regulamento), tais Novas Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor calculado de acordo com o disposto nos itens 4.9.8. e 4.9.9. abaixo.

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada por meio do SFF e/ou depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos de conta corrente de titularidade do quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

Emissões de novas séries de quotas do Fundo, além das Quotas da Primeira Série (“Novas Quotas”), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, desde que o disposto no parágrafo abaixo seja cumprido. Emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

Nas emissões de Novas Quotas do Fundo, dentro ou não do limite do Patrimônio Autorizado, o valor das Novas Quotas Subordinadas deverão sempre representar, no mínimo, 3% (três por cento) do valor total das Novas Quotas que estiverem sendo emitidas pelo Fundo.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o valor das Novas Quotas, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze do Regulamento.

#### *4.9.8. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Sênior*

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será:

O valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto em cada Suplemento:

$$VQSn_T = [VQSn_{T-1} - (B \times VAn)] - \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

onde:

$VQSn_T$  valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$  valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão,  $VQSn_{T-1}$  é igual a R\$1.000,00.

$B$  Igual a 1(hum) todo dia seguinte a uma Data de Amortização “n”. Igual a 0 (zero) em qualquer outro dia.

$VAn$  Valor da amortização programada referente a cada Quota Sênior na Data de Amortização “n”

$DI_{T-1}$  Taxa DI referente ao dia útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,50%, então  $DI_{T-1} = 16,50$ .

$Sobretaxa_n$  a ser definida em cada Suplemento de cada série de Quotas Sênior do Fundo

ou,

Na hipótese de o valor das Quotas Subordinadas em circulação ser igual a 0, com referência a todas as séries de Quotas Sênior em circulação, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 1.000,00 - VAL_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

$VQSn_T$  valor de cada Quota Sênior da série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

$PL_T$   $PL_T = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Valor Investido}$ ,  
sendo que, se  $PL_T$  menor que zero, então  $PL_T$  igual a zero (0).  
onde: Valor Investido =  $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 1.000,00]$

$NQSn_T$  número de Quotas Sênior da Série “n” em circulação na data “T”. Sendo  $NQS_{aT}$  o número de Quotas Sênior da Primeira Série ou série “n” em circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do  $VQS_{nT}$ .

$VAI_n$  valor apurado para a série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se  $VAI$  menor ou igual a 0 (zero), então  $VAI = 0$  (zero).

$Rat_{Nt}$  significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VREN_T \times NQSn_T}{(VREa_T \times NQSa_T) + (VREb_T \times NQ Sb_T) + \dots + (VREz_T \times NQ Sz_T)}$$

onde:

$VREN$  valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREN_T = VQSDIn_T - R\$1.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nt}$  é o valor de cada Quota Sênior da série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da série “n”.

#### 4.9.9. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado pelo Administrador diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Sênior em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto no subitem 4.9.8 acima, pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

#### *4.9.10. Negociação das Quotas do Fundo*

As Quotas Sênior do Fundo serão admitidas à negociação no sistema de negociação BOVESPA FIX e no SFF.

Na hipótese de negociação das Quotas Sênior em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo tais Quotas Sênior, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo Dois do Regulamento.

### **4.10. Das Condições de Amortização e Resgate das Quotas**

#### Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações

Cada Suplemento ao Regulamento, referente a cada nova série de Quotas do Fundo, indicará o cronograma de amortização de cada série de Quotas do Fundo, bem como a data de resgate das Quotas. O Primeiro Suplemento indicará os termos e condições das Quotas da Primeira Série, representativas do Patrimônio Inicial.

A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização de suas Quotas, observado o disposto nos Capítulos Doze, Treze e Quatorze do Regulamento.

Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas do Fundo deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas de uma mesma classe de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de cada classe de Quotas do Fundo.

Exceção feita às hipóteses previstas nas Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas abaixo descritas, as Quotas Subordinadas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate da última Quota Sênior do Fundo em circulação, sendo que o pagamento do resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao



pagamento integral de todas as parcelas de amortização, do resgate das Quotas Sênior de todas as séries do Fundo e do pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo.

Os pagamentos das parcelas de amortização das Quotas do Fundo serão efetuados por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.

Na data de liquidação do Fundo (antecipada ou não), os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros na amortização e no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Treze do Regulamento.

Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, pagamentos de amortizações e resgate de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.

#### Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas

Quando do pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Sênior, e desde que não haja um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação em andamento, deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto no item “Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações” acima:

- (i) na hipótese de a Razão de Garantia do Fundo ser inferior a 97% (noventa e sete por cento), poderá ser realizada amortização extraordinária das Quotas Subordinadas, mediante solicitação por escrito da Motorola Industrial, exclusivamente em relação às Quotas Subordinadas, desde que observados os seguintes prazos e procedimentos:
  - a. caso o cálculo da Razão de Garantia do Fundo em determinada Data de Amortização seja equivalente ou inferior a 95% (noventa e cinco por cento), a Motorola Industrial poderá solicitar a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia permanecerá mantida; e
  - b. caso o cálculo da Razão de Garantia do Fundo em determinada Data de Amortização seja inferior a 97% (noventa e sete por cento) e superior a 95% (noventa e cinco por cento), a

Motorola Industrial poderá solicitar a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas, desde que, nos últimos 90 (noventa) dias consecutivos anteriores à Data de Amortização acima referida, a Razão de Garantia não tenha sido desenquadrada em qualquer momento, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia permanecerá mantida. A amortização extraordinária de que trata este item não poderá ser realizada em intervalos inferiores a 90 (noventa) dias consecutivos;

- (ii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas, o efeito da inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou dos Ativos Financeiros repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização das Quotas Sênior.

A Motorola Industrial poderá solicitar ao Administrador que as amortizações extraordinárias acima referidas sejam realizadas mediante a entrega de Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança. Neste caso, os Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança a serem entregues à Motorola Industrial serão avaliados por R\$0,01 (um centavo) cada.

#### Valor das Quotas para Fins de Pagamento de Amortização

Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas será sempre utilizado o valor da Quota no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

Em cada Data de Amortização, será devido aos titulares de Quotas Sênior valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VAn = (VQSn_T - R\$1.000,00) + (PA \times R\$1.000,00),$$

onde:

$VAn$	valor da amortização programada referente a cada Quota Sênior na Data de Amortização “n”.
$VQSn_T$	valor unitário de cada Quota Sênior, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior, calculado de acordo com o critério de atualização definido no item 4.9.8. deste Prospecto.
$PA$	percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior, apurado nas respectivas Datas de Amortização cujo valor será igual a 0 (zero) até o pagamento de amortização imediatamente anterior à Data de Resgate e cujo valor será igual a 1 (hum) na Data de Resgate.

Na data de pagamento do resgate de todas as Quotas Sênior de emissão do Fundo, as Quotas Subordinadas serão resgatadas por valor correspondente ao resultado da divisão (i) do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo pelo (ii) número total de Quotas Subordinadas.

As Quotas Sênior do Fundo somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Sênior emitidas e em circulação ou (ii) na data de liquidação (antecipada ou não) do Fundo. As Quotas Subordinadas do Fundo somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e amortização das Quotas Subordinadas emitidas e em circulação ou (ii) na data de liquidação (antecipada ou não) do Fundo.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado de âmbito federal, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado estadual e municipal da sede do Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Quotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Quotas, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.

#### **4.11. Da Assembléia Geral de Quotistas**

Nos termos do Regulamento do Fundo, é da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento, além das hipóteses de alteração descritas abaixo;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) deliberar sobre a substituição do Gestor;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas;
- (vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens (xi) e (xii) abaixo;
- (ix) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas do Fundo, exceto na hipótese de emissão de Novas Quotas até o limite do Patrimônio Autorizado, e/ou de Novas Quotas Subordinadas para os fins de que trata o Capítulo Quinze do Regulamento, ocasiões em que o Administrador poderá realizar a emissão de Novas Quotas sem necessidade de realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) deliberar sobre proposta de alteração dos termos e condições das Cláusulas Sexta e Décima Quarta do Contrato de Cessão Motorola;
- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no item 4.13.1. abaixo), tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no item 4.13.2.);
- (xii) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xiii) elevar o Benchmark das Quotas Sênior;
- (xiv) substituir o Benchmark na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior;
- (xv) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata o item 10.17. do Regulamento;

- (xvi) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito do Regulamento, na forma ali estabelecida;
- (xvii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no Capítulo Treze do Regulamento;
- (xviii) aprovar a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior do Fundo, nos termos do Capítulo Quatorze do Regulamento;
- (xix) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste item; e
- (xx) caso o Contrato de Cessão Motorola seja resilido e/ou terminado, deliberar sobre a eventual continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento.

4.11.01. - Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item acima. Enquanto houver quaisquer Quotas Sênior em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iii), (iv), (vi), (vii), (xiii) e (xix) acima. Quando não mais houver Quotas Sênior em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item acima. Os quoruns de deliberação das matérias indicadas no item acima seguem descritos nos subitens a seguir.

4.11.02 – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (ii), (v), (vi), (xi), (xii), (xiv), (xvi) e (xvii) do item acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, que não expressamente indicadas acima, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas presentes com direito a voto.

4.11.03. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (x) e (xv) do item acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes com direito a voto.

4.11.04. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (ix), (xviii) e (xx) do item acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas emitidas com direito a voto.

4.11.05. - Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (iii), (iv) e (xix) do item acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Sênior emitidas e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas emitidas.

4.11.06. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (vii) e (xiii) do item acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 100% (cem por cento) das Quotas Sênior emitidas e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas emitidas.

#### **4.12. Avaliação dos Ativos do Fundo**

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito Elegíveis e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

Os Ativos Financeiros e os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observando o disposto no Contrato de Custódia. O valor dos Direitos de Crédito Elegíveis apurado nos termos deste parágrafo será definido como o “Valor de Mercado dos Direitos de Crédito”.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito Elegíveis, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Caso qualquer Direito de Crédito Elegível não seja pago no seu respectivo vencimento ("Direito de Crédito Elegível Inadimplente"), o Administrador constituirá, em até 16 (dezesesseis) dias corridos da data de vencimento do Direito de Crédito Elegível Inadimplente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, com valor equivalente a 100% do valor contábil do Direito de Crédito Elegível Inadimplente.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abrangem, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e os valores de cada Direito de crédito Elegível e Ativo Financeiro, calculados de acordo com o disposto no Contrato de Custódia, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

#### **4.13. Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo**

##### *4.13.1. Eventos de Avaliação*

São considerados eventos de avaliação do Fundo (“Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24h (vinte e quatro horas) contado do recebimento da referida notificação;
- (ii) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia, nas respectivas Datas de Verificação, e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos no Regulamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da Data de Verificação em que se verificar o desenquadramento;
- (iii) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito Elegíveis, por período superior a 20 (vinte) dias consecutivos;
- (iv) caso a Reserva de Pagamento não seja reenquadrada aos termos e condições do Regulamento em até 5 (cinco) dias contados da Data de Verificação em que seja verificado pelo Administrador o respectivo desenquadramento;
- (v) rebaixamento do *rating* das Quotas Sênior para classificação abaixo de A+ de acordo com os critérios de classificação atualmente adotados pela Fitch Ratings e/ou classificação equivalente de outra Agência Classificadora de Risco e/ou não divulgação da classificação de risco pela Agência Classificadora de Risco ou outra agência que venha a substituí-la por período superior a 30 (trinta) dias;
- (vi) caso o Administrador tenha conhecimento sobre o inadimplemento (observados eventuais períodos de cura), por parte de qualquer Cliente, de obrigações representativas de dívida perante quaisquer terceiros, consubstanciadas por meio de contrato de empréstimo ou financiamento, contrato de garantia, nota promissória, aval, ou qualquer outra forma de obrigação financeira e que, a exclusivo critério do Administrador, possa afetar a situação financeira e/ou operacional do

respectivo Cliente, exceto se este estiver, de boa-fé, judicialmente discutindo a validade de suas obrigações;

- (vii) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão Motorola;
- (viii) não pagamento, nas Datas de Amortização e/ou na Data de Resgate do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Sênior;
- (ix) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (x) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme apurado por auditores do Fundo e/ou pelo Custodiante e/ou qualquer outro terceiro, sem prejuízo de eventual responsabilização destes;
- (xi) na hipótese de a taxa de juros básica do País (Taxa SELIC) ser aumentada em um único dia em 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco pontos percentuais) e/ou acumular um aumento acima de 3,00% (três pontos percentuais) no período de 15 (quinze) dias consecutivos;
- (xii) na hipótese de ser realizada a amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (xiii) na hipótese de a somatória do valor contábil de Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes, por prazo igual ou superior a 35 (trinta e cinco) dias corridos, que tiverem sido adquiridos pelo Fundo, representar, a qualquer momento, 50% (cinquenta por cento) ou mais do valor total das Quotas Subordinadas do Fundo em circulação;
- (xiv) rescisão do Contrato de Cobrança;
- (xv) não observância pela Motorola Industrial dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Cobrança, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24h (vinte e quatro horas) contado do recebimento da referida notificação;



- (xvi) resilição do Contrato de Depósito Motorola e/ou do Contrato de Depósito Instituições Financeiras, sem que outro depositário seja contratado ou o Custodiante assuma a prestação dos serviços de guarda dos Documentos Representativos de Crédito;
- (xvii) resilição do Compromisso de Subscrição; e
- (xviii) não observância pela Motorola Industrial dos deveres e das obrigações previstos no Convênio de Recebimento, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24h (vinte e quatro horas) contado do recebimento da referida notificação.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, serão observados os procedimentos do item 17.01 do Regulamento.

#### *4.13.2. Eventos de Liquidação Antecipada*

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso o Contrato de Cessão Motorola seja resilido e/ou terminado e dentro de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da referida resilição a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não delibere pela continuidade do Fundo, mediante alteração do Regulamento;
- (ii) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iii) não pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Sênior;
- (iv) caso não seja determinado pela Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Sênior, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;

- (v) caso os Quotistas com direito a voto não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no item 4.21. abaixo, na forma ali estabelecida;
- (vi) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos; e
- (vii) rescisão do Convênio de Recebimento, sem a assunção das funções descritas em tal contrato por outra entidade, nos termos ali definidos e sem que tal assunção não acarrete em qualquer prejuízo para o Fundo e seus Quotistas.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada descritos acima, serão observados os procedimentos do item 17.02 do Regulamento.

#### **4.14. Do Enquadramento da Razão de Garantia**

Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das Datas de Verificação, a Motorola Industrial será imediatamente informada de tal fato pelo Administrador (“Aviso de Desenquadramento”). A Motorola Industrial deverá devolver o Aviso de Desenquadramento ao Administrador, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação a uma das seguintes providências:

- (i) a Motorola Industrial poderá, a seu exclusivo critério, integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:
  - a. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito Elegíveis Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
  - b. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Elegíveis Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou

- (ii) a Motorola Industrial poderá resilir o Contrato de Cessão, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezessete do Regulamento.

Na hipótese descrita no subitem (i) acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de Novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

Na hipótese de a Motorola Industrial não informar o Administrador sobre qual medida pretende tomar nos termos e prazos descritos nos parágrafos acima, o Administrador aplicará, automaticamente, o disposto no item 4.13. ou 4.15. deste Prospecto, conforme o caso.

#### **4.15. Da Amortização Extraordinária para Fins de Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima em Direitos de Crédito Elegíveis e da Política de Investimento**

O Administrador poderá realizar, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação referido no Regulamento, a amortização extraordinária das Quotas Sênior em circulação (a “Amortização Extraordinária”), pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 4.9.8. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à alocação mínima em Direitos de Crédito Elegíveis.

A Assembléia Geral de Quotistas referida acima será convocada pelo Administrador dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for verificado o desenquadramento da Razão de Garantia e/ou da alocação mínima em Direitos de Crédito Elegíveis.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Sênior nos termos referidos acima, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária. Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, de forma proporcional e em igualdade de condições.

#### **4.16. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo**

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo. Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Sênior.

A divulgação de informações de que trata este item será feita no jornal “Gazeta Mercantil”, utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável:

- (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem;
- e
- (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

#### **4.17. Forma de Divulgação de Informações**

A divulgação de informações previstas no Regulamento deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo “Gazeta Mercantil”, ou por meio de correio eletrônico. Qualquer mudança, com relação ao periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

#### **4.18. Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os Quotistas poderão entrar em contato conforme dados a seguir:

Durante a Oferta: Banco Bradesco S.A.  
Departamento de Mercado de Capitais

Tel. (11) 2178-4800

e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

Após a liquidação da Oferta:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Tel. (11) 3684-4522

e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

#### **4.19. Taxas e Encargos do Fundo**

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, no 5° (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A taxa de administração devida ao Administrador será a seguinte:

- (i) no período de 3 (três) meses contados da Primeira Data de Emissão, o maior dos seguintes valores: (i) 0,04% (quatro centésimos por cento) ao ano do patrimônio líquido do Fundo ou (ii) R\$10.000,00 (dez mil reais), valor este a ser corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM") a partir da Primeira Data de Emissão; e
- (ii) após o período referido no item anterior, o maior dos seguintes valores: (i) 0,08% (oito centésimos por cento) ao ano do patrimônio líquido do Fundo ou (ii) R\$20.000,00 (vinte mil reais), valor este a ser corrigido pelo IGPM a partir da Primeira Data de Emissão.

Independentemente do disposto no parágrafo acima, a taxa de administração total no período dos primeiros 12 (doze) meses contados da Primeira Data de Emissão não poderá ser superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

O percentual referido no parágrafo acima será calculado sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima, e informada mensalmente ao Custodiante.

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração referida acima, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;

- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos quotistas.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas no Regulamento como encargos do Fundo, correrão por conta do Administrador.

O pagamento das despesas de que trata o parágrafo acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

#### **4.20. Regras de Tributação do Fundo**

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual o Quotista deve consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

##### *4.20.1. Tributação Aplicável aos Quotistas*

#### IOF

O Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”) é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização (Data de Amortização, Data de Resgate, término do Prazo de Duração ou liquidação do Fundo), cessão (negociação no mercado secundário) ou repactuação das Quotas (se houver), limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02 (quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual fixado para limite do pagamento do imposto), sendo tal percentual igual a 0% para as Quotas cedidas, repactuadas ou resgatadas no prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

#### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos auferidos em decorrência dos investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência de Imposto de Renda (“IR”) de acordo com as seguintes regras: (i) os rendimentos auferidos na amortização (Data de Amortização) e no resgate das Quotas (Data de Resgate) devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor de amortização/resgate e o custo de aquisição das Quotas, se o Fundo tiver uma Carteira composta por Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 dias, segundo as alíquotas decrescentes de (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, em aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,5%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, em aplicações com prazo acima de 720 dias; ou caso o Fundo tenha uma Carteira composta por Ativos Financeiros com prazo médio inferior ou igual a 365 dias, segundo as alíquotas decrescentes de (a) 22,5%, em aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, em aplicações com prazo acima de 180 dias; e (ii) os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%. Adicionalmente, para as operações

realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, há a incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (no caso das operações realizadas no mercado à vista, a incidência ocorre sobre o valor da alienação).

#### CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos (i) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38%; e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0%.

#### *4.20.2. Tributação Aplicável ao Fundo*

#### IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

#### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

#### CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira do Fundo e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

### **4.21. Procedimentos de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança**

Os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo e não pagos dentro de até 16 (dezesesseis) dias corridos da data de seu respectivo vencimento (“Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança”), serão objeto de cobrança pelo Custodiante, que contratou a Motorola Industrial para prestar tais serviços, tendo em vista a sua experiência na cobrança de direitos de crédito de seus Clientes.



A contratação da Motorola Industrial como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela Motorola Industrial, sobre os Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança.

O procedimento de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira do Fundo não pagos será realizado de acordo com os procedimentos descritos no item 6.3 da Seção 6 deste Prospecto (bem como no Anexo V do Regulamento e de acordo com os termos e condições do Contrato de Cobrança).

A Motorola Industrial terá o direito, mas nunca a obrigação, a seu exclusivo critério, de adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Elegível Inadimplente, a partir do primeiro dia útil imediatamente seguinte a data de vencimento do referido Direito de Crédito Elegível Inadimplente, pelo valor exigível no Documento Representativo de Crédito referente ao Direito de Crédito Elegível Inadimplente (inclusive juros, multa e outros encargos que sejam atribuídos ao Cliente, em decorrência do referido inadimplemento).

Caso a Motorola Industrial opte por não adquirir Direito de Crédito Elegível Inadimplente na forma descrita acima, esta permanecerá obrigada a prestar o serviço de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes quando eles tornarem-se passíveis de cobrança, observados os prazos e procedimentos de cobrança descritos no Contrato de Cobrança e indicados no item 6.3 da Seção 6 deste Prospecto.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, a Motorola Industrial somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes de titularidade do Fundo perante os respectivos Clientes, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Direito de Crédito Elegível Inadimplente quando o Direito de Crédito Elegível Inadimplente passar a ser um Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança, e mediante a observância dos termos e condições do Contrato de Cobrança.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Motorola Industrial, o Administrador, o Gestor ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros. A Motorola Industrial, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Motorola Industrial, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros (além da remuneração da Motorola Industrial pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Cobrança) serão suportadas diretamente pelo Fundo. O Administrador somente poderá alocar recursos em valores superiores a 1% (um por cento) do valor atualizado das Quotas Sênior em circulação, à época da decisão sobre a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, para tomar medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo, mediante autorização prévia da Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o disposto na Cláusula Onze do Regulamento.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o parágrafo anterior; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto no Capítulo Onze do Regulamento, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, o Gestor, a Motorola Industrial e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do parágrafo acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação, bem como decorrentes da não recuperação dos créditos referidos, dentro ou não do prazo de duração do Fundo.

Para maiores esclarecimentos sobre o procedimento de cobrança adotado pela Motorola Industrial em nome do Fundo, vide a Seção 6 deste Prospecto.

## **5. ORIGINAÇÃO, FORMALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

---

## ORIGINAÇÃO, FORMALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

*Esta Seção traz um breve resumo dos termos e condições do Contrato de Cessão, mas sua leitura não substitui a leitura do Contrato de Cessão, anexo a este Prospecto.*

### 5.1. Os Direitos de Crédito

A Motorola Industrial (i) atua no desenvolvimento e comercialização de sistemas e serviços eletrônicos avançados, tais como, celulares, rádios bidirecionais, estações radio base para rede celular, equipamentos iDEN, rastreadores de veículos, acesso à Internet e televisão por banda larga e (ii) realiza vendas de produtos a seus Clientes, cujos pagamentos são realizados a prazo. Os direitos de recebimento da Motorola Industrial referentes a operações de venda a prazo de produtos a Clientes da divisão de negócios da Motorola Industrial *Mobile Devices Business* (MDB) serão referidos como os “Direitos de Crédito Motorola” e os direitos de recebimento das Instituições Financeiras referentes a financiamentos concedidos aos Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel para os fins de que trata o item acima serão referidos como os “Direitos de Crédito Instituições Financeiras” (sendo os Direitos de Crédito Motorola em conjunto com os Direitos de Crédito Instituições Financeiras referidos simplesmente como os “Direitos de Crédito”). Os Direitos de Crédito Motorola são originados de acordo com a política de concessão de crédito da Motorola Industrial que segue descrito no Anexo II do Regulamento. A descrição das políticas mínimas de concessão de crédito observadas pelas Instituições Financeiras para com os Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel, segundo as quais os Direitos de Crédito Instituições Financeiras são formalizados e originados, será feita mediante atualização do Anexo II do Regulamento, na medida em que Instituições Financeiras celebrem Contratos de Cessão Instituições Financeiras com o Fundo. O Anexo II poderá ser atualizado pelo Administrador de tempos em tempos, sem necessidade de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, desde que previamente aprovado pela Agência Classificadora de Risco e observado que tal atualização não implique a redução do rating atribuído às Quotas Sênior.

As notas fiscais, duplicatas (físicas ou escriturais) referentes às operações de venda a prazo de produtos da Motorola Industrial a seus Clientes e os comprovantes de entrega de tais produtos (assinados pelos Clientes), são os Documentos Representativos de Crédito que formalizam a origem dos Direitos de Crédito Motorola.

Os Contratos Operacionais celebrados entre a Motorola Industrial e as Instituições Financeiras e os contratos de empréstimo referentes aos financiamentos concedidos pelas Instituições Financeiras aos Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel são os documentos que formalizam a origem dos Direitos

de Crédito Instituições Financeiras. Para todos os fins do Regulamento, (i) as notas fiscais, as duplicatas e os comprovantes de entrega dos produtos cujos Direitos de Crédito Elegíveis Motorola façam parte integrante da Carteira do Fundo serão designados como os “Documentos Representativos de Crédito<sup>22</sup> Motorola”, e (ii) os Contratos Operacionais e os contratos de empréstimo referentes aos financiamentos concedidos pelas Instituições Financeiras aos Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel cujos Direitos de Crédito Elegíveis Instituições Financeiras façam parte integrante da Carteira do Fundo serão designados como os “Documentos Representativos de Crédito Instituições Financeiras” (sendo os Documentos Representativos de Crédito Motorola e os Documentos Representativos de Crédito Instituições Financeiras referidos em conjunto como (“Documentos Representativos de Crédito”).

Este Prospecto traz em anexo, um modelo das notas fiscais e dos comprovantes de entrega aqui referidos.

Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil Brasileiro, a cessão de Direitos de Crédito Elegíveis ao Fundo compreenderá, além da cessão do direito de recebimento da Motorola Industrial decorrente das operações de venda a prazo de produtos aos Clientes, a cessão de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

A Motorola Industrial não se responsabilizará pela solvência dos Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo, sendo a Motorola Industrial responsável apenas pela existência e validade do Direito de Crédito Elegível ao tempo da cessão.

## **5.2. Termos e Condições das Operações de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo**

### *5.2.1 Dos Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito*

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito se eles atenderem, na sua respectiva Data de Aquisição (conforme definido abaixo), cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (i) os Clientes devedores do Direito de Crédito devem estar indicados na Lista de Clientes constante no item 5.2.1.1. abaixo, os quais deverão ter sido notificados pela Motorola Industrial nos termos do Contrato de Cessão;
- (ii) o prazo de vencimento do Direito de Crédito não deve ser superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da respectiva data de aquisição do Direito de Crédito pelo Fundo;
- (iii) O prazo de vencimento do Direito de Crédito não deve ser inferior a 8 (oito) dias corridos contados da respectiva data de aquisição do Direito de Crédito pelo Fundo;
- (iv) o respectivo Cliente não deve ter seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Banco Central do Brasil e sua inscrição no C.N.P.J./M.F. deve estar em situação regular;
- (v) o respectivo Cliente não deve estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e/ou qualquer processo similar;
- (vi) o Cliente devedor do Direito de Crédito não deve se encontrar em atraso no cumprimento de suas obrigações nos termos de outro Direito de Crédito Elegível, sendo que, para os fins de aplicação desse item, Direito de Crédito Elegível em atraso será o Direito de Crédito não pago dentro de 15 (quinze) dias corridos da data de seu vencimento;
- (vii) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, devidos, em conjunto, pelos Clientes da Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, poderá ser equivalente a até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo;

- (viii) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, devidos pelos Clientes de cada Grupo constante da Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá ser igual ou inferior aos percentuais indicados no item 5.2.1.1. abaixo.
- (ix) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, devidos, em conjunto, pelos Clientes do Setor Varejista, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, poderá ser equivalente a até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (x) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, devidos por cada Cliente integrante da Lista de Clientes do Setor Varejista, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá ser igual ou inferior aos percentuais indicados no item 5.2.1.1. abaixo.

Os Critérios de Elegibilidade descritos nos subitens (ix) e (x) acima não serão aplicáveis aos Direitos de Crédito Instituições Financeiras, os quais deverão atender cumulativamente apenas aos Critérios de Elegibilidade descritos nos subitens (i) a (viii) acima.

O Custodiante do Fundo será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito envolvendo o Fundo e a Motorola Industrial.

Nos termos do Contrato de Cessão, a Motorola Industrial e as Instituições Financeiras comprometeram a não ofertar e/ou vender ao Fundo Direito de Crédito cujo prazo de vencimento seja superior a 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, contados da data de emissão do respectivo Documento Representativo de Crédito.

#### 5.2.1.1. Do Perfil dos Clientes devedores de Direitos de Crédito Elegíveis

Segue descrita abaixo a Lista de Clientes cujos Direitos de Crédito poderão ser cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão:

<b>Grupo</b>	<b>Clientes Operadoras de Serviço de Telefonia Móvel, devedores de Direitos de Crédito Elegíveis</b>	<b>Percentuais Máximos do Patrimônio Líquido do Fundo</b>
<b>VIVO</b>	CELULAR CRT S.A. GLOBAL TELECOM S.A. NORTE BRASIL TELECOM S.A. TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPACOES S.A TELEACRE CELULAR S.A. TELEBAHIA CELULAR S.A. TELEGOIAS CELULAR S.A. TELEMAT CELULAR S.A. TELEMS CELULAR S.A. TELERGEIPE CELULAR S.A. TELERJ CELULAR S.A. TELERON CELULAR S.A. TELESP CELULAR S.A. TELEST CELULAR S/A.	30%
<b>CLARO</b>	ALECAN TELECOMUNICACOES LTDA. AMERICEL S.A. ATL - TELECOM LESTE S.A. BCP S.A. BSE S.A. STEMAR TELECOMUNICACOES LTDA. TELET S.A. TESS S.A.	50%
<b>TIM</b>	MAXITEL S.A. TIM CELULAR S.A. TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S.A. TIM SUL S.A.	50%
<b>BRASIL TELECOM</b>	BRASIL TELECOM CELULAR S.A.	30%
<b>TELEMAR</b>	TNL PCS S.A.	30%
<b>OUTROS EM CONJUNTO</b>	AMAZONIA CELULAR S.A. - AMAZONAS AMAZONIA CELULAR S.A. – AMAPÁ AMAZONIA CELULAR S.A. AMAZONIA CELULAR S.A. – RORAIMA	2%



OUTROS INDIVIDUAL	TELEMIG CELULAR S.A.	2%
	SERCOMTEL CELULAR S.A.	2%
	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	2%
	CTBC CELULAR S.A.	2%

<b>Clientes do Setor Varejista, devedores de Direitos de Crédito Elegíveis</b>	<b>Percentuais Máximos do Patrimônio Líquido do Fundo</b>
CASA BAHIA COMERCIAL LTDA.	7%
B2W	2%
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A.	2%
C&A MODAS LTDA.	2%
CYBELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.	2%
FAST SHOP COMERCIAL LTDA.	2%
GLOBEX UTILIDADES S.A.	2%
LOJAS CEM S.A.	2%
LOJAS COLOMBO S.A. COM. DE UTIL. DOMEST.	2%
MAGAZINE LUIZA S.A.	2%
MERCADOMOVEIS LTDA.	2%
MOBILITA COM. IND. E REPRES.LTDA.	2%
TMB TELECOM. MOVEIS DO BRASIL LTDA.	2%
BOMPREGO S.A. SUPERMERCADOS DO NORDESTE	2%
BOMPREGO BAHIA S.A.	2%
LOJAS AMERICANAS S.A.	2%

#### 5.2.2. Dos Procedimentos de Oferta e Formalização da Cessão

Durante o prazo de duração do Fundo, seu objetivo será atingir o *Benchmark* das Quotas Sênior mediante a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis e a observância da política de investimento descrita no Capítulo Sete do Regulamento. Cada operação de aquisição de Direitos de Crédito envolvendo o Fundo e a Motorola Industrial será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos seguintes eventos, de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão: (a) verificação e validação, pelo Custodiante à Motorola Industrial, do atendimento dos Direitos de Crédito em negociação aos Critérios de Elegibilidade; (b) comunicação, pelo Custodiante, do atendimento dos Direitos de Crédito em negociação aos Critérios de Elegibilidade, mediante o envio do Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis (conforme definido abaixo); (c) envio, pelo Fundo, à Motorola Industrial, de cópia do Termo de Cessão (conforme definido abaixo) assinado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo (conforme definido abaixo), via fac-símile; (d) envio, pela Motorola Industrial, ao Fundo, de cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas da Motorola Industrial (conforme definido abaixo), via fac-símile; e (e) pagamento, pelo Custodiante, em nome e por conta

do Fundo, para a Motorola Industrial, do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis transferidos ao Fundo.

Cada data em que for verificada a ocorrência cumulativa dos eventos referidos nas alíneas (a) a (d) do item anterior será designada como uma “Data de Aquisição”.

### *5.2.3. Procedimentos de Seleção e Aquisição de Direitos de Crédito*

Para cada operação de cessão e aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, deverão ser observados os seguintes procedimentos, sem prejuízo do disposto no Contrato de Cessão:

- (i) A Motorola Industrial deverá disponibilizar ao Custodiante, até as 10:30h (dez horas e trinta minutos) de qualquer dia útil a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão (“Data de Oferta de Direitos de Crédito”), por meio eletrônico, arquivo contendo relação dos Direitos de Crédito que esteja disposta a ceder ao Fundo naquele dia específico;
  - a. O envio ao Custodiante do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretroatável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito;
  - b. Caso o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis seja encaminhado em qualquer dia útil após o horário mencionado neste item (i), a Data de Oferta de Direitos de Crédito será o dia útil imediatamente seguinte;
- (ii) Ao receber o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, o Custodiante informará imediatamente tal fato ao Fundo, por escrito ou por contato telefônico, e o Fundo, dentro de uma hora contada do recebimento de tal informação, deverá comunicar o Custodiante, por escrito ou por contato telefônico, se, naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito, está apto a adquirir Direitos de Crédito (de acordo com as regras de aquisição de Direitos de Crédito Disponíveis referidas nas alíneas (a) e (b) abaixo) e, em estando apto a adquirir Direitos de Crédito naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito, em qual quantidade (também de acordo com as regras de aquisição de Direitos de Crédito Disponíveis referidas nas alíneas (a) e (b) abaixo);
  - a. Tendo em vista que durante o prazo de duração do Fundo seu objetivo será atingir o *Benchmark* das Quotas Sênior, mediante a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis e a observância da política de investimento descrita no Capítulo Sete do Regulamento, a

prioridade do Fundo será adquirir quaisquer Direitos de Crédito ofertados nos termos do Contrato de Cessão, desde que (i) mediante a verificação do atendimento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão; (ii) tais Direitos de Crédito atendam a política de investimento do Regulamento e não prejudiquem o alcance do *Benchmark* do Fundo; e (iii) não esteja em andamento quaisquer das situações previstas a seguir:

1. tenha ocorrido ou esteja em andamento um Evento de Avaliação e ainda não tenha sido realizada a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo; ou
  2. tenha ocorrido ou esteja em andamento um Evento de Liquidação e ainda não tenha sido realizada a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo; ou
  3. tenha ocorrido ou esteja em andamento um Evento de Avaliação e/ou um Evento de Liquidação e as Assembléias Gerais de Quotistas tenham determinado, expressamente, ao Administrador, a suspensão de toda e qualquer aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo; ou
  4. o Fundo esteja em processo de liquidação antecipada, em observância aos procedimentos descritos no Regulamento; ou
  5. o Fundo não tenha recursos em moeda corrente nacional disponíveis para a aquisição de Direitos de Crédito (sendo que, na hipótese de o Fundo ter recursos para adquirir parte dos Direitos de Crédito, então apenas a parte que não puder ser adquirida pelo Fundo poderá ser rejeitada); ou
  6. a aquisição, pelo Fundo, de parte e/ou da totalidade dos Direitos de Crédito ofertados acarretará no descumprimento dos limites e critérios estabelecidos na Cláusula Dezesesseis do Regulamento (sendo que, na hipótese de o Fundo estar apto a adquirir parte dos Direitos de Crédito ofertados e ainda assim continuar cumprindo com o disposto na Cláusula Dezesesseis do Regulamento, então apenas a parte que não puder ser adquirida pelo Fundo poderá ser rejeitada); ou
  7. se o Fundo não estiver enquadrado aos termos e condições estabelecidos na Cláusula Dezesesseis do Regulamento, que versa sobre os procedimentos para constituição de reserva para pagamento das parcelas de amortização e do resgate das quotas e da ordem dos pagamentos do Fundo; e
- b. O Fundo somente poderá recusar ofertas de Direitos de Crédito se, na respectiva Data de Oferta de Direitos de Crédito, não for verificado o atendimento cumulativo do disposto nos itens (a)(i) e (a)(ii) acima e/ou for verificada a ocorrência de qualquer dos eventos descritos no item (a)(iii) acima;

- (iii) Caso a comunicação referida no item anterior seja no sentido de que o Fundo não está apto a adquirir Direitos de Crédito naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito, o procedimento de oferta dos respectivos Direitos de Crédito será finalizado. Caso a comunicação referida no item anterior seja de que o Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito, o Custodiante deverá, até as 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) da Data de Oferta de Direitos de Crédito: (a) verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade; (b) identificar e selecionar os Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que atendam aos Critérios de Elegibilidade e que serão, necessariamente, cedidos ao Fundo; (c) encaminhar à Motorola Industrial e ao Fundo, por meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Direitos de Crédito Elegíveis e o respectivo Preço de Aquisição, calculado de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão (“Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis”); e (d) encaminhar à Motorola Industrial, por fac-símile, cópia de termo de cessão referente ao Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis acima referido, elaborado de acordo com modelo integrante do Contrato de Cessão (“Termo de Cessão”) devidamente assinado pelas pessoas autorizadas do Fundo, conforme indicadas no Contrato de Cessão (as “Pessoas Autorizadas do Fundo”). O Termo de Cessão será a oferta irrevogável e irretroatável do Fundo para a aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis indicados no Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e regulará cada operação de aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis entre a Motorola Industrial e o Fundo, sendo que cada Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis será parte integrante de cada Termo de Cessão;
- (iv) Após o recebimento do Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e do Termo de Cessão, a Motorola Industrial deverá enviar ao Fundo, via fac-símile, até as 15:30h (quinze horas e trinta minutos) da Data de Aquisição, cópia do Termo de Cessão devidamente assinado pelas Pessoas Autorizadas da Motorola Industrial indicadas no Contrato de Cessão (as Pessoas Autorizadas do Fundo em conjunto com as Pessoas Autorizadas da Motorola Industrial, simplesmente as “Pessoas Autorizadas”);
- (v) Na hipótese de a cópia do Termo de Cessão de que trata o item anterior ser encaminhada pela Motorola Industrial e recebida pelo Custodiante, até as 15:30h (quinze horas e trinta minutos) da Data de Aquisição, e desde que os Direitos de Crédito Elegíveis objeto do Termo de Cessão não tenham sido registrados em sistema de cobrança do Custodiante, o Custodiante realizará o pagamento à Motorola Industrial do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis referentes objeto do Termo de Cessão até as 16:00h (dezesseis horas) da Data de Aquisição. Na hipótese de a cópia do Termo de Cessão ser encaminhada pela Motorola Industrial, ao

Custodiante, depois das 15:30h (quinze horas e trinta minutos) da Data de Aquisição e/ou no caso de os Direitos de Crédito Elegíveis objeto do Termo de Cessão já terem sido registrados em sistema de cobrança do Custodiante, o Custodiante realizará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis referentes ao Termo de Cessão no dia útil imediatamente seguinte à referida Data de Aquisição. Cada data em que for realizado o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis indicados no Termo de Cessão será designada como uma “Data de Pagamento”;

- (vi) Dentro de até um dia útil da Data de Pagamento, o Custodiante providenciará a emissão e o envio em nome do Fundo, a todos os Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis que não tenham sido registrados em sistema de cobrança do Custodiante, de boleto de cobrança relativo aos referidos Direitos de Crédito Elegíveis;
- (vii) Dentro de até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Pagamento, o Fundo deverá encaminhar à Motorola Industrial 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão, assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Fundo;
- (viii) A Motorola Industrial, ao receber as 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão, providenciará (a) a assinatura do Termo de Cessão pelas Pessoas Autorizadas da Motorola Industrial e (b) o envio ao Fundo das vias originais do Termo de Cessão com as assinaturas das Pessoas Autorizadas da Cedente;
- (ix) O Fundo, ao receber as 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas, providenciará o seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em que estiverem registrados o Contrato de Cessão;

#### *5.2.4. Outros procedimentos referentes à cessão de Direitos de Crédito*

Ressalvado o disposto no item 5.3 abaixo, a cessão de Direitos de Crédito ao Fundo será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Motorola Industrial, da plena titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis, juntamente com todos os direitos, privilégios, garantias, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

Quaisquer seguros existentes para os Direitos de Crédito à época de sua aquisição pelo Fundo serão automaticamente cancelados quando tais Direitos de Crédito passarem a compor o patrimônio do Fundo na qualidade de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito integrantes do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis que não tenham sido selecionados para cessão ao Fundo poderão ser re-ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação e seleção pelo Custodiante, nos termos deste item.

A Motorola Industrial manterá os Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis sob sua custódia, de acordo com o disposto no Contrato de Depósito, nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se a Motorola Industrial pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo.

A contratação da Motorola Industrial como fiel depositária dos Documentos Representativos de Crédito não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela Motorola Industrial, sobre os Direitos de Crédito Elegíveis referentes a eles.

### **5.3. Da Resolução da Cessão de Direitos de Crédito**

Considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de aviso ou notificação à Motorola Industrial, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo, (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Representativos de Crédito e (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito Elegível que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente devedor em decorrência de (a) defeito ou vício do produto ou serviço referente ao Direito de Crédito ou (b) devolução do produto referente ao Direito de Crédito, que resulte no cancelamento da venda de tal produto (“Condições Resolutivas da Cessão”).

Caso tome conhecimento da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, a Motorola Industrial deverá (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48h (quarenta e oito horas) contados da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao valor dos Direitos de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida, valor este calculado de acordo com o disposto no Contrato de Cessão.

### **5.4. Critério de Apuração do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito**

Nos termos do Contrato de Cessão, pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, o Fundo pagará à Cedente, em cada Data de Pagamento, o valor apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(\text{FatorAq})^{DU_i}}$$

$PA_i$	Preço de Aquisição do Direito de Crédito Elegível "i";
$VN_i$	Valor nominal do Direito de Crédito Elegível "i";
$DU_i$	Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito de Crédito Elegível "i", exclusive;
FatorAq	Fator de aquisição, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{FatorAq} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSE}$$

Fator DI	Fator correspondente à Taxa DI, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:
----------	--

$$\text{FatorDI} = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{DI_f}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{FM}{100} \right) + 1 \right\}$$

$DI_f$	Taxa de juros pré-fixada no período fixo de 40 (quarenta) dias úteis, referenciada pela curva de mercado futuro da Bolsa de Mercadoria de Futuros ("BM&F"), e expressa em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;
--------	--

FM	A maior Sobretaxa $n$ (conforme definido no Regulamento) aplicável às Quotas Sênior em circulação em cada Data de Aquisição, ou ,105, o que for maior.
----	--

Fator SE	Fator correspondente ao spread excedente, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:
----------	--

$$\text{FatorSE} = \left( 1 + \frac{SE}{100} \right)^{\frac{1}{252}}$$

SE	Spread excedente = 5,5
----	------------------------

De acordo com a metodologia da fórmula apresentada acima, o excesso de *spread* nas operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo poderá resultar em aumento do valor das Quotas Subordinadas em relação ao patrimônio líquido do Fundo, ampliando a sua representatividade a percentuais acima de 3% (três por cento), até 10% (dez por cento). Nestes casos, a Motorola Industrial poderá solicitar a amortização extraordinária de Quotas Subordinadas, sem prejuízo da Razão de Garantia, nos termos do item 4.10 deste Prospecto.



**6. A ORIGINADORA DOS DIREITOS DE CRÉDITO – MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA.**

---

## A ORIGINADORA DOS DIREITOS DE CRÉDITO – MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA.

### 6.1. Breve Descritivo da Motorola Industrial e suas Atividades

A Motorola Industrial instalou-se no Brasil em 1992, por meio de um escritório localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em 1995, a *Motorola, Inc.*, empresa controladora da Motorola Industrial, com sede nos Estados Unidos da América, no Estado de *Delaware* (“Motorola Inc.”), decidiu fazer do Brasil a sua base industrial na América do Sul, investindo na implantação de novas unidades fabris e na contratação de mão-de-obra. Em 30 de junho de 2005, o *rating* corporativo da Motorola Inc. era equivalente a Baa2 (Moody’s) e BBB+ (S&P).

Em 1996 foi construída e inaugurada a primeira fábrica de celular da *Motorola Inc.* no Brasil, na Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo. Essa fábrica abriga o projeto denominado Campus Industrial de Jaguariúna (“Campus”), um novo conceito de parque industrial com linhas de produção flexíveis. Por meio da fábrica de Jaguariúna, a Motorola Industrial foi a pioneira na fabricação de estações de rádio base para celular e na fabricação de *paggers* no Brasil.

O Campus reúne as fábricas de celulares, *paggers*, estações rádio base para rede celular, equipamentos iDEN e rastreadores de veículos. Também estão lá instalados um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Terminais Celulares em *hardware*, *software*, mecânica e desenho industrial, bem como o *Brazil Test Center*, centro mundial de verificação e integração de *software* para celulares, e dois centros de desenvolvimento na área de infra-estrutura de redes de telecomunicações. O Campus está localizado em um terreno de 800 mil m<sup>2</sup> e 64.500 mil m<sup>2</sup> de área construída. Em 2001, a Motorola Industrial já liderava as exportações brasileiras no setor de telecomunicações com um montante de R\$ 690.000.000,00 (seiscentos e noventa milhões de reais). Em 2004, a Motorola Industrial contabilizou US\$ 430.500.000,00 (quatrocentos e trinta milhões e quinhentos mil dólares) em exportações para Países como Estados Unidos, Argentina, Venezuela e México.

Desde 1995, os investimentos da *Motorola Inc.* no Brasil totalizaram US\$ 492.000.000,00 (quatrocentos e noventa e dois milhões de dólares); deste montante, US\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares) foram destinados à construção do Campus. Desde 1997, a *Motorola Inc.* investiu cerca de US\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares) em projetos de pesquisa e desenvolvimento. O volume de vendas mundiais da *Motorola Inc.* no primeiro semestre de 2005 foi 13% superior ao mesmo período do ano anterior, no montante de US\$ 16.986.000.000,00 (dezesseis bilhões novecentos e oitenta e seis milhões de dólares). Em 30 de junho de 2005, a *Motorola Inc.* mantinha sua posição como segunda colocada

na indústria global de celulares. Durante o primeiro semestre de 2005, a *Motorola Inc.* consolidou sua liderança nas Américas ao fortalecer sua posição de número um na América do Norte e retomar sua liderança na América Latina.

A Motorola Industrial tinha em 30 de junho de 2005, cerca de 2.400 (dois mil e quatrocentos) funcionários e 4.500 (quatro mil e quinhentos) colaboradores no total incluindo os prestadores de serviço terceirizados.

A Motorola Industrial tem como principal objeto social a fabricação, montagem, venda, aluguel, distribuição, locação, arrendamento, exportação e importação de produtos de informática e automação, incluindo telefones celulares, centrais e estações telefônicas, seus acessórios e afins, computadores, produtos para rádio estacionários móveis, produtos para tele e rádio chamadas, produtos e sistemas para transmissão de processamento de dados, sistemas de informação, produtos estacionários e móveis, produtos para computadores, para as indústrias automotivas e eletrônica industrial, produtos e sistemas para satélites de comunicação e outros produtos e sistemas eletrônicos, incluindo a instalação e operação de centro(s) de treinamento para a promoção de atividades educacionais.

A Motorola Industrial desenvolve um programa de voluntariado que, até 2004, já havia atendido 23 instituições em Jaguariúna, cidade onde está localizada sua sede, além de regiões próximas. Foram cerca de 4 (quatro) mil pessoas assistidas através de contribuição com recursos no montante de US\$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), além de toneladas de doações de roupas e alimentos. A Motorola Industrial possui um programa de preservação ambiental através de 115 (cento e quinze) postos de coleta de bateria espalhados pelo País além do Campus ter sido construído baseado em soluções de preservação ambiental.

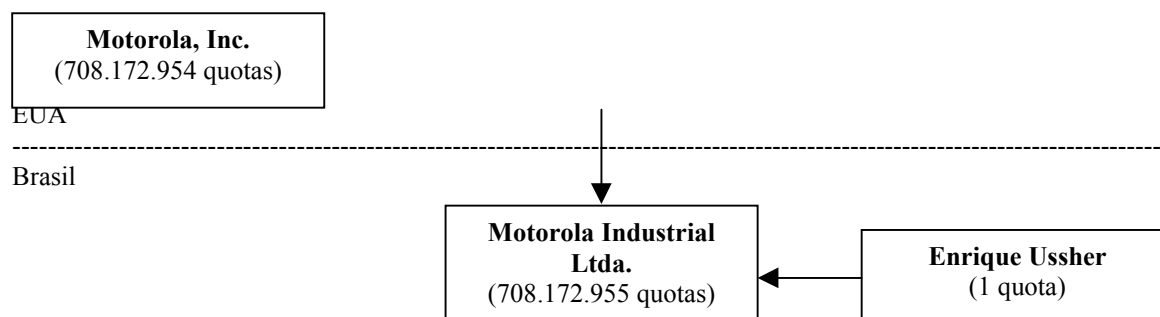
Em 30 de junho de 2005, o capital social da Motorola Industrial era de R\$ 708.172.955,00, (setecentos e oito milhões, cento e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) dividido em 708.172.955 (setecentas e oito milhões, cento e setenta e duas mil, novecentas e cinquenta e cinco) quotas, totalmente integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

A administração da Motorola Industrial é incumbida a uma Diretoria composta por no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) diretores, cada um deles designado individualmente “Diretor”. Na data da elaboração deste Prospecto, a Diretoria da Motorola Industrial era assim composta:

- a) Enrique Ricardo Ussher, argentino, casado, executivo, portador da Cédula de Identidade para estrangeiros RNE n.º V042026-X-SE/DPMAF/DPF, inscrito no CPF/MF sob n.º 111.324.228-09;

- b) Luis Antonio Roberto Corvini, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.592.138 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 150.077.669-68;
- c) José Mauricio Gomes, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 9.663.152 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 375.463.336-87;
- d) Adelmo Miranda de Farias, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8.035.576 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 697.462.738-68;
- e) Bruno Alois Nowak, alemão, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE n.º W044151-C-SE/DPMF/DPF, inscrito no CPF/MF sob n.º 422.165.328-00;
- f) Marco Antonio Albamonte Arruda, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 18.980.447-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 171.294.138-08.

O esquema a seguir representa o organograma societário no qual a Motorola Industrial estava inserida e respectivas participações na data da elaboração deste Prospecto:



## 6.2. Procedimento de concessão de crédito para os Clientes da Motorola Industrial

No caso de venda para clientes novos e também para casos de alteração ou renovação das condições da linha de crédito propostas, o departamento de vendas da Motorola Industrial submete à área de crédito da Motorola Industrial a seguinte documentação:

- C.N.P.J./M.F. do cliente;
- Relatórios financeiros;
- Informação sobre previsão de vendas;
- Prazos de pagamento;

- Garantias colaterais, se aplicável;
- Demonstrações financeiras; e
- Contrato/estatuto social atualizado (se disponível).

Antes do início da análise de crédito, a área de crédito consulta o site Visual Compliance ([www.visualcompliance.com.br](http://www.visualcompliance.com.br)) para verificar se o potencial cliente faz parte de lista de pessoas jurídicas e físicas com as quais a Motorola Industrial não deve manter negócios. Caso o potencial cliente esteja na lista acima referida, o processo de concessão de crédito é paralisado.

Caso a consulta ao Visual Compliance não apresente problemas, o cliente é submetido ao sistema restritivo de créditos da SERASA, com o intuito de verificar possíveis negativas do referido cliente na SERASA. Essa análise de crédito é realizada anualmente para cada cliente. Caso o cliente esteja negativado, análises mais detalhadas são efetuadas. Após essa etapa, se ainda assim o cliente não for aprovado, o mesmo tem a opção de apresentar garantias adicionais que o habilitam a receber crédito da Motorola Industrial.

Em seguida, a área de crédito registra a análise do cliente nos sistemas próprios do departamento com base na documentação recebida, realizando análises financeiras com o intuito de estabelecimento dos limites de crédito, os quais são revisados anualmente. É, então, elaborado um relatório com informações do cliente, o SBCL (*Special Buyer Credit Limit*). Neste relatório são transcritos os detalhes do cliente referentes ao mercado em que atua e outras informações tais como:

- Subsidiárias no exterior;
- Análise dos balanços;
- Demonstrações financeiras;
- *Rating* informado pelo SERASA;
- Descritivo dos competidores;
- Histórico do limite do cliente; e
- Limite anual.

Com base no relatório acima referido é indicado limite de crédito para o cliente. A área de crédito deve então submeter as informações geradas no processo acima referido à aprovação interna, conforme hierarquia de aprovações de cada divisão de negócios da Motorola Industrial.

No processo de aprovação de crédito acima referido verifica-se se o limite de crédito sugerido para o cliente é superior ao DCL (*Discretionary Credit Limit*).

Se o limite for inferior ao DCL, o crédito é aprovado e o fluxo continua. Nos casos em que o limite é superior ao DCL, o SBCL é enviado para a seguradora aprovar a cobertura de seguro para o montante estabelecido. Caso o valor da cobertura para determinado cliente, ao ser submetido à seguradora, não permita a cobertura de

risco para aquele crédito, a Motorola Industrial poderá mesmo assim conceder tal crédito em tal limite, mesmo que sem seguro, desde que mediante a aprovação do *controller*.

No caso do crédito do cliente ser aprovado, a área de crédito comunica à área comercial a liberação do cliente e, se o cliente não estiver no sistema Oracle, o cadastro do mesmo é efetuado. Em seguida, as análises são arquivadas nas pastas dos clientes.

### Responsabilidades

#### *Departamento de Vendas*

- Fornecer à área de crédito todos os documentos e informações do processo de análise de crédito de clientes.

#### *Área de Crédito*

- Verificar o Visual Compliance antes do início da análise de crédito de novos clientes;
- Realizar a análise de crédito dos clientes nos casos de clientes novos ou modificação da linha de crédito e formalizá-la nos sistemas próprios;
- Garantir que os clientes tenham seus créditos revistos pelo menos uma vez ao ano;
- Submeter as análises de crédito à aprovação, conforme hierarquia de aprovações internas da Motorola Industrial e para aprovação da seguradora;
- Arquivar fisicamente a documentação nas pastas de clientes.

#### *IT – “Information Technology”*

- Garantir a disponibilidade do sistema Oracle para permitir que os departamentos correlatos efetuem as transações necessárias ao processo de análise de crédito;
- Garantir que o módulo do Oracle e os sistemas ligados sejam restritos apenas às pessoas autorizadas dos departamentos.

### **6.3. Procedimento de Cobrança Aplicável aos Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança**

A partir do 1º dia de atraso é iniciado esforço de cobrança amigável de Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes e Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança. Este procedimento visa entender o motivo da inadimplência através de “follow-up” (contato via e-mail, telefonema, carta, etc).

Caso o Cliente não concorde com a cobrança amigável acima referida, a inadimplência é comunicada ao departamento de vendas da Motorola Industrial, que deve negociar com o Cliente a liquidação do saldo devido. O registro dessa etapa é efetuado no histórico de cobrança daquele Cliente.

No 17º dia após o vencimento da fatura, a Motorola Industrial realiza o registro do Cliente inadimplente no sistema da SERASA.

A partir do 30º dia, caso o Cliente não tenha efetuado o pagamento do Direito de Crédito Elegível Inadimplente ou Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança e um acordo não tenha sido estabelecido, o mesmo é taxado em “Hold Ship”, ou seja, é realizada a suspensão de vendas a esse Cliente. Caso o Cliente concorde em pagar o montante devido, ele se manterá em “Hold Ship” até a quitação do Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança.

No caso de persistência do não recebimento do Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança em até 47 (quarenta e sete) dias, contado da data de vencimento, a área de cobrança inicia o processo de protesto do Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança. Dessa forma, o prazo de início da cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança será de no máximo 47 (quarenta e sete) dias, contado da data de vencimento.

Uma vez frustrada a cobrança extrajudicial e esgotados todos os procedimentos definidos acima, a Motorola Industrial deve tomar as providências necessárias para iniciar as medidas judiciais cabíveis para a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança, sempre levando em consideração o valor de recuperação dos créditos e os custos associados com as respectivas medidas.

A área de cobrança faz a aplicação manual dos recebimentos em atraso, nos casos em que o cliente, em vez de efetuar o pagamento dos títulos em atraso no Banco de cobrança, efetua o depósito em conta corrente da Motorola Industrial, ou faz a aplicação automática no caso de recebimento dos títulos em atraso via Banco.

## **7. OS SACADOS DOS DIREITOS DE CRÉDITO E A PERFORMANCE DA CARTEIRA**

---



## **OS SACADOS DOS DIREITOS DE CRÉDITO E A PERFORMANCE DA CARTEIRA**

*Esta seção traz uma breve descrição de alguns dos principais Clientes da Motorola Industrial, que podem ser devedores de Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira do Fundo. As informações abaixo foram obtidas a partir de informações publicadas e disponibilizadas pelos respectivos Clientes e/ou a partir de informações compiladas de fontes públicas disponíveis no mercado. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, os Coordenadores e/ou a Motorola Industrial não se responsabilizam pela exatidão e veracidade de tais informações.*

### **7.1. Clientes do Setor de Telefonia Móvel**

Segue abaixo breve descrição dos principais Clientes da Motorola Industrial, integrantes do setor de telefonia móvel, na data deste Prospecto.

#### **Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 30%**

A TNL, que atua sob a marca Oi, é controlada direta da Telemar Participações S.A. e foi constituída em 1998, com o objetivo de promover, entre outros, o gerenciamento financeiro e operacional de suas subsidiárias diretas e indiretas atuantes no setor de telefonia.

A TNL é companhia com registro de companhia aberta perante a CVM, sendo que suas ações são listadas para negociação na Bovespa. A TNL também possui registro na *Securities and Exchange Commission*, dos Estados Unidos da América, e é emissora de “American Depositary Shares – ADS – Level II”, listados na New York Stock Exchange.

As atividades da TNL englobam os segmentos de telefonias fixa e móvel, com a utilização de tecnologia GSM, além de transmissão de dados e serviços de Internet. Na data deste Prospecto, a TNL era a maior operadora brasileira de telefonia, com presença em 16 Estados e uma base de acessos de 23 milhões de clientes, dos quais 15 milhões pertencentes ao segmento de telefonia fixa e 8,1 milhões ao segmento de telefonia móvel celular.

A map of Brazil with the states of the Northeast region highlighted in blue. The highlighted states are Acre, Roraima, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, and Amazonas. The other states are shown in gray.

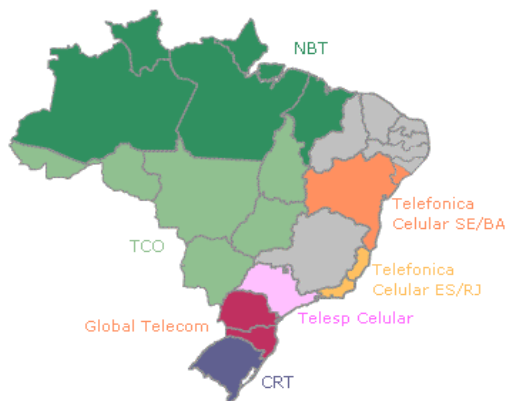
**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 30%**

**Telesp Celular Participações S.A.**, que possui participações societárias na Telesp Celular S.A, Global Telecom S.A e Tele Centro Oeste Celular Participações S.A e suas subsidiárias.

**Tele Sudeste Celular Participações S.A.**, que possui participações societárias na Telerj Celular S.A. e Telest Celular S.A.

As operadoras do grupo Vivo disponibilizam serviços de telefonia em 20 Estados no território Brasileiro, com predominância da tecnologia CDMA. Na data deste Prospecto, sua participação representava 37% do mercado brasileiro de telefonia móvel, representando aproximadamente 28,9 milhões de assinantes.

Abrangência do grupo Vivo no Território Nacional:



**Brasil Telecom Participações S.A. (“BRT”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 30%**

A BRT é controlada pela Solpart Participações S.A. que, por sua vez, é controlada pela Timepart Participações Ltda., Techold Participações S.A. e Telecom Italia International N.V.

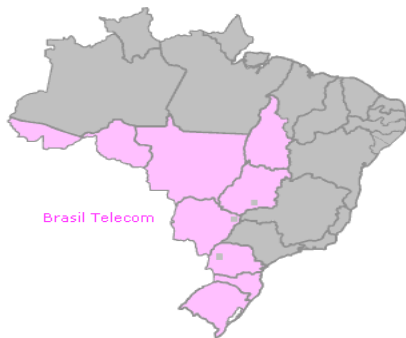
A BRT possui 99% do capital votante e 65% do capital total da 14 Brasil Telecom S.A., sendo que ambas empresas possuem ações listadas na Bovespa e na New York Stock Exchange, nesta última o formato de American Depositary Receipts.

A BRT conta com a vantagem de sua posição privilegiada em telefonia fixa, com aproximadamente 10,8 milhões de assinantes, contando com 95% de participação nesse mercado, nas regiões centro-oeste, sudeste e sul (10 Estados) do País, na data deste Prospecto.

Também integram o grupo da BRT as empresas BrT Serviços de Internet, Sistema BrT Cabos Submarinos, Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda., Vant Telecomunicações S.A., Ibest S.A. e Internet Group do Brasil Ltda.

O grupo da BRT, através da 14 Brasil Telecom Celular S.A., adotou a tecnologia GSM, tendo concluído em 2004 a implementação de todos os processos necessários ao início da operação da Brasil Telecom GSM. Na data deste Prospecto, suas operações de telefonia móvel estavam presentes em 10 Estados, representando uma participação de mercado de 2% e 1,6 milhão de assinantes.

Abrangência do grupo BRT no Território Nacional:



**América Móvil - Claro**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 20%**

O grupo América Móvil é o maior grupo do setor de telefonia celular da América Latina, com mais de 50 milhões de clientes no México, Argentina, Equador, Colômbia, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Honduras, Estados Unidos e Brasil. No Brasil, o grupo opera com a marca Claro, no mercado de telefonia celular, com a utilização preponderante de tecnologia GSM, possuindo atualmente 22% do mercado de telefonia móvel brasileiro (17 milhões de assinantes). O grupo América Móvil atua em 20 Estados brasileiros e o Distrito Federal, cobrindo uma área de 137 milhões de habitantes, o correspondente a 84% da população brasileira.

Abrangência da América Móvil no Território Nacional:



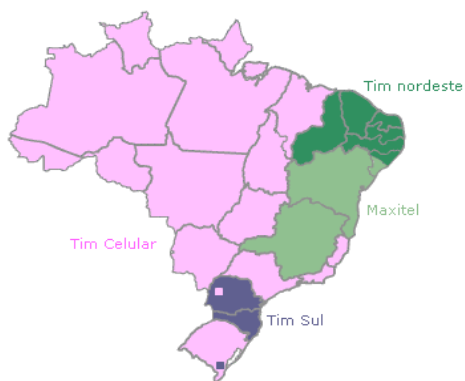
### **Tim Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 30%**

A Tim teve sua origem na forma de uma unidade da Telecom Itália, em 1990, tendo apresentado rápido crescimento no mercado europeu de telecomunicações, com destaque para a Itália, onde a Tim foi responsável pela operacionalização dos primeiros aparelhos de telefonia celular.

Atualmente, a abrangência dos serviços de telefonia celular da Tim se traduz em atendimento a uma base de 53 milhões de usuários nos continentes Europeu e Sul Americano. No território Brasileiro, a TIM opera principalmente com a tecnologia GSM, sendo atualmente a única provedora de serviço móvel celular com cobertura nacional, detendo uma participação de mercado de 23% na data deste Prospecto (18,1 milhões de assinantes).

#### Abrangência da TIM no Território Nacional:



### **Telemig Celular S.A. e Amazônia Celular**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2% cada.**

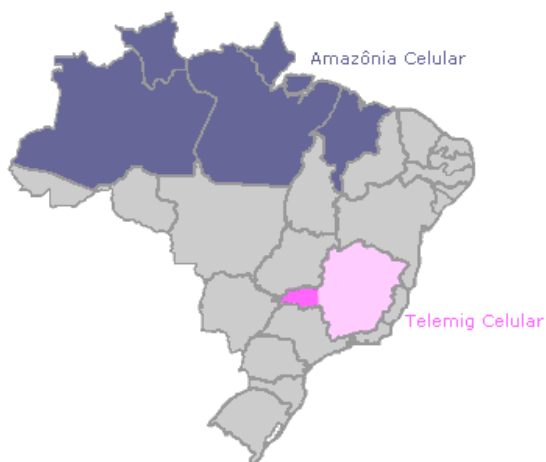
A Telemig Celular S.A. é controlada pela Telemig Celular Participações S.A., que, por sua vez, é controlada pela Telpart Participações S.A.

A Amazônia Celular S.A. é a prestadora de telefonia móvel nos Estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima. A Empresa é controlada pela Tele Norte Celular Participações S.A., que, por sua vez, é controlada pela Telpart Participações S.A.

Ambas a Telemig Celular e a Amazônia Celular possuem ações listadas na Bovespa e *American Depositary Receipts* negociados na New York Stock Exchange, operando por meio das tecnologias TDMA e GSM.

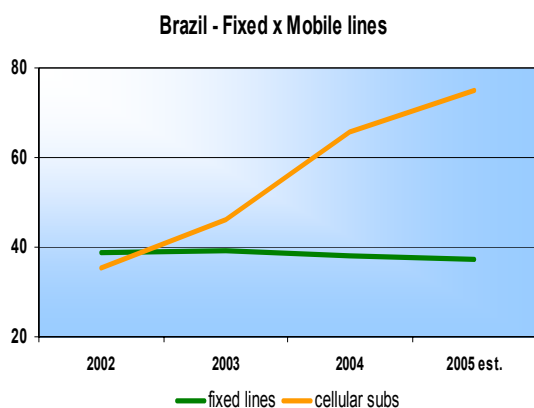
A Telemig Celular é a operadora líder de mercado na telefonia móvel no Estado de Minas Gerais, na data deste Prospecto. A Telemig Celular e a Amazônia Celular juntas possuem, na data deste Prospecto, 5% do mercado brasileiro de telefonia móvel, com 3,8 milhões de assinantes.

Abrangência no Território Nacional:



**Panorama do Mercado de Celulares - Dados Setoriais**

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na data deste Prospecto, o Brasil possuía cerca de 78,9 milhões assinantes de telefonia celular, sendo que somente nos sete primeiros meses de 2005 foram habilitados 10,9 milhões de novos aparelhos, contra os 8,87 milhões do mesmo período do ano passado.



O Brasil é o 5º País em número de celulares no mundo, tendo ultrapassado Países como: Alemanha, Reino Unido, Coréia, Itália e Índia. O mercado brasileiro continua em franco crescimento, sendo que no primeiro trimestre de 2005 o Brasil possuía a terceira posição no ranking das adições líquidas de usuários. Neste quesito, o Brasil é superado apenas pela China e Rússia.

<b>Operadoras</b>	<b>Market Share de Adições Liquidas Período de Janeiro a Agosto de 2005</b>	<b>Agosto de 2005</b>
Vivo	16,9%	36,47%
TIM	33,0%	22,81%
Claro	26,3%	21,68%
Oi	14,4%	11,05%
Telemig/Amaz	1,5%	5,36%
BrT GSM	7,8%	2,08%
CTBC	0,1%	0,44%
Sercomtel Cel.	0,0%	0,11%
Total Celulares (milhares)	13.342	78.947

## 7.2. Clientes do Setor Varejista

Segue abaixo breve descrição dos principais Clientes da Motorola Industrial, integrantes do setor varejista, na data deste Prospecto.

### **B2W Companhia Global do Varejo (“B2W”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A B2W, denominada B2W Companhia Global do Varejo, é o resultado da combinação das forças complementares da Americanas.com e do Submarino. Essa união possibilitou a criação de uma companhia de varejo com atuação por meio de diversos canais de distribuição – televendas (com anúncios por televisão e catálogos), televisão, catálogos, quiosques e Internet.

A nova companhia será capaz de concorrer de forma mais eficiente no mercado de varejo como um todo, proporcionando melhores condições e níveis de serviço para o cliente final.

A B2W passa a integrar o rol de clientes da Motorola Industrial, no setor varejista, em 27 de junho de 2007.

### **Lojas Americanas S.A. (“Lojas Americanas”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A Lojas Americanas dedica-se ao comércio de varejo de produtos de consumo, por meio de 156 lojas, situadas nas principais capitais e Cidades do País, contando ainda com três centros de distribuição. A maioria destas lojas está situada na região Sudeste (61%), Sul (15%) e Nordeste (14%).

A Lojas Americanas atua também no comércio eletrônico, por meio de sua controlada, a Americanas.com Comércio Eletrônico S.A., e na prestação de serviços de informações cadastrais e agenciamento de contratos de financiamento para instituições financeiras através de sua controlada, Facilita Serviços e Propaganda S.A.

A Lojas Americanas é uma empresa de capital aberto, tendo suas ações negociadas na Bovespa, sendo controlada pela Velame Administração de Recursos S.A, que detém 51,98% de seu capital votante e 19,72% de seu capital total.

Seus principais números são:

#### **Lojas Americanas**

<b>R\$ mil</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Receita Líquida	1.690.283	1.922.669
Lucro Líquido	115.873	64.135
Patrimônio Líquido	210.918	188.749
Número de Lojas	121	156
Margem Líquida	6,86%	3,34%
Retorno sobre o PL	54,9%	34,0%

*Fonte: CVM*

### **Magazine Luiza S.A. (“Magazine Luiza”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

Fundado em 1957, na Cidade de Franca, interior de São Paulo, o Magazine Luiza comercializa diversos produtos, como: mobiliário, aparelhos eletrônicos, equipamentos de informática, vestuário, ferramentas, eletrodomésticos, brinquedos, entre outros.

O Magazine Luiza atua em sete Estados (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), possui 203 lojas físicas e 50 lojas virtuais, empregando cerca de 10 mil funcionários.



A rede possui quatro centros de distribuição de produtos, um em Ribeirão Preto, em condições de atender o interior de São Paulo e Minas Gerais; outro em Ibiaporã, interior do Paraná, localizado próximo a Mato Grosso do Sul; outro em Sorocaba e um em Caxias do Sul (RS).

O Magazine Luiza ainda está inserido no segmento de comércio eletrônico, por meio de suas lojas virtuais, comercializando os mesmos produtos vendidos nas lojas físicas. Usualmente, esses estabelecimentos estão localizados em Cidades de até 100 mil habitantes ou em bairros populosos de Cidades maiores.

Em 1991, a empresa criou uma holding, que além da rede de eletrodomésticos Magazine Luiza, administra outras empresas como Meta Veículos Ltda, Ubervel Uberaba Veículos e Peças Ltda, Consórcio Nacional Luiza S.C. Ltda., Castelo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Luiza Factoring Fomento Mercantil Ltda. Em 2004 comprou a rede Arno, no Rio Grande do Sul, que possuía 51 lojas.

Seus principais números são:

#### **Magazine Luiza**

<b>R\$ mil</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Receita Líquida	724.602	935.053
Lucro Líquido	24.654	25.690
Patrimônio Líquido	58.425	78.796
Número de Lojas	n.d	253
Margem Líquida	3,4%	2,7%
Retorno sobre o PL	42,2%	32,6%

*Fonte: Empresa e Investnews.*

#### **Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (“Casas Pernambucanas”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A Casas Pernambucanas é formada por uma rede de 238 lojas presentes em várias Cidades brasileiras, basicamente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Os itens de venda das Casas Pernambucanas correspondem a artigos de cama e mesa, vestuário, produtos eletrônicos e eletrodomésticos (linhas branca e marrom). Os itens de cama, mesa e vestuário são reabastecidos segundo políticas de reposição sensíveis a sazonalidade, condições momentâneas de mercado e políticas de marketing. Os itens das linhas de eletrodomésticos são atendidos sob demanda.

Seus principais números são:

**Arthur Lundgren ( Pernambuco)**

R\$ mil	2003	2004
Receita Líquida	1.379.455	1.780.600
Lucro Líquido	40.182	51.095
Patrimônio Líquido	358.222	389.258
Número de Lojas	n.d	238
Margem Líquida	2,9%	2,9%
Retorno sobre o PL	11,2%	13,1%

*Fonte: Investnews e Unisoma.*

**Globex Utilidades S.A (“Ponto Frio”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A Globex Utilidades S.A., que atua no mercado de varejo por meio da marca de fantasia “Ponto Frio”, possui um total de 339 lojas, comercializando uma variada gama de produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e outros aparelhos domésticos, incluindo itens tais como: mobiliário, brinquedos, produtos eletrônicos, telefones celulares e produtos de escritório. Suas atividades estão centradas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, possuindo lojas em 10 Estados brasileiros.

A Ponto Frio ainda atua na área de comércio eletrônico por meio de seu *site* [www.pontofrio.com.br](http://www.pontofrio.com.br), onde comercializa os mesmos produtos presentes nas lojas físicas da rede.

Seus principais números são:

**Globex**

R\$ mil	2003	2004
Receita Líquida	1.999.381	2.315.710
Lucro Líquido	3.344	52.031
Patrimônio Líquido	562.155	597.237
Número de Lojas	334	339
Margem Líquida	0,2%	2,2%
Retorno sobre o PL	0,6%	8,7%

*Fonte: CVM e Empresa*

**Bompreço Supermercados do Nordeste S.A. (“Bom Preço”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

Fundada em 1935, no município de Ribeirópolis, no interior de Sergipe, a rede Bompreço comercializa alimentos e utilidades domésticas em geral, por meio de uma rede de 64 supermercados, hipermercados e minimercados.

O Bom Preço controla integralmente a Bompreço Bahia S.A., e é controlado pelo grupo varejista americano Wal-Mart, que adquiriu a rede Bompreço em 2004, quando sua antiga controladora – o grupo varejista holandês Royal Ahold – decidiu encerrar suas atividades na América Latina.

Seus principais números são:

**Bompreço Nordeste**

R\$ mil	2003	2004
Receita Líquida	1.802.416	1.978.225
Lucro Líquido	(182.421)	(35.122)
Patrimônio Líquido	862.815	937.690
Número de Lojas	n.d	64
Margem Líquida	-10,1%	-1,8%
Retorno sobre o PL	-21,1%	-3,7%

*Fonte: Investnews e Empresa.*

**Bompreço Bahia S.A. (“Bom Preço Bahia”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

O Bompreço Bahia tem como objetivo a distribuição de alimentos e utilidades domésticas em geral. A rede atua na região Nordeste e possui uma rede de hipermercados, supermercados e minimercados, totalizando 54 unidades.

Pertencente ao grupo Bompreço, a rede passou a ser controlada indiretamente pelo Wal-Mart a partir de 2004, que adquiriu a empresa Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, sua controladora integral.

Seus principais números são:

#### **Bompreço Bahia**

<b>R\$ mil</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Receita Líquida	1.105.785	1.177.781
Lucro Líquido	12.494	26.251
Patrimônio Líquido	515.410	517.416
Número de Lojas	n.d	54
Margem Líquida	1,1%	2,2%
Retorno sobre o PL	2,4%	5,1%

*Fonte: CVM e Empresa.*

#### **Lojas Colombo S.A Comércio de Utilidades Domésticas (“Lojas Colombo”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A Lojas Colombo surgiu em 1959 na Cidade de Farroupilha, Rio Grande do Sul, sob o nome de Maggioni & Colombo Ltda. Somente a partir de 1992, a Lojas Colombo adotou o nome atual e reformulou seu *mix* de produtos, passando a comercializar diversos produtos: móveis, aparelhos eletrônicos, equipamentos de informática, produtos de telefonia, vestuário, ferramentas, eletrodomésticos, brinquedos, entre outros.

Na data deste Prospecto a Lojas Colombo possui 367 lojas e 4 centros de distribuição, atuando nas regiões Sul e Sudeste, além de possuir um portal de comércio eletrônico ([www.colombo.com.br](http://www.colombo.com.br)) que vende os mesmos produtos presentes nas lojas físicas da rede.

A Lojas Colombo ainda está presente no ramo de consórcios, por meio da empresa Farroupilha Administradora de Consórcios, que opera em todas as Cidades onde a Lojas Colombo possui lojas.

Os principais números da Lojas Colombo são:

#### **Lojas Colombo**

<b>R\$ mil</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Receita Líquida	863.190	990.601
Lucro Líquido	21.593	21.640
Patrimônio Líquido	153.466	160.816
Número de Lojas	n.d	367
Margem Líquida	2,5%	2,2%
Retorno sobre o PL	14,1%	13,5%

*Fonte: Investnews e Empresa*

### **Lojas Cem S.A. (“Lojas Cem”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A Lojas Cem surgiu em 1952, em São Paulo sob o nome de Casa de Bicycletas Zani & Dalla Vecchia, comercializando bicicletas. Após iniciar a comercialização de móveis e eletrodomésticos, a empresa assumiu o nome Lojas Cem S.A. em 1976.

Atualmente, a Lojas Cem possui 144 lojas, atuando nos mercados dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, comercializando móveis, aparelhos eletrônicos, bicicletas, equipamentos de informática, telefones celulares, utilidades domésticas, eletrodomésticos, brinquedos, entre outros.

Os principais números da Lojas Cem são:

<b>Lojas Cem</b>		
<b>R\$ mil</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Receita Líquida	607.268	700.884
Lucro Líquido	16.218	36.458
Patrimônio Líquido	340.678	396.636
Número de Lojas	n.d	144
Margem Líquida	2,7%	5,2%
Retorno sobre o PL	4,8%	9,2%

*Fonte: Investnews e empresa*

### **Casa Bahia Comercial Ltda. (“Casas Bahia”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 8%**

A Casa Bahia é uma das maiores redes varejistas do País, atuando no mercado brasileiro sob o nome de fantasia “Casas Bahia”. Surgiu em 1952, em São Paulo, comercializando produtos de cama, mesa e banho. A empresa expandiu seu *mix* de produtos e atualmente comercializa eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, produtos de cama, mesa e banho, produtos de informática e de telefonia.

A companhia atua nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, mantendo mais de 400 lojas em 210 Cidades dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Possui aproximadamente 37 mil funcionários e seu público-alvo são os consumidores de baixa renda.

Seus principais números em 2004 foram:

#### **Casas Bahia**

<b>R\$ milhão (*)</b>	<b>2004</b>
Receita Líquida	10.315
Lucro Líquido	163
Patrimônio Líquido	4.341
Número de Lojas	428
Margem Líquida	1,6%
Retorno sobre o PL	3,8%

*Fonte: Revista Exame, edição Melhores e Maiores, julho de 2005; Resultados em US\$ dólares, convertidos a taxa de R\$ 2,91.*

#### **Cybelar Comércio e Indústria Ltda. (“Cybelar”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A Cybelar surgiu em 1952 sob o nome de mercearia Sant’ana, voltada para a fabricação de móveis sobre encomenda. Após reformular seu *mix* de produtos em 1974, a empresa lançou a marca Cybelar, comercializando móveis, eletrodomésticos, produtos eletrônicos, telefones celulares, produtos de informática etc.

Na data deste Prospecto, a Cybelar possuía 45 lojas espalhadas pelo interior do Estado de São Paulo, nas regiões de Sorocaba, Campinas e Bauru, tendo sua sede e centro de distribuição na Cidade de Tietê.

#### **Fast Shop Comercial Ltda. (“Fast Shop”)**

**Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A Fast Shop comercializa produtos eletrônicos, eletrodomésticos, telefones fixos e celulares, produtos de informática, videogames, ferramentas, equipamentos para jardinagem e utensílios de beleza.

A Fast Shop mantém 23 lojas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Desse total, 22 lojas estão localizadas em shoppings das Cidades de São Paulo, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro e Curitiba. A empresa ainda possui um portal de comércio eletrônico ([www.fastshop.com.br](http://www.fastshop.com.br)), que comercializa os mesmos produtos vendidos nas lojas físicas da rede.

**C&A Modas Ltda. (“C&A”)****Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A C&A é uma empresa de origem holandesa, que surgiu em 1841, chegando ao Brasil em 1976. A rede comercializa roupas, relógios, calçados e telefones celulares, mantendo 107 lojas em 35 Cidades brasileiras, espalhadas por todo o território nacional.

A C&A ainda comercializa produtos financeiros – por meio do banco IBI, como títulos de capitalização, cartões de crédito, empréstimos e seguros. Também mantém, desde 1991, o Instituto C&A, instituição que auxilia na educação de crianças e adolescentes nas Cidades onde a empresa possui lojas.

**Mercadomóveis Ltda. (“Mercadomóveis”)****Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A Mercadomóveis surgiu em 1978, no Estado do Paraná, na Cidade de Ponta Grossa, comercializando mobiliário para as classes C e D. Atualmente, a Mercadomóveis comercializa mobiliário, eletrodomésticos e telefones celulares, nos Estados de São Paulo e Paraná, mantendo 64 lojas em diversas Cidades desses Estados.

**Mobilita Comércio Indústria e Representações Ltda. (Casa&Vídeo)****Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A Mobilita Comércio Indústria e Representações Ltda, que atua no mercado brasileiro sob a marca de fantasia “Casa&Vídeo”, comercializa móveis, aparelhos eletrônicos, equipamentos de informática, produtos de telefonia, vestuário, ferramentas, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos de beleza. A rede possui 58 lojas em diversas Cidades dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A Casa&Vídeo ainda atua no segmento de comércio eletrônico, por meio de seu *site* [www.casaevideo.com.br](http://www.casaevideo.com.br), comercializando os mesmos produtos presentes nas lojas físicas da rede.

**TMB Telecomunicações Móveis do Brasil Ltda. (“COMMCENTER”)****Representatividade máxima na Carteira de Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo: 2%**

A TMB Telecomunicações Móveis do Brasil Ltda. comercializa produtos eletrônicos, produtos e acessórios de informática, acessórios de telefonia e telefones celulares, atuando no mercado sob a marca de fantasia

“COMMCENTER”. A empresa possui 58 pontos de venda nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, sendo todos localizados dentro de shoppings centers.

A COMMCENTER ainda está inserida no mercado de comércio eletrônico, revendendo os mesmos produtos presentes nas lojas físicas da rede através do *site* [www.commcenter.com.br](http://www.commcenter.com.br).

### 7.3. Performance Histórica da Carteira

A KPMG Auditores Independentes foi contratada para execução de determinados procedimentos pré-acordados, que consistiram: (i) do recálculo de determinadas informações geradas pela Motorola Industrial, a partir de dados históricos de Clientes; e (ii) revisão de procedimentos e práticas da Motorola Industrial quanto às suas políticas de concessão de crédito e de cobrança de Direitos de Crédito.

A revisão histórica de pagamentos de Direitos de Crédito efetuada pela KPMG Auditores Independentes baseou-se no período de 40 (quarenta) meses, compreendido entre 1º de janeiro de 2002 e 30 de abril de 2005.

Seguem abaixo dados sobre faturamento, prazo médio de vendas e de recebimento da Motorola Industrial no período acima referido:

#### 1) Faturamento

O somatório dos arquivos analisados no período de 40 (quarenta) meses totalizou 33.971 (trinta e três mil, novecentas e setenta e uma) faturas correspondendo a um valor total de R\$ 8.100.000.000,00 (oito bilhões e cem milhões de reais), distribuídos, conforme abaixo, entre os segmentos de operadoras de telefonia móvel (“Carrier”), varejo (“Retailer”) e Outros.

	RS
Faturamento Total	8.134.316.670
(-) Outros	<u>213.190.884</u>
<b>(=) Faturamento base</b>	<b><u>7.921.125.786</u></b>
Carrier	7.615.891.266
Retailer	<u>305.234.519</u>
<b>(=) Faturamento base</b>	<b><u>7.921.125.786</u></b>



## 2) Prazo médio de vendas

Distribuição da faturas por prazos de vencimento

Prazos de vencimento (em dias)	<i>Carrier</i>		<i>Retailer</i>	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
À Vista	1.759,10	0,02%	496,04	0,16%
De 1 a 9 dias	356,86	0,00%	1.807,59	0,59%
Em 10 dias	234.789,67	3,08%	-	0,00%
De 11 a 14 dias	585,77	0,01%	-	0,00%
Em 15 dias	716.449,31	9,41%	8.646,74	2,83%
De 16 a 29 dias	23.606,81	0,31%	298,60	0,10%
Em 30 dias	3.444.470,48	45,23%	151.140,58	49,52%
De 31 a 44 dias	135.802,80	1,78%	572,75	0,19%
Em 45 dias	701.229,59	9,21%	1.444,65	0,47%
De 46 a 59 dias	47.371,87	0,62%	42,20	0,01%
Em 60 dias	2.187.516,39	28,72%	135.571,68	44,42%
De 61 a 89 dias	8.007,76	0,11%	5.213,69	1,71%
Em 90 dias	52.696,22	0,69%	-	0,00%
Acima de 90 dias	<u>61.248,64</u>	<u>0,80%</u>	<u>-</u>	<u>0,00%</u>
<b>Total</b>	<b><u>7.615.891,27</u></b>	<b><u>100,00%</u></b>	<b><u>305.234,52</u></b>	<b><u>100,00%</u></b>

O prazo médio ponderado das vendas é de 40 (quarenta) dias para o segmento Carrier e 43 (quarenta e três) dias para o segmento Retailer. As vendas acima de 60 (sessenta) dias para o segmento Carrier ocorreram até dezembro de 2002, concentradas na operadora BCP Telecomunicações.

### 3) Prazo médio de recebimento - *Aging List*

*Aging* dos recebimentos – Carrier e Retailer

Faixas de Pagamentos	Carrier		Retailer	
	%	% Acum.	%	% Acum.
Pago antecipadamente entre 1 e 5 dias	4,3%	4,3%	0,2%	0,2%
Pago antecipadamente entre 6 e 10 dias	1,1%	5,4%	0,1%	0,3%
Pago antecipadamente entre 11 e 15 dias	2,5%	7,9%	0,0%	0,3%
Pago antecipadamente entre 16 e 30 dias	0,7%	8,6%	0,2%	0,4%
Pago antecipadamente entre 31 e 60 dias	0,2%	8,8%	0,1%	0,5%
Pago antecipadamente entre 61 e 90 dias	0,1%	8,9%	0,0%	0,5%
Pago em dia	38,1%	46,9%	34,5%	35,0%
Pago com 1 dia de atraso	13,7%	60,6%	20,1%	55,1%
Pago com 2 dias de atraso	15,6%	76,2%	20,7%	75,8%
Pago com 3 dias de atraso	5,7%	81,9%	12,9%	88,6%
Pago com 4 dias de atraso	4,3%	86,2%	5,1%	93,7%
Pago com 5 dias de atraso	2,1%	88,3%	0,8%	94,4%
Pago entre 6 e 10 dias de atraso	6,4%	94,7%	2,7%	97,1%
Pago entre 11 e 15 dias de atraso	2,5%	97,2%	0,2%	97,4%
Pago entre 16 e 30 dias de atraso	2,5%	99,6%	2,4%	99,8%
Pago entre 31 e 60 dias de atraso	0,3%	100,0%	0,2%	100,0%
Total de Recebimentos	100,0%		100,0%	

Conforme o *Aging* das liquidações mensais ocorridas ao longo dos 40 (quarenta) meses sob análise observa-se que, para Carrier e Retailer, 88,43% e 94,44%, respectivamente, das operações liquidadas foram quitadas até 5 (cinco) dias após o vencimento.

## **8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

---

## **RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

### **8.1. Informações sobre as Partes**

#### *8.1.1. A Originadora dos Direitos de Crédito*

A Motorola Industrial Ltda. é uma sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 340, Km 128,7, Tanquinho, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 01.472.720/0001-12. Para maiores informações sobre a Originadora dos Direitos de Crédito, vide Seção 6 deste Prospecto.

#### *8.1.2. O Administrador*

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 00.066.670/0001-00.

O Administrador é controlado indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% (cem por cento) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

Em 30 de junho de 2005, a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. administrava cerca de R\$ 5.200.000.000,00 (cinco bilhões e duzentos milhões de reais) de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta, nos termos do art. 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

### 8.1.3. O Gestor

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º e 7º andares, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 62.375.134/0001-44.

O Gestor é controlado diretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém 100% (cem por cento) das ações representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de gestão de fundos de investimento no País.

Em 30 de junho de 2005, a BRAM geria cerca de R\$ 1098.300.000.000,00 (noventa e oito bilhões e trezentos milhões de reais) de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) referiam-se à gestão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

### 8.1.4. O Custodiante

O Banco Bradesco S.A. é uma instituição financeira com sede na Avenida Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001/12.

O Bradesco, por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, *brazilian deposit receipts* e *deposit receipts* há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia do Bradesco presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Bradesco têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando assim que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências da ANBID.

Considerado uma das empresas mais modernas do mundo, sempre apontando tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Bradesco prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que no primeiro semestre de 2005, tais investimentos superaram a marca de R\$ 693.000.000,00 (seiscentos e noventa e três milhões de reais).

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

#### *8.1.5. Os Coordenadores*

##### *Rabobank*

O Banco Rabobank International Brasil S.A. é uma instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição pública das Quotas, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº. 12.995, 7º andar, Brooklin Novo, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 01.023.570/0001-60.

Na qualidade de Coordenador Líder da Oferta, o Banco Rabobank International Brasil S.A. tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pelo Administrador são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante toda a Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar este Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

##### *Itaú BBA*

O Banco Itaú BBA S.A. é uma instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição pública das Quotas, com sede na

Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº. 100, Torre Conceição, 9º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº. 17.298.092/0001-30.

### *Bradesco*

O Banco Bradesco S.A., é uma instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição pública das Quotas, com sede na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n.º, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 60.746.948/0001/12 (“Bradesco”).

## **8.2. Relacionamento entre as Partes**

### *8.2.1. Relacionamento da Motorola Industrial com o Administrador e com o Gestor*

Além dos serviços de administração e gestão do Fundo, na data deste Prospecto, o Administrador e o Gestor não prestavam nenhum outro serviço ou mantinha qualquer outro relacionamento comercial com a Motorola Industrial.

Na data de constituição do Fundo, a Motorola Industrial e o Administrador celebraram o Contrato de Custódia referente à estruturação e ao funcionamento do Fundo.

### *8.2.2. Relacionamento da Motorola Industrial com o Custodiante*

Na data deste Prospecto, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial com a Motorola Industrial.

Na data de constituição do Fundo, a Motorola Industrial e o Custodiante celebraram os seguintes contratos: (i) Contrato de Cessão, (ii) Contrato de Cobrança, (iii) Contrato de Custódia, (iv) Contrato de Depósito e (vi) Convênio de Recebimento, todos referentes à estruturação e ao funcionamento do Fundo.

### *8.2.3. Relacionamento da Motorola Industrial com os Coordenadores*

Na data de constituição do Fundo, a Motorola Industrial e os Coordenadores celebraram o Contrato de Colocação, referente à distribuição de Quotas no âmbito da Oferta.

Excetuando o disposto no parágrafo anterior, a Motorola Industrial não mantinha, até a data deste Prospecto, relacionamento algum com o Rabobank, com o Itaú BBA e o Bradesco (este último também, exceto pelo Contrato de Cobrança e Convênio de Recebimento).

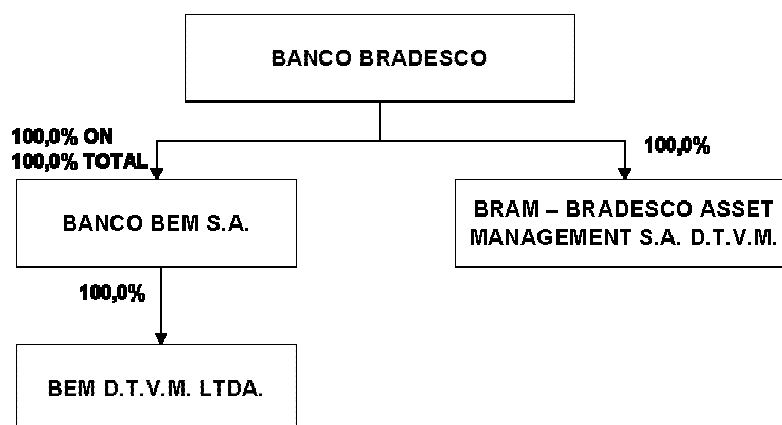
#### *8.2.4. Relacionamento entre o Administrador, o Gestor e o Custodiante*

O Administrador, o Gestor e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, o Administrador, o Gestor e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Segue abaixo organograma societário no qual o Administrador, o Gestor e o Custodiante estavam inseridos e respectivas participações em 30 de junho de 2005:

#### **ORGANOGRAMA BRADESCO(simplificado)**





## **9. ANEXOS**

---

Anexo I ao Prospecto

**Sumário dos Contratos da Operação**

## **Sumário dos Contratos da Operação**

### *I. Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças*

O Contrato de Cessão, conforme definido neste Prospecto, foi celebrado entre a Motorola Industrial e o Fundo, com interveniência do Custodiante, na data de constituição do Fundo. O objeto do Contrato de Cessão é regular as regras e procedimentos que devem ser observados pela Motorola Industrial e pelo Fundo no que tange à cessão de Direitos de Crédito e à aquisição e pagamento destes Direitos de Crédito.

### *II. Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças*

O Compromisso de Subscrição, conforme definido neste Prospecto, foi celebrado entre a Motorola Industrial e o Fundo, na data de constituição do Fundo. O Compromisso de Subscrição tem por objeto regular a integralização, pela Motorola Industrial, (i) das Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo, até o encerramento da distribuição da Primeira Série de Quotas do Fundo, de forma a garantir o atendimento da Razão de Garantia após a Primeira Série e (ii) das Novas Quotas Subordinadas que sejam emitidas de acordo com o disposto no Capítulo Quinze do Regulamento.

### *III. Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças*

O Contrato de Cobrança, conforme definido neste Prospecto, foi celebrado entre o Custodiante e a Motorola Industrial, com interveniência do Fundo, na data de constituição do Fundo. De acordo com o Contrato de Cobrança, a Motorola Industrial foi contratada pelo Custodiante para prestar os serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis Passíveis de Cobrança.

### *IV. Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial*

O Contrato de Custódia, conforme definido neste Prospecto, foi celebrado entre o Custodiante, o Administrador e a Motorola Industrial, com interveniência do Fundo, na data de constituição do Fundo, tendo por objeto a prestação, pelo Custodiante, dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, custódia e controle dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução da CVM n.º 356/01.

*V. Contrato de Custódia Física de Documentos Representativos de Crédito e Outras Avenças*

O Contrato de Depósito, conforme definido neste Prospecto, foi celebrado na data de constituição do Fundo entre o Custodiante e a Motorola Industrial “Contrato de depósito Motorola”, com interveniência do Fundo e do fiel depositário Sr. Enrique Ricardo Ussher. O objeto do Contrato de Depósito é a prestação, pela Motorola Industrial, dos serviços de guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Representativos de Crédito relativos aos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do Fundo.

As Instituições Financeiras manterão os Documentos Representativos de Crédito Instituições Financeiras sob sua custódia, conforme contratos de custódia física de documentos representativos de crédito a serem celebrados com as Instituições Financeiras (“Contratos de Depósito Instituições Financeiras”, sendo o Contrato de Depósito Motorola e os Contratos de Depósito Instituições Financeiras em conjunto referidos como o “Contrato de Depósito”), nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se as Instituições Financeiras pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo.

*VI. Convênio de Recebimento*

O Convênio de Recebimento, conforme definido neste Prospecto, foi celebrado na data de constituição do Fundo, entre o Fundo, a Originadora e o Banco Bradesco S.A. como agente de recebimentos, para prestação de serviços de recebimento, conciliação e transferência de valores referente à Diretos de Crédito liquidados via Transferência Eletrônica Disponível (TED).

*VII. Contrato de Coordenação e Colocação de Quotas Sênior da Primeira Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial*

O Contrato de Colocação, conforme definido neste Prospecto, foi celebrado entre o Administrador, a Motorola Industrial e os Coordenadores na data de constituição do Fundo. O Contrato de Colocação tem por objeto a contratação dos Coordenadores para realizar a distribuição pública das Quotas Sênior da Primeira Série, a definição da remuneração dos Coordenadores, bem como estabelecer o procedimento de colocação, preço e forma de integralização das Quotas Sênior no âmbito da Oferta.

Anexo II ao Prospecto

**Deliberação do Administrador para constituir o Fundo e aprovar o Regulamento**

19 59 86

19 59 86



**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
CNPJ/MF n.º 00.066.670/0001-00

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MOTOROLA**  
**INDUSTRIAL**

Pelo presente instrumento particular, a **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 00.066.670/0001-00 (o "Administrador"), nos termos da legislação e regulamentação vigentes, resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") n.º 356/2001, em regime de condomínio fechado, que será denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial (o "Fundo");
2. Designar como responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, o Sr. Sérgio de Oliveira, brasileiro, casado, bancário, portador da Carteira de Identidade R.G. n. 6.318.305-SSP-SP, inscrito no CPF sob n. 272.994.148-72, com domicílio comercial na Cidade de Deus, na Cidade Osasco, Estado de São Paulo, diretor do Administrador;
3. Aprovar o Regulamento do Fundo, o qual faz parte integrante do presente instrumento particular de constituição;
4. Assumir as funções de administração do Fundo e contratar a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, para realizar a gestão da carteira do Fundo;
5. Contratar (i) o Banco Bradesco S.A., para prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo; (ii) a Fitch Ratings, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das quotas sênior do Fundo; (iii) a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo; e (iv) Banco Rabobank International Brasil S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Bradesco S.A. para, em conjunto, prestarem os serviços de estruturação e coordenação da distribuição pública da primeira série de quotas sênior do Fundo, conforme indicado no item 6 abaixo ("Coordenadores");



195986



6. Deliberar (i) sobre a emissão da primeira série do Fundo, composta de 400.000 (quatrocentas mil) quotas sênior ("Quotas Sênior") e 12.372 (doze mil, trezentas e setenta e duas) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas") (as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas em conjunto referidas como as "Quotas"), correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com valor inicial de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) por Quota e (ii) aprovar o primeiro suplemento ao Regulamento do Fundo, com os termos e condições da primeira série de Quotas do Fundo, o qual segue anexo à presente. As Quotas Sênior serão distribuídas publicamente no mercado de balcão não organizado (a "Oferta"), com a coordenação dos Coordenadores, e as Quotas Subordinadas serão subscritas de forma privada pela Motorola Industrial Ltda.;

7. Deliberar que, de acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos investidores, para aquisição das Quotas Sênior à época da realização da Oferta, o valor inicial da Oferta (i) poderá ser aumentado por lote suplementar ("Lote Suplementar"), a critério dos Coordenadores, equivalente a até 15% (quinze por cento) do valor total da Oferta, e (ii) poderá ser aumentada, a critério do Administrador em conjunto com os Coordenadores, em montante que corresponda a, no máximo, 20% (vinte por cento) do valor total da Oferta ("Quantidade Adicional"). Quaisquer Quotas Sênior objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Quotas Sênior objeto da Oferta; e

8. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo e à Oferta das Quotas Sênior do Fundo.

Estando assim deliberada a constituição do Fundo, vai a presente assinada em 6 (seis) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 10 de outubro de 2005.

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por: José Luiz Acar Pedro

Cargo: Vice-Presidente

Por:

Cargo:



*[Handwritten signature]*

2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP

Rua Dante Bartoloni, 249

Centro - Osasco - SP CEP 08013-030

APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E

MICROFILMADO SOB N.º 95986, DO LIVRO B

Osasco, 11 de Outubro de 20 05

Sônia M C Pereira

JOÃO M. MARTINEZ

PRISCILA VIEIRA / SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 95986

Total Pago R\$ 326,63 Este valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre

R\$ 203,55 devido ao Oficial.



Anexo III ao Prospecto

**Cópia do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial**

**REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MOTOROLA  
INDUSTRIAL**

**CAPÍTULO UM - DA DENOMINAÇÃO, FORMA,  
PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.01. - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.02. - O Fundo terá prazo de duração determinado de 6 (seis) anos, contados da Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo). O prazo de duração do Fundo poderá ser prorrogado por decisão da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo.

1.03. - O patrimônio do Fundo será formado por quotas da classe sênior (as “Quotas Sênior”) e por quotas da classe subordinada (as “Quotas Subordinadas”) (as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas em conjunto denominadas simplesmente como as “Quotas”).

1.03.01. - As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nos Capítulos Dez a Quinze deste Regulamento.

**CAPÍTULO DOIS - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO  
E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

2.01. - O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 409/04 e a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo serão denominados simplesmente como os “Quotistas”).

2.01.01. – A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

**CAPÍTULO TRÊS – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO  
FUNDO E DO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE**

3.01. - O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito (conforme abaixo definidos) de titularidade da Cedente (conforme abaixo definido).

3.01.01. Para os fins de que trata este Regulamento, serão considerados como potenciais cedentes de Direitos de Crédito ao Fundo (a) a Motorola Industrial Ltda., sociedade com sede na Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 340 km 128,7, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 01.472.720/0001-12 (“Motorola Industrial”), e (b) as seguintes instituições financeiras, desde que não sejam titulares de Quotas Sênior do Fundo: Banco Bradesco S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A. (“Instituições Financeiras”, sendo a Motorola Industrial em conjuntos com as Instituições Financeiras referidas simplesmente como a “Cedente”).

3.01.02. - Somente poderão compor a carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”) Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, a todos os critérios de elegibilidade descritos no Capítulo Cinco abaixo.

3.02. – Sem prejuízo do disposto no item 3.01 acima, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em determinados ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no Capítulo Sete abaixo.

3.03. - Respeitando o disposto no item 9.02. abaixo, o Fundo buscará atingir, para as Quotas Sênior, parâmetro de rentabilidade (“Benchmark”) correspondente a um percentual (“Percentual”) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“Taxa DI”).

3.03.01. – O Percentual da Taxa DI utilizado para cálculo do Benchmark das Quotas Sênior de emissão do Fundo, será definido em procedimento de *bookbuilding*, a ser conduzido pelo Administrador do Fundo (conforme definido no Capítulo Vinte e Dois abaixo) e/ou por outras instituições que venham a ser contratadas pelo Administrador para realizar a distribuição e colocação das Quotas Sênior do Fundo. Após a definição do Benchmark das Quotas Sênior representativas de cada série do Fundo, este Regulamento será complementado por Suplemento a ser elaborado na forma do modelo do Anexo I (o Suplemento que contiver o Percentual e o Benchmark das Quotas Sênior do Patrimônio Inicial, o “Primeiro Suplemento”).

3.03.02. - O Benchmark não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Administrador, do Custodiante (conforme abaixo definido), do Gestor (conforme abaixo definido) e/ou da Motorola Industrial, suas controladoras, controladas e coligadas.

3.03.03 - Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Sênior não farão jus a uma rentabilidade superior ao Benchmark, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

3.04. - As Quotas Subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas será subordinado ao pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Capítulo Doze abaixo.

## **CAPÍTULO QUATRO – DA NATUREZA E DA ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

4.01. - A Motorola Industrial é uma sociedade de responsabilidade limitada, que atua no desenvolvimento e comercialização de sistemas e serviços eletrônicos avançados, tais como, celulares, rádios bidirecionais, estações radiobase para rede celular, equipamentos iDEN, rastreadores de veículos, acesso à Internet e televisão por banda larga. No curso normal de seus negócios, a Motorola Industrial realiza vendas de produtos a seus clientes (“Clientes”), cujos pagamentos são realizados a prazo. Eventualmente, para a realização dos pagamentos à Motorola Industrial em decorrência de operações de compra de produtos, os Clientes classificados como Operadora de Serviço de Telefonia Móvel, conforme indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel (conforme abaixo definido), podem obter financiamento junto às Instituições Financeiras, nos termos de acordos operacionais celebrados e/ou a serem celebrados com a Motorola Industrial (“Contratos Operacionais”).

4.01.01. - Os direitos de recebimento da Motorola Industrial referentes à operações de venda a prazo de produtos a Clientes da divisão de negócios da Motorola Industrial *Mobile Devices Business* (MDB) serão referidos como os “Direitos de Crédito Motorola” e os direitos de recebimento das Instituições Financeiras referentes a financiamentos concedidos aos Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel para os fins de que trata o item acima serão referidos como os “Direitos de Crédito Instituições Financeiras” (sendo os Direitos de Crédito Motorola em conjunto com os Direitos de Crédito Instituições Financeiras referidos simplesmente como os “Direitos de Crédito”). Os Direitos de Crédito Motorola são originados de acordo com a política de concessão de crédito da Motorola Industrial que segue descrita no Anexo II deste Regulamento. A descrição das políticas mínimas de concessão de crédito observadas pelas Instituições Financeiras para com os Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel, segundo as quais os Direitos de Crédito Instituições Financeiras são formalizados e originados, será feita mediante atualização do Anexo II deste Regulamento, na medida em que Instituições Financeiras celebrem Contratos de Cessão Instituições Financeiras (conforme abaixo definido) com o Fundo. O Anexo II poderá ser atualizado pelo Administrador de tempos em tempos, sem necessidade de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, desde que previamente aprovado pela Agência Classificadora de Risco (conforme definida abaixo) e observado que tal atualização não implique a redução do *rating* atribuído às Quotas Sênior.

4.01.02. - As notas fiscais e duplicatas (físicas ou escriturais) referentes às transações de venda a prazo de produtos da Motorola Industrial a seus Clientes e os comprovantes de entrega de tais produtos (assinados pelos Clientes) são os documentos que formalizam a

origem dos Direitos de Crédito Motorola. Os Contratos Operacionais celebrados entre a Motorola Industrial e as Instituições Financeiras e os contratos de empréstimo referentes aos financiamentos concedidos pelas Instituições Financeiras aos Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel são os documentos que formalizam a origem dos Direitos de Crédito Instituições Financeiras. Para todos os fins deste Regulamento (i) as notas fiscais, as duplicatas e os comprovantes de entrega dos produtos cujos Direitos de Crédito Elegíveis Motorola (conforme definido abaixo) façam parte integrante da Carteira do Fundo serão designados como os “Documentos Representativos de Crédito Motorola”, e (ii) os Contratos Operacionais e os contratos de empréstimo referentes aos financiamentos concedidos pelas Instituições Financeiras aos Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel cujos Direitos de Crédito Elegíveis Instituições Financeiras façam parte integrante da Carteira do Fundo serão designados como os “Documentos Representativos de Crédito Instituições Financeiras” (sendo os Documentos Representativos de Crédito Motorola e os Documentos Representativos de Crédito Instituições Financeiras referidos em conjunto como “Documentos Representativos de Crédito”).

4.02. – Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras e condições estabelecidas (a) no “Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, celebrado entre o Fundo e a Motorola Industrial, com interveniência do Custodiante (o “Contrato de Cessão Motorola”), (b) nos demais contratos de cessão e aquisição de direitos de crédito a serem celebrados entre o Fundo e as Instituições Financeiras, com interveniência do Custodiante e da Motorola Industrial (“Contratos de Cessão Instituições Financeiras”) (sendo os Contratos de Cessão Instituições Financeiras e o Contrato de Cessão Motorola doravante referidos simplesmente como o “Contrato de Cessão”), e (c) no “Convênio de Recebimento e Outras Avenças”, celebrado entre o Fundo, a Motorola Industrial e o Banco Bradesco S.A. (“Agente de Recebimento”) (“Convênio de Recebimento”).

4.02.01. - As operações de cessão de Direitos de Crédito Instituições Financeiras serão formalizadas pela Motorola Industrial, por conta e ordem das Instituições Financeiras, as quais, nos termos dos Contratos Operacionais celebrados com a Motorola Industrial, nomearam a Motorola Industrial como sua bastante procuradora para formalizar as operações de cessão de Direitos de Crédito Instituições Financeiras ao Fundo, de acordo com os termos e condições previstos em referidos Contratos Operacionais e nos Contratos de Cessão Instituições Financeiras.

4.02.02. - Tendo em vista o disposto no item 4.02.01. anterior, qualquer menção à Motorola Industrial nos capítulos 5 e 6 abaixo referir-se-á (i) à Motorola Industrial agindo por conta própria, na qualidade de Cedente de Direitos de Crédito Motorola ao Fundo e/ou (ii) à Motorola Industrial agindo por conta e ordem e como representante legal das Instituições Financeiras, na qualidade de Cedentes de Direitos de Crédito Instituições Financeiras ao Fundo.

## **CAPÍTULO CINCO - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E OUTRAS CONDIÇÕES REFERENTES ÀS OPERAÇÕES DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO**

5.01. - Somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo, Direitos de Crédito devidamente amparados por Documentos Representativos de Crédito e que atendam cumulativamente aos critérios de elegibilidade descritos a seguir (“Critérios de Elegibilidade”):

- (i) os Clientes devedores do Direito de Crédito devem estar indicados em lista de Clientes anexa ao Contrato de Cessão (“Lista de Clientes”) os quais deverão ter sido notificados pela Motorola Industrial nos termos do Contrato de Cessão Motorola;
- (ii) o prazo de vencimento do Direito de Crédito não deve ser superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da respectiva data de aquisição do Direito de Crédito pelo Fundo;
- (iii) o prazo de vencimento do Direito de Crédito não deve ser inferior a 8 (oito) dias corridos contados da respectiva data de aquisição do Direito de Crédito pelo Fundo;
- (iv) o respectivo Cliente não deve ter seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Banco Central do Brasil e sua inscrição no CNPJ/MF deve estar em situação regular;
- (v) o respectivo Cliente não deve estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e/ou qualquer processo similar;
- (vi) o Cliente devedor do Direito de Crédito não deve se encontrar em atraso no cumprimento de suas obrigações nos termos de outro Direito de Crédito Elegível, sendo que, para os fins de aplicação desse item, Direito de Crédito Elegível em atraso será o Direito de Crédito não pago dentro de 15 (quinze) dias corridos da data de seu vencimento;
- (vii) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, devidos, em conjunto, pelos Clientes classificados como Operadora de Serviço de Telefonia Móvel, conforme indicado em lista anexa ao Contrato de Cessão Motorola (“Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel”), considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, poderá ser equivalente a até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (viii) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, devidos pelos Clientes integrantes de cada Grupo constante da Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito

pretendida pelo Fundo, deverá ser igual ou inferior aos percentuais indicados no Anexo VI deste Regulamento;

(ix) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, devidos, em conjunto, pelos Clientes classificados como Clientes do Setor Varejista, conforme indicado em lista anexa ao Contrato de Cessão Motorola (“Lista de Clientes do Setor Varejista”), considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, poderá ser equivalente a até 7% (sete por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e

(x) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos de Crédito Elegíveis, devidos por cada Cliente integrante da Lista de Clientes do Setor Varejista, considerado o valor exigível do Direito de Crédito Elegível, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, deverá ser igual ou inferior aos percentuais indicados no Anexo VII deste Regulamento.

5.01.01. Os Critérios de Elegibilidade descritos nos subitens (ix) e (x) acima não serão aplicáveis aos Direitos de Crédito Instituições Financeiras, os quais deverão atender cumulativamente apenas aos Critérios de Elegibilidade descritos nos subitens (i) a (viii) acima.

5.01.02. Nos termos do Contrato de Cessão, a Motorola Industrial e as Instituições Financeiras comprometeram-se a não ofertar e/ou vender ao Fundo Direito de Crédito cujo prazo de vencimento seja superior a 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, contados da data de emissão do respectivo Documento Representativo de Crédito.

5.02. - Para os fins deste Regulamento, os Direitos de Crédito Motorola que atendam aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão Motorola serão designados como os “Direitos de Crédito Elegíveis Motorola” e os Direitos de Crédito Instituições Financeiras que atendam aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo nos termos de cada Contrato de Cessão Instituições Financeiras serão designados como os “Direitos de Crédito Elegíveis Instituições Financeiras” (sendo os Direitos de Crédito Elegíveis Motorola e os Direitos de Crédito Elegíveis Instituições Financeiras referidos em conjunto simplesmente como os “Direitos de Crédito Elegíveis”).

5.03. – O Custodiante do Fundo será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito envolvendo o Fundo e a Cedente.

## **CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE OFERTA E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

6.01. – Durante o prazo de duração do Fundo, seu objetivo será atingir o Benchmark das Quotas Sênior mediante a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis e a observância da política de investimento descrita no Capítulo Sete abaixo. Cada operação de aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis envolvendo o Fundo e a Cedente será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos seguintes eventos, de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão: (a) verificação e validação, pelo Custodiante, do atendimento dos Direitos de Crédito em negociação aos Critérios de Elegibilidade; (b) comunicação à Motorola Industrial, pelo Custodiante, do atendimento dos Direitos de Crédito em negociação aos Critérios de Elegibilidade, mediante o envio do Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis (conforme definido abaixo); (c) envio, pelo Fundo, à Motorola Industrial, de cópia do Termo de Cessão (conforme definido abaixo) assinado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo (conforme definido abaixo), via fac-símile; (d) envio, pela Motorola Industrial, ao Fundo, de cópia do Termo de Cessão assinado pelas Pessoas Autorizadas da Motorola Industrial (conforme definido abaixo), via fac-símile; e (e) pagamento, pelo Custodiante, em nome e por conta do Fundo, para a Cedente, do Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão) dos Direitos de Crédito Elegíveis transferidos ao Fundo.

6.01.01. - Cada data em que for verificada a ocorrência cumulativa dos eventos referidos nas alíneas de (a) a (d) do item anterior será designada como uma “Data de Aquisição”.

6.02. – Para cada operação de cessão e aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, deverão ser observados os seguintes procedimentos, sem prejuízo do disposto no Contrato de Cessão e no Convênio de Recebimento:

(i) A Motorola Industrial deverá disponibilizar ao Custodiante, até as 10:30h (dez horas e trinta minutos) de qualquer dia útil (“Data de Oferta de Direitos de Crédito”), por meio eletrônico, arquivo contendo relação dos Direitos de Crédito que a Cedente esteja disposta a ceder ao Fundo naquele dia específico (o “Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis”);

- a. O envio ao Custodiante do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretratável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito;
- b. Caso o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis seja encaminhado em qualquer dia útil após o horário mencionado neste item (i), a Data de Oferta de Direitos de Crédito será o dia útil imediatamente seguinte;

(ii) Ao receber o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, o Custodiante informará imediatamente tal fato ao Fundo, por escrito ou por contato telefônico, e o Fundo, dentro



de uma hora contada do recebimento de tal informação, deverá comunicar o Custodiante, por escrito ou por contato telefônico, se, naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito, está apto a adquirir Direitos de Crédito (de acordo com as regras de aquisição de Direitos de Crédito Disponíveis referidas nas alíneas (a) e (b) abaixo) e, em estando apto a adquirir Diretos de Crédito naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito, em qual quantidade (também de acordo com as regras de aquisição de Direitos de Crédito Disponíveis referidas nas alíneas (a) e (b) abaixo);

a. Tendo em vista que durante o prazo de duração do Fundo seu objetivo será atingir o Benchmark das Quotas Sênior, mediante a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis e a observância da política de investimento descrita no Capítulo Sete abaixo, a prioridade do Fundo será adquirir quaisquer Direitos de Crédito ofertados nos termos do Contrato de Cessão, desde que (i) mediante a verificação do atendimento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade referidos no item 5.01 acima, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão; (ii) tais Direitos de Crédito atendam a política de investimento descrita neste Regulamento e não prejudiquem o alcance do Benchmark do Fundo; e (iii) não estejam em andamento quaisquer das situações previstas a seguir:

1. tenha ocorrido ou esteja em andamento um Evento de Avaliação (conforme definido abaixo) e ainda não tenha sido realizada a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo referida no item 17.01.01. deste Regulamento; ou
2. tenha ocorrido ou esteja em andamento um Evento de Liquidação (conforme definido abaixo) e ainda não tenha sido realizada a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo referida no item 17.02.01. deste Regulamento; ou
3. tenha ocorrido ou esteja em andamento um Evento de Avaliação e/ou um Evento de Liquidação e as Assembléias Gerais de Quotistas referidas nos itens 17.01.01. e 17.02.01. deste Regulamento tenham determinado, expressamente, ao Administrador, a suspensão de toda e qualquer aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo; ou
4. o Fundo esteja em processo de liquidação antecipada, em observância aos procedimentos descritos neste Regulamento; ou
5. o Fundo não tenha recursos em moeda corrente nacional disponíveis para a aquisição de Direitos de Crédito (sendo que, na hipótese de o Fundo ter recursos para adquirir parte dos Direitos de Crédito, então apenas a parte que não puder ser adquirida pelo Fundo poderá ser rejeitada); ou
6. a aquisição, pelo Fundo, de parte e/ou da totalidade dos Direitos de Crédito ofertados acarretará no descumprimento dos limites e critérios estabelecidos na Cláusula Dezesesseis deste Regulamento (sendo que, na hipótese de o Fundo estar apto a adquirir parte dos Direitos de Crédito ofertados e ainda assim continuar cumprindo

com o disposto na Cláusula Dezesesseis deste Regulamento, então apenas a parte que não puder ser adquirida pelo Fundo poderá ser rejeitada); ou

7. se o Fundo não estiver enquadrado aos termos e condições estabelecidos na Cláusula Dezesesseis deste Regulamento; e

b. O Fundo somente poderá recusar ofertas de Direitos de Crédito se, na respectiva Data de Oferta de Direitos de Crédito, não for verificado o atendimento cumulativo do disposto nos itens (a)(i) e (a)(ii) acima e/ou for verificada a ocorrência de qualquer dos eventos descritos no item (a)(iii) acima;

(iii) Caso a comunicação referida no item anterior seja no sentido de que o Fundo não está apto a adquirir Direitos de Crédito naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito, o referido procedimento de oferta dos respectivos Direitos de Crédito será finalizado. Caso a comunicação referida no item anterior seja de que o Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito naquela Data de Oferta de Direitos de Crédito, o Custodiante deverá, até as 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) da Data de Oferta de Direitos de Crédito: (a) verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade; (b) identificar e selecionar os Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que atendam aos Critérios de Elegibilidade e que serão, necessariamente, cedidos ao Fundo; (c) encaminhar à Motorola Industrial e ao Fundo, por meio eletrônico, relatório contendo a relação dos Direitos de Crédito Elegíveis e o respectivo preço de aquisição, calculado de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão (“Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis”); e (d) encaminhar à Motorola Industrial, por fac-símile, cópia de termo de cessão referente ao Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis acima referido, elaborado de acordo com modelo integrante do Contrato de Cessão (“Termo de Cessão”) devidamente assinado pelas pessoas autorizadas do Fundo, conforme indicadas no Contrato de Cessão (as “Pessoas Autorizadas do Fundo”). O Termo de Cessão será a oferta irrevogável e irretroatável do Fundo para a aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis indicados no Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e regulará cada operação de aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis entre a Cedente e o Fundo, sendo que cada Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis será parte integrante de cada Termo de Cessão;

(iv) Após o recebimento do Relatório dos Direitos de Crédito Elegíveis e do Termo de Cessão, a Motorola Industrial deverá enviar ao Fundo, via fac-símile, até as 15:30h (quinze horas e trinta minutos) da Data de Aquisição, cópia do Termo de Cessão devidamente assinado pelas pessoas autorizadas da Cedente indicadas no Contrato de Cessão (as “Pessoas Autorizadas da Cedente”), na forma prevista no item 4.02.01. acima (as Pessoas Autorizadas do Fundo em conjunto com as Pessoas Autorizadas da Cedente, simplesmente as “Pessoas Autorizadas”);

(v) Na hipótese de a cópia do Termo de Cessão de que trata o item anterior ser encaminhada pela Motorola Industrial e recebida pelo Custodiante, até as 15:30h (quinze horas e trinta minutos) da Data de Aquisição e desde que os Direitos de Crédito

Elegíveis objeto do Termo de Cessão não tenham sido registrados em sistema de cobrança do Custodiante, o Custodiante realizará o pagamento à Cedente do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis objeto do Termo de Cessão até as 16:00h (dezesesseis horas) da Data de Aquisição. Na hipótese da cópia do Termo de Cessão ser encaminhada pela Motorola Industrial, ao Custodiante, depois das 15:30h (quinze horas e trinta minutos) da Data de Aquisição e/ou no caso de os Direitos de Crédito Elegíveis objeto do Termo de Cessão já terem sido registrados em sistema de cobrança do Custodiante, o Custodiante realizará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis referentes ao Termo de Cessão no dia útil imediatamente seguinte à referida Data de Aquisição. Cada data em que for realizado o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis indicados no Termo de Cessão será designada como uma “Data de Pagamento”;

(vi) O pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis será efetuado por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou outra forma de transferência de recursos de conta corrente, conforme descrito no Contrato de Cessão;

(vii) Dentro de até um dia útil da Data de Pagamento, o Custodiante providenciará a emissão e o envio em nome do Fundo, a todos os Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis que não tenham sido registrados em sistema de cobrança do Custodiante, de boleto de cobrança relativo aos referidos Direitos de Crédito Elegíveis;

(viii) Dentro de até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Pagamento, o Fundo deverá encaminhar à Motorola Industrial 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão, assinado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo;

(ix) A Motorola Industrial, ao receber as 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão, providenciará (a) a assinatura do Termo de Cessão pelas Pessoas Autorizadas da Cedente e (b) o envio ao Fundo das vias originais do Termo de Cessão com as assinaturas das Pessoas Autorizadas da Cedente;

(x) O Fundo, ao receber as 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas, providenciará o seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em que estiver registrado o respectivo Contrato de Cessão;

(xi) Os Direitos de Crédito integrantes do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis que não tenham sido selecionados para cessão ao Fundo poderão ser re-ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação e seleção pelo Custodiante, conforme indicado acima;

(xii) Considerar-se-á resolvida de pleno direito e independentemente de aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de

Crédito previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo, (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Representativos de Crédito e (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito Elegível Motorola que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente devedor em decorrência de (a) defeito ou vício do produto referente ao Direito de Crédito Motorola ou (b) devolução do produto referente ao Direito de Crédito Motorola, que resulte no cancelamento da venda de tal produto. Quando da ocorrência de um evento de resolução de cessão conforme indicado acima, a Cedente será obrigada a restituir ao Fundo montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao valor dos Direitos de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida, valor este a ser calculado de acordo com o disposto no Contrato de Cessão.

6.03. - A Motorola Industrial manterá os Documentos Representativos de Crédito Motorola sob sua custódia, de acordo com o disposto no “Contrato de Custódia Física de Documentos Representativos de Crédito e Outras Avenças”, celebrado entre a Motorola Industrial, na qualidade de fiel depositária, e o Fundo e o Custodiante (“Contrato de Depósito Motorola”), nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se a Motorola Industrial pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo. As Instituições Financeiras manterão os Documentos Representativos de Crédito Instituições Financeiras sob sua custódia, conforme contratos de custódia física de documentos representativos de crédito a serem celebrados com as Instituições Financeiras (“Contratos de Depósito Instituições Financeiras”, sendo o Contrato de Depósito Motorola e os Contratos de Depósito Instituições Financeiras em conjunto referidos como o “Contrato de Depósito”), nos termos e para os efeitos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se as Instituições Financeiras pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo.

6.03.01. – A contratação da Motorola Industrial e das Instituições Financeiras como depositárias dos Documentos Representativos de Crédito não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela Motorola Industrial ou pelas Instituições Financeiras, sobre os Direitos de Crédito Elegíveis referentes a eles.

6.03.02. A Motorola Industrial e as Instituições Financeiras garantirão, nos seus respectivos horários normais de funcionamento, o acesso irrestrito do Fundo e/ou do Custodiante, e/ou de terceiros por estes indicados, aos Documentos Representativos de Crédito. Em caso de descumprimento do Contrato de Depósito, a Motorola Industrial e as Instituições Financeiras comprometem-se, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Contrato de Depósito, a proceder à entrega, mediante solicitação por escrito e de acordo com as instruções do Fundo, de todos os Documentos Representativos de Crédito sob sua guarda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo menor, se assim exigido pelas autoridades competentes), sendo que, após referido prazo, será facultado ao Fundo a apreensão de tais Documentos Representativos de Crédito.

6.03.03. – Independentemente do disposto no subitem anterior, o Custodiante poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos respectivos horários normais de funcionamento da Motorola Industrial e das Instituições Financeiras, auditoria na Motorola Industrial e nas Instituições Financeiras e nos estabelecimentos em que os Documentos Representativos de Crédito sejam mantidos, de forma a verificar a existência dos Documentos Representativos de Crédito e o cumprimento das obrigações da Motorola Industrial e das Instituições Financeiras com relação à guarda e organização dos Documentos Representativos de Crédito, nos termos do Contrato de Depósito.

## **CAPÍTULO SETE – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**

7.01. – Como o objetivo do Fundo é proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas mediante a aquisição de Direitos de Créditos Elegíveis, os recursos do Fundo serão utilizados para a aplicação, desde que sem prejuízo do disposto no Capítulo Dezesesseis abaixo, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis.

7.01.01. – Observado o disposto no item 7.01. acima, pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Direitos de Crédito deverá ser representada por Direitos de Crédito Motorola, de forma que o percentual máximo de alocação do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito Instituições Financeiras será correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Direitos de Crédito.

7.01.02. – Para os fins de cumprimento do disposto no artigo 24, § 1º, II, da Instrução CVM n.º 400/03, e considerando as características dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, o Fundo terá atuação nos segmentos comercial e financeiro.

7.02. – A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis (“Recursos Livres”), não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento), exceto nas hipóteses previstas neste Capítulo e no Capítulo Dezesesseis abaixo, será necessariamente alocada pelo Gestor nos ativos financeiros a seguir descritos, de acordo com a ordem de prioridade e critérios de diversificação estabelecidos abaixo (“Ativos Financeiros”):

- (i) como regra geral, 100% (cem por cento) dos Recursos Livres serão alocados em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Financeiras Autorizadas (conforme abaixo definido);
- (ii) caso não haja títulos de emissão do Tesouro Nacional em circulação suficientes para o cumprimento do disposto no item anterior, o Gestor deverá alocar a parcela dos Recursos Livres não alocada em títulos de emissão do Tesouro

Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional em títulos de emissão do Banco Central do Brasil;

- (iii) caso não haja títulos de emissão do Tesouro Nacional e títulos de emissão do Banco Central do Brasil em circulação suficientes para o cumprimento do disposto nos itens anteriores, o Gestor deverá alocar a parcela dos Recursos Livres não alocada em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em títulos de emissão do Banco Central do Brasil e/ou em operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil em quotas de emissão de Fundos de Investimento (conforme definidos abaixo).

7.02.01. Para os fins de que trata o item 7.02.(iii) acima, “Fundos de Investimento” serão quaisquer fundos de investimento que atendam aos seguintes critérios de qualificação, cumulativamente: (i) sejam classificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04 como da classe referenciado e/ou da classe renda fixa; (ii) apliquem seus recursos exclusivamente (ou seja, 100% (cem por cento) de seus respectivos patrimônios líquidos) em títulos públicos federais; e (iii) sejam administrados por quaisquer das seguintes instituições financeiras: (i) Banco Itaú S.A., (ii) Banco Itaú BBA S.A., (iii) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco, (iv) Banco Bradesco S.A., (v) Banco Santander Brasil S.A., (vi) Banco Citibank S.A., (vii) Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, (viii) BankBoston Banco Múltiplo S.A., (ix) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, (x) Banco do Brasil S.A., (xi) Banco ABN Amro Real S.A. e (xii) Banco Rabobank International Brasil S.A. (“Instituições Financeiras Autorizadas”).

7.02.02. O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

7.03. - Observado o disposto no item 7.02. acima, até 100% (cem por cento) da parcela do patrimônio líquido do Fundo alocada em Ativos Financeiros poderá ser representada por Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, financeira ou não, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou fundo de investimento.

7.04. – Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior. Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo ao Benchmark, e exclusivamente para este fim, o Gestor utilizará instrumentos derivativos de renda fixa, em bolsa de valores e/ou em bolsa de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade "com garantia". O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

7.05. - O Fundo poderá contratar operações de sua Carteira com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador do Fundo (conforme definido abaixo) ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

7.06. - Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do Fundo.

7.06.01. - Serão considerados, para efeito de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

7.07. - Os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

7.08. – O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Gestor, da Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

## **CAPÍTULO OITO – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**

8.01. - Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito Elegíveis e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

8.02. - Os Ativos Financeiros e os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observando o disposto no Contrato de Custódia (conforme abaixo definido). O valor dos Direitos de Crédito Elegíveis apurado nos termos desta Cláusula será definido como o “Valor de Mercado dos Direitos de Crédito”.

8.03. - Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito Elegíveis, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

8.04. - Caso qualquer Direito de Crédito Elegível não seja pago no seu respectivo vencimento ("Direito de Crédito Elegível Inadimplente"), o Administrador constituirá, em até 16 (dezesesseis) dias corridos da data de vencimento do Direito de Crédito Elegível Inadimplente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, com valor equivalente a 100% do valor contábil do Direito de Crédito Elegível Inadimplente.

8.05. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e os valores de cada Direito de Crédito Elegível e Ativo Financeiro, calculados de acordo com o disposto no Contrato de Custódia, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

## **CAPÍTULO NOVE – DO PATRIMÔNIO AUTORIZADO, DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS EMISSÕES DE NOVAS SÉRIES DE QUOTAS DO FUNDO**

9.01 - O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a emissão da primeira série de Quotas ("Primeira Série"), será formado por Quotas Sênior e Quotas Subordinadas, com o preço da Primeira Data de Emissão (conforme abaixo definida), de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma ("Preço de Emissão"), totalizando um Patrimônio Inicial de R\$ 554.640.000,00 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta mil reais). O patrimônio autorizado do Fundo será correspondente a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Patrimônio Autorizado").

9.01.01. - As Quotas do Fundo serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo, sendo que cada série de Quotas do Fundo será descrita em Suplemento a este Regulamento, preparado de acordo com o modelo constante do Anexo I. O Primeiro Suplemento indicará os termos e condições das Quotas representativas do Patrimônio Inicial.

9.01.02. – A relação mínima do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior observará o disposto no item 10.06 abaixo.

9.02. - Emissões de novas séries de quotas do Fundo, além das Quotas da Primeira Série ("Novas Quotas"), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, desde que o disposto no item 9.02.01 abaixo seja cumprido. Emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.



9.02.01. – Nas emissões de Novas Quotas do Fundo, dentro ou não do limite do Patrimônio Autorizado, o valor das Novas Quotas Subordinadas deverão sempre representar, no mínimo, 3% (três por cento) do valor total das Novas Quotas que estiverem sendo emitidas pelo Fundo.

9.02.02. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o valor das Novas Quotas, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto nos Capítulos Dez a Quinze abaixo.

9.02.03. – Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo os Quotistas já ingressos no Fundo não terão qualquer direito de preferência na aquisição de tais Novas Quotas.

9.02.04. – Cada emissão de Novas Quotas do Fundo será previamente registrada na CVM, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01.

## **CAPÍTULO DEZ - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**

### Características das Quotas

10.01. - As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas únicas classes, sendo uma classe de Quotas Sênior e uma classe de Quotas Subordinadas.

10.02. - Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas, mantida pelo Custodiante.

### Direitos Patrimoniais

10.03. - As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Sênior de qualquer série. Sem prejuízo do disposto no item 12.07. abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização ou resgate das Quotas Sênior e após o pagamento de despesas e encargos do Fundo.

### Direitos de Voto das Quotas

10.04. - As Quotas Sênior terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

10.05. - Enquanto houver Quotas Sênior em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Onze. Neste caso, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

10.05.01. – Após o resgate integral das Quotas Sênior do Fundo, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo. Quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada terá direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

#### Razão de Garantia das Quotas Subordinadas

10.06. - Até o resgate integral de todas as Quotas Sênior, o valor das Quotas Sênior representativas do patrimônio do Fundo deverá corresponder a, no máximo, 97% (noventa e sete por cento) do valor total do patrimônio líquido do Fundo (“Razão de Garantia”).

10.07. - A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador, enquanto o Fundo estiver em funcionamento (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma “Data de Verificação”). Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, aplicar-se-á o disposto nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze e/ou Dezessete deste Regulamento, conforme o caso.

#### Distribuição das Quotas Sênior do Fundo

10.08 - As Quotas Sênior do Fundo serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pelo Administrador e/ou terceiros devidamente habilitados contratados pelo Administrador para tanto, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01, conforme alterada. As Quotas Sênior do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro perante a CVM da distribuição de cada emissão de Quotas Sênior.

10.08.01. – Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Sênior que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pelo Administrador.

10.09. - O anúncio de início de distribuição pública de cada série de Quotas Sênior do Fundo apresentará os termos e condições da distribuição de tais Quotas Sênior, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior, observado o disposto neste Regulamento.

10.10. - Na hipótese de emissão de Novas Quotas do Fundo, (i) o instrumento de deliberação do Administrador, no caso de emissão de Novas Quotas dentro do limite do Patrimônio Autorizado e de acordo com o disposto no item 9.02.01 acima, ou (ii) a ata da Assembléia Geral de Quotistas que aprovar a realização de tal emissão nos demais casos de emissão de Novas Quotas, determinará as condições específicas de colocação das Novas Quotas, que serão especificadas em Suplemento a ser elaborado pelo Administrador de acordo com o modelo estabelecido no Anexo I a este Regulamento, e que será levado a

registro, às expensas do Fundo, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado este Regulamento.

#### Distribuição das Quotas Subordinadas do Fundo e Compromisso de Subscrição pela Motorola Industrial

10.11. - As Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo e eventuais Novas Quotas Subordinadas que venham a ser emitidas de acordo com o disposto no Capítulo Quinze abaixo serão subscritas de forma privada, pela Motorola Industrial, nos termos do “Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e Outras Avenças” celebrado entre o Fundo e a Motorola Industrial (“Compromisso de Subscrição”).

10.11.01. - O Compromisso de Subscrição regula a integralização, pela Motorola Industrial, (i) das Quotas Subordinadas representativas do Patrimônio Inicial, até o encerramento da distribuição da primeira série de Quotas do Fundo, de forma a garantir o atendimento da Razão de Garantia após a Primeira Série de Quotas do Fundo, e (ii) das Novas Quotas Subordinadas que sejam emitidas de acordo com o disposto no Capítulo Quinze abaixo.

#### Subscrição e Integralização das Quotas do Fundo

10.12. - No ato da primeira subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Administrador ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pelo Administrador para distribuir Quotas do Fundo e (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, declarando, por meio da assinatura de termo de adesão a este Regulamento e ciência de risco, na forma do Anexo III deste Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à taxa de administração referida no Capítulo Vinte e Três abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto.

10.13. - As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Emissão indicado no item 9.01 acima, atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data de integralização, na forma dos itens 10.17. e 10.18. abaixo.

10.14. – Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que se realizar a primeira integralização de Quotas representativas do Patrimônio Inicial (“Primeira Data de Emissão”).

10.15. - Na hipótese de emissão de quaisquer Novas Quotas do Fundo acima do valor do Patrimônio Inicial e/ou do Patrimônio Autorizado (inclusive emissões de que trata o Capítulo Quinze abaixo), tais Novas Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor da Nova Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 10.17. e 10.18. abaixo.

10.16. - A integralização das Quotas do Fundo será efetuada por meio do Sistema de Fundo Fechado – SFF mantido e operacionalizado pelo CETIP e/ou depósito em conta corrente de titularidade do Fundo, mediante a realização de transferência eletrônica disponível (TED) ou transferência de recursos de conta corrente de titularidade do Quotista para conta corrente de titularidade do Fundo.

#### Critérios para Apuração do Valor das Quotas Sênior

10.17. - A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será:

- a) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto em cada Suplemento:

$$VQSn_T = [VQSn_{T-1} - (B \times VAn)] - \left\{ \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

onde:

$VQSn_T$	valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.
$VQSn_{T-1}$	valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$1.000,00.
$B$	Igual a 1(hum) todo dia seguinte a uma Data de Amortização “n”. Igual a 0 (zero) em qualquer outro dia.
$VAn$	Valor da amortização programada referente a cada Quota Sênior na Data de Amortização “n”
$DI_{T-1}$	Taxa DI referente ao dia útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$ .
$\text{Sobretaxa}_n$	a ser definida em cada Suplemento de cada série de Quotas Sênior do Fundo

ou,

- b) na hipótese de o valor das Quotas Subordinadas em circulação ser igual a 0, com referência a todas as séries de Quotas Sênior em circulação, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$ 1.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

$VQS_{nT}$  valor de cada Quota Sênior da série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

$PL_T$   $PL_T$  = Patrimônio Líquido – Valor Investido, sendo que, se  $PL_T$  menor que zero, então  $PL_T$  igual a zero (0).  
onde: Valor Investido =  $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 1.000,00]$

$NQS_{nT}$  número de Quotas Sênior da série “n” em circulação na data “T”. Sendo  $NQS_{aT}$  o número de Quotas Sênior da Primeira Série ou série “n” em circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do  $VQS_{nT}$ .

$VAI_n$  valor apurado para a série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se  $VAI$  menor ou igual a 0 (zero), então  $VAI = 0$  (zero).

$Rat_{nT}$  significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VREN_T \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})}$$

onde:

$VREN$  valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREN_T = VQSDI_{nT} - R\$1.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nt}$  é o valor de cada Quota Sênior da série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas neste

Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma deste Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da série “n”.

10.17.01. – Quando da definição do valor das Quotas Sênior, nos termos deste item, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Sênior, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas titulares das Quotas Sênior, quando da divulgação da Taxa DI aplicável, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

10.17.02. – Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI como critério para definição do valor das Quotas Sênior ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do respectivo evento, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral de Quotistas para que seja deliberado pelos Quotistas, de acordo com o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze abaixo, o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Sênior. Até a definição do novo parâmetro, será utilizada, sem solução de continuidade, para cálculo do valor das Quotas Sênior, a última Taxa DI conhecida, sendo que eventuais compensações financeiras, tanto por parte do Fundo, quanto pelos Quotistas titulares das Quotas Sênior, quando da eventual divulgação posterior da Taxa DI, serão devidas na Data de Amortização imediatamente seguinte.

#### Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

10.18. – A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada do Fundo terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate (conforme o caso), sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Sênior em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto no item 10.17. acima, pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração.

#### Negociação das Quotas do Fundo

10.19. - As Quotas Sênior do Fundo serão admitidas à negociação no sistema de negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e no Sistema de Fundo Fechado – SFF mantido e operacionalizado pela CETIP.

10.19.01. - Na hipótese de negociação das Quotas Sênior em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por

comprovar a qualificação do novo Quotista que estiver adquirindo tais Quotas Sênior, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo Dois deste Regulamento.

#### Classificação de Risco das Quotas Sênior

10.20. - As Quotas Sênior do Fundo serão trimestralmente avaliadas por agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo que deverá ser, necessariamente, a Fitch Ratings, a Standard & Poors ou a Moody's Investors Services ("Agência Classificadora de Risco").

10.21. A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

### **CAPÍTULO ONZE – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS**

11.01. - É da competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) alterar este Regulamento, além das hipóteses de alteração deste Regulamento mencionadas nos demais subitens deste item 11.01.;
- (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador;
- (iv) deliberar sobre a substituição do Gestor;
- (v) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item 11.03. abaixo;
- (vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador conforme disposto no Capítulo Vinte e Três abaixo, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto nos itens (xi) e (xii) abaixo;
- (ix) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas do Fundo, exceto na hipótese de emissão de Novas Quotas até o limite do Patrimônio Autorizado, desde que mediante a observância do disposto no item 9.02 acima, e/ou de Novas Quotas Subordinadas para os fins de que trata o Capítulo Quinze abaixo, ocasiões em que o Administrador poderá realizar a emissão de Novas Quotas sem necessidade de realização de Assembléia Geral de Quotistas;

- (x) deliberar sobre proposta de alteração dos termos e condições das Cláusulas Sexta e Décima Quarta do Contrato de Cessão Motorola;
- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no Capítulo Dezessete abaixo), tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no Capítulo Dezessete abaixo);
- (xii) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação (conforme definidos no Capítulo Dezessete abaixo), tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xiii) elevar o Benchmark das Quotas Sênior;
- (xiv) substituir o Benchmark na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior;
- (xv) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata o item 10.17. deste Regulamento;
- (xvi) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito, na forma ali estabelecida;
- (xvii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no Capítulo Treze abaixo;
- (xx) aprovar a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior do Fundo, nos termos do Capítulo Quatorze abaixo;
- (xix) alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo; e
- (xx) caso o Contrato de Cessão Motorola seja resilido e/ou terminado, deliberar sobre a eventual continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento.

11.02. - Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Enquanto houver quaisquer Quotas Sênior em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (iii), (iv), (vi), (vii), (xiii) e (xix) acima. Quando não mais houver Quotas Sênior em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item 11.01. acima. Os quoruns de deliberação das matérias indicadas no item 11.01. acima seguem descritos nos subitens a seguir.



11.02.01. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (i), (ii), (v), (vi), (xi), (xii), (xiv), (xvi) e (xvii) do item 11.01. acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, que não expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem a maioria das Quotas presentes com direito a voto nos termos do item 11.02. acima.

11.02.02. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (x) e (xv) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes com direito a voto nos termos do item 11.02. acima.

11.02.03. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (viii), (ix), (xviii) e (xx) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas emitidas com direito a voto nos termos do item 11.02. acima.

11.02.04. - Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (iii), (iv) e (xix), do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Sênior emitidas e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas emitidas.

11.02.05. – Deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens (vii) e (xiii) do item 11.01. acima dependerão de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas que representem 100% (cem por cento) das Quotas Sênior emitidas e 100% (cem por cento) das Quotas Subordinadas emitidas.

11.02.06. - Para fins deste Capítulo, define-se "Quotas Sênior em circulação" ou "Quotas em circulação" a totalidade das Quotas Sênior emitidas, ou a totalidade das Quotas emitidas, respectivamente, excetuadas as Quotas Sênior que se encontrem em tesouraria da Motorola Industrial, ou que sejam pertencentes a qualquer de suas controladas, subsidiárias, bem como respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.

11.03. - A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas ("Representante dos Quotistas").

11.03.01. - Somente pode exercer as funções de Representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (ii) não ser titular de Quotas Subordinadas;

- (iii) não exercer cargo ou função no Administrador, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- (iv) não exercer cargo da administração ou ser funcionário da Motorola Industrial; e
- (v) não exercer cargo de administração ou ser funcionário dos controladores, diretos ou indiretos, da Motorola Industrial.

11.04. - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento perante a CVM.

11.05. - A convocação de Assembléia Geral de Quotistas será feita pelo Administrador, por meio eletrônico, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou por meio de publicação no periódico utilizado pelo Fundo para realizar divulgação de suas informações, com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo. A convocação indicará dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas e os assuntos a serem tratados.

11.05.01. - Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembléia Geral, com antecedência de 5 (cinco) dias, mediante a expedição aos Quotistas de carta com aviso de recebimento ou, conforme o caso, de publicação no periódico utilizado pelo Fundo para realizar divulgação de suas informações. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral de Quotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

11.05.02. - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

11.06. - Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral de Quotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Quotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora do Estado de São Paulo.

11.07. - Os titulares de Quotas Subordinadas terão direito à comparecer em toda e qualquer Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

11.08. - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar a Assembléia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

11.09. - As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista com direito a voto.

11.10. - Poderão votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano.

11.11. - Não terão direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas o Administrador e seus empregados.

11.12. - Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

## **CAPÍTULO DOZE - DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS**

### **Condições Gerais e Forma de Pagamento das Amortizações**

12.01. – Cada Suplemento a este Regulamento, referente a cada nova série de Quotas do Fundo, inclusive o Primeiro Suplemento, indicará o cronograma de amortização de cada série de Quotas do Fundo, bem como a data de resgate das Quotas.

12.02. - Para os fins de que trata este Regulamento, cada data em que houver pagamento de amortização das Quotas Sênior será designada uma “Data de Amortização” e a data em que houver o último pagamento de amortização das Quotas Sênior de cada série do Fundo será designada a “Data de Resgate” de tais Quotas Sênior.

12.02.01. A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização de suas Quotas, observado o disposto neste Capítulo e nos Capítulos Treze e Quatorze abaixo.

12.03. - Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas do Fundo deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas de uma mesma classe de Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas titulares de cada classe de Quotas do Fundo.

12.04. – Exceção feita à hipótese prevista no item 12.07 abaixo, as Quotas Subordinadas do Fundo serão resgatadas na Data de Resgate da última Quota Sênior do Fundo em circulação, sendo que o pagamento do resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral de todas as parcelas de amortização, do resgate das

Quotas Sênior de todas as séries do Fundo e do pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo.

12.05. - Os pagamentos das parcelas de amortização das Quotas do Fundo serão efetuados por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

12.06. – Na data de liquidação do Fundo (antecipada ou não), os titulares de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros na amortização e no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Treze abaixo.

12.06.01. - Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, pagamentos de amortizações e resgate de Quotas do Fundo que sejam realizados mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros compreenderão o pagamento aos Quotistas de recursos, por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, concomitantemente à compra, pelos respectivos Quotistas, de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros em valor correspondente ao valor líquido amortizado ou resgatado.

#### Condições Especiais Aplicáveis às Amortizações das Quotas

12.07. - Quando do pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Sênior, e desde que não haja um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação em andamento, deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto nos itens 12.01 a 12.06 acima:

(i) na hipótese de a Razão de Garantia do Fundo ser inferior ao percentual previsto no item 10.06 deste Regulamento, poderá ser realizada amortização extraordinária das Quotas Subordinadas, mediante solicitação por escrito da Motorola Industrial, exclusivamente em relação às Quotas Subordinadas, sem prejuízo do disposto no item 12.04. acima e desde que observados os seguintes prazos e procedimentos:

- a. caso o cálculo da Razão de Garantia do Fundo em determinada Data de Amortização seja equivalente ou inferior a 95% (noventa e cinco por cento), a Motorola Industrial poderá solicitar a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia permanecerá mantida; e
- b. caso o cálculo da Razão de Garantia do Fundo em determinada Data de Amortização seja inferior a 97% (noventa e sete por cento) e superior a 95% (noventa e cinco por cento), a Motorola Industrial poderá solicitar a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas, desde que, nos últimos 90 (noventa) dias consecutivos anteriores à Data de Amortização

acima referida a Razão de Garantia não tenha sido desenquadrada em qualquer momento, sendo que, após o pagamento extraordinário de amortização, a Razão de Garantia permanecerá mantida. A amortização extraordinária de que trata este item não poderá ser realizada em intervalos inferiores a 90 (noventa) dias consecutivos;

(ii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência de não pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas, o efeito da inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis e/ou dos Ativos Financeiros repercutirá na capacidade do Fundo de efetuar o pagamento das parcelas de amortização das Quotas Sênior.

12.07.01. A Motorola Industrial poderá solicitar ao Administrador que as amortizações extraordinárias acima referidas sejam realizadas mediante a entrega de Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança. Neste caso, os Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança a serem entregues à Motorola Industrial serão avaliados por R\$0,01 cada.

#### Valor das Quotas para Fins de Pagamento de Amortização

12.08. - Para os fins de pagamento das parcelas de amortização e do resgate das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas será sempre utilizado o valor da Quota no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Quota será reduzido proporcionalmente ao valor amortizado.

12.09. - Em cada Data de Amortização, será devido aos titulares de Quotas Sênior valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VAn = (VQSn_T - R\$1.000,00) + (PA \times R\$1.000,00),$$

onde:

<i>Van</i>	valor da amortização programada referente a cada Quota Sênior na Data de Amortização “n”.
<i>VQSn<sub>T</sub></i>	valor unitário de cada Quota Sênior, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “a” do item 10.17. acima.
<i>PA</i>	Percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior, apurado nas respectivas Datas de Amortização cujo valor será igual a 0 (zero) até o pagamento de amortização imediatamente anterior à Data de Resgate e cujo valor será igual a 1 (hum) na Data de Resgate.

12.10. - Na data de pagamento do resgate de todas as Quotas Sênior de emissão do Fundo, as Quotas Subordinadas serão resgatadas por valor correspondente ao resultado da divisão (i) do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo pelo (ii) número total de Quotas Subordinadas.

12.11. - As Quotas Sênior do Fundo somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Sênior emitidas e em circulação ou (ii) na data de liquidação (antecipada ou não) do Fundo. As Quotas Subordinadas do Fundo somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e amortização das Quotas Subordinadas emitidas e em circulação ou (ii) na data de liquidação (antecipada ou não) do Fundo.

12.12. - Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado de âmbito federal tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado estadual e municipal da sede do Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Quotistas cair em dia que seja feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Quotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Quotas, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Quotistas.

**CAPÍTULO TREZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE  
QUOTAS MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS DE CRÉDITO  
ELEGÍVEIS  
E DE ATIVOS FINANCEIROS**

13.01. - Observado o disposto no item 13.02. abaixo, caso no último dia útil anterior à Data de Resgate o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional para efetuar o pagamento do resgate da totalidade das Quotas, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo.

13.01.01. - Qualquer entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Quotas do Fundo será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

13.01.02. - De acordo com o disposto neste Regulamento, as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior, observado o disposto neste Capítulo.

13.02. - Antes da realização de qualquer procedimento referente à entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros aos Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto neste Capítulo, a Motorola Industrial terá o direito, mas nunca a obrigação, de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, na Data de Resgate, pelo preço indicado no item abaixo.

13.02.01. - Na hipótese de a Motorola Industrial decidir exercer a faculdade de que trata este item, a totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão adquiridos por preço equivalente ao valor atualizado de todas as Quotas Sênior ainda em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17. deste Regulamento.

13.03. - Na hipótese de a Motorola Industrial decidir não exercer a faculdade de que trata o item anterior, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas do Fundo ainda em circulação, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

13.03.01. – Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida neste item não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista

será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

13.03.02. - O Administrador deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

13.03.03. - Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos subitem acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação.

13.03.04. - O Custodiante e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos respectivos Documentos Representativos de Crédito e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias (contado da notificação referida no subitem 13.03.02. acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do subitem 13.03.03 acima, indicará ao Administrador e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito Elegíveis, Documentos Representativos de Crédito respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

#### **CAPÍTULO QUATORZE - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA EM DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

14.01. - O Administrador poderá realizar, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima, a amortização extraordinária das Quotas Sênior em circulação (a “Amortização Extraordinária”), pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação, calculado de acordo com o disposto no item 10.17. acima, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à alocação mínima em Direitos de Crédito Elegíveis estabelecida no Capítulo Sete deste Regulamento.

14.01.01. A Assembléia Geral de Quotistas referida acima será convocada pelo Administrador dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for verificado o desenquadramento da Razão de Garantia e/ou da alocação mínima em Direitos de Crédito Elegíveis estabelecida no Capítulo Sete deste Regulamento.



14.02. - Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Sênior nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária.

14.03. - Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, de forma proporcional e em igualdade de condições.

## **CAPÍTULO QUINZE – DO ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA**

15.01. - Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das Datas de Verificação, a Motorola Industrial será imediatamente informada de tal fato pelo Administrador, na forma do Anexo IV deste Regulamento (“Aviso de Desenquadramento”). A Motorola Industrial deverá devolver o Aviso de Desenquadramento ao Administrador, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação a uma das seguintes providências:

(i) a Motorola Industrial poderá, a seu exclusivo critério, integralizar Novas Quotas Subordinadas, de acordo com os termos e condições do Compromisso de Subscrição, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:

- a. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos de Crédito Elegíveis Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento;
- b. caso a integralização de Novas Quotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Crédito Elegíveis Integrantes da Carteira, a integralização referida no item (i) acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; ou

(ii) a Motorola Industrial poderá resilir o Contrato de Cessão Motorola, dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento, quando será aplicado o disposto no Capítulo Dezesete abaixo.

15.02. – Em qualquer das hipóteses descritas no subitem (i) do item 15.01. acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de Novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, hipótese em que esse Regulamento será complementado por Suplemento na forma do Anexo I.

15.03. - Na hipótese de a Motorola Industrial não informar o Administrador sobre qual medida pretende tomar nos termos e prazo descritos no item 15.01 acima, o Administrador aplicará, automaticamente, o disposto no Capítulo Quatorze ou Dezessete, conforme o caso.

#### **CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS PROCEDIMENTOS PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS E DA ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO**

16.01. – O Gestor deverá constituir reserva de pagamento referente às amortizações das Quotas do Fundo (“Reserva de Pagamento”), por meio da aplicação dos recursos recebidos pelo Fundo em decorrência dos pagamentos dos Direitos de Crédito Elegíveis de acordo com os prazos e procedimentos descritos abaixo:

- (i) até o 30º (trigésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização, 30% (trinta por cento) do valor estimado pelo Administrador para realizar o pagamento da próxima parcela de amortização devida às Quotas Sênior do Fundo (o “Valor Futuro Estimado”) deverá estar alocado em Ativos Financeiros;
- (ii) até o 15º (décimo quinto) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização, 100% (cem por cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros.

16.01.01. – Durante o período para constituição de Reserva de Pagamento, o Administrador deverá segregar e manter destacadas na contabilidade do Fundo as disponibilidades diárias referentes ao pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, as quais serão destinadas ao pagamento das parcelas de amortização das Quotas Sênior em cada Data de Amortização.

16.01.02. - A partir da Data de Amortização imediatamente anterior à Data de Resgate, o Gestor deverá, além de observar o disposto neste item 16.01. e subitem 16.01.01., cumprir com o disposto no seguinte cronograma:

- (i) até o 35º (trigésimo quinto) dia imediatamente anterior à Data de Resgate, o valor de resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros integrantes da Reserva de Pagamento, deverá ser equivalente a 10% (dez por cento) do Valor Futuro Estimado, apurado na Data de Verificação imediatamente anterior;
- (ii) até o 30º (trigésimo) dia imediatamente anterior à Data de Resgate, o valor de resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros integrantes da Reserva de Pagamento, deverá ser equivalente a 30% (trinta por cento) do Valor Futuro Estimado, apurado na Data de Verificação imediatamente anterior;
- (iii) até o 25º (vigésimo quinto) dia imediatamente anterior à Data de Resgate, o valor de resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros integrantes da Reserva de

Pagamento, deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Futuro Estimado, na Data de Verificação imediatamente anterior;

- (iv) até o 20º (vigésimo) dia imediatamente anterior à Data de Resgate, o valor de resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros integrantes da Reserva de Pagamento, deverá ser equivalente a 90% (noventa por cento) do Valor Futuro Estimado, apurado na Data de Verificação imediatamente anterior; e
- (v) até o 15º (décimo quinto) dia imediatamente anterior à Data de Resgate, o valor de resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros integrantes da Reserva de Pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do Valor Futuro Estimado, apurado na Data de Verificação imediatamente anterior.

16.02. - Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme descritos no Capítulo Dezenove abaixo;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento, observado o disposto no item 16.01. acima;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Sênior;
- (v) pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis;
- (vi) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

## **CAPÍTULO DEZESSETE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

### Dos Eventos de Avaliação

17.01. - São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24h (vinte e quatro horas) contado do recebimento da referida notificação;
- (ii) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia, nas respectivas Datas de Verificação, e (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos nos Capítulos Quatorze e/ou Quinze deste Regulamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da Data de Verificação em que se verificar o desenquadramento;
- (iii) caso a Carteira do Fundo deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos de Crédito Elegíveis, conforme determinado no Capítulo Sete deste Regulamento, por período superior a 20 (vinte) dias consecutivos;
- (iv) caso a Reserva de Pagamento não seja reenquadrada aos termos e condições deste Regulamento em até 5 (cinco) dias contados da Data de Verificação em que seja verificado pelo Administrador o respectivo desenquadramento;
- (v) rebaixamento do *rating* das Quotas Sênior para classificação abaixo de A+ de acordo com os critérios de classificação atualmente adotados pela Fitch Ratings e/ou classificação equivalente de outra Agência Classificadora de Risco e/ou não divulgação da classificação de risco pela Agência Classificadora de Risco ou outra agência que venha a substituí-la por período superior a 30 (trinta) dias;
- (vi) caso o Administrador tenha conhecimento sobre o inadimplemento (observados eventuais períodos de cura), por parte de qualquer Cliente, de obrigações representativas de dívida perante quaisquer terceiros, consubstanciadas por meio de contrato de empréstimo ou financiamento, contrato de garantia, nota promissória, aval, ou qualquer outra forma de obrigação financeira e que, a exclusivo critério do Administrador, possa afetar a situação financeira e/ou operacional do respectivo Cliente, exceto se este estiver, de boa-fé, judicialmente discutindo a validade de suas obrigações;
- (vii) na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão Motorola;

- (viii) não pagamento, nas Datas de Amortização e/ou na Data de Resgate do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Sênior;
- (ix) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificado pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (x) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme apurado por auditores do Fundo e/ou pelo Custodiante e/ou qualquer outro terceiro, sem prejuízo de eventual responsabilização destes;
- (xi) na hipótese de a taxa de juros básica do país (Taxa SELIC) ser aumentada em um único dia em 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos pontos percentuais) e/ou acumular um aumento acima de 3,00% (três pontos percentuais) no período de 15 (quinze) dias consecutivos;
- (xii) na hipótese de ser realizada a amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- (xiii) na hipótese de a somatória do valor de face de Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes, por prazo igual ou superior a 35 (trinta e cinco) dias corridos, que tiverem sido adquiridos pelo Fundo, representar, a qualquer momento, 50% (cinquenta por cento) ou mais do valor total das Quotas Subordinadas do Fundo em circulação;
- (xiv) rescisão do “Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, celebrado entre o Custodiante e a Motorola Industrial, com interveniência do Fundo, na data de constituição do Fundo (“Contrato de Cobrança”);
- (xv) não observância pela Motorola Industrial dos deveres e das obrigações previstos no Contrato de Cobrança, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24h (vinte e quatro horas) contado do recebimento da referida notificação;
- (xvi) rescisão do Contrato de Depósito Motorola e/ou do Contrato de Depósito Instituições Financeiras, sem que outro depositário seja contratado ou o Custodiante assuma a prestação dos serviços de guarda dos Documentos Representativos de Crédito;
- (xvii) rescisão do Compromisso de Subscrição; e
- (xviii) não observância pela Motorola Industrial dos deveres e das obrigações previstos no Convênio de Recebimento, desde que, notificada pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24h (vinte e quatro horas) contado do recebimento da referida notificação.

17.01.01. – Sem prejuízo do disposto no subitem 17.01.02. abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito e o Administrador convocará Assembleia Geral de Quotistas, até o 5º (quinto) dia útil seguinte à ocorrência do Evento de Avaliação, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um evento de liquidação antecipada do Fundo, bem como se haverá liquidação antecipada do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados.

17.01.02. – No caso da Assembleia Geral de Quotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que trata o item 17.02. abaixo, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral de Quotistas, podendo a referida Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do Fundo, independentemente da notificação dos Quotistas ausentes.

17.01.03. - Caso a Assembleia Geral de Quotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo reiniciará o processo de aquisição de Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembleia Geral de Quotistas competente.

17.01.04. – O direito da Motorola Industrial ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até data da deliberação, pela Assembleia Geral de Quotistas referida no subitem 17.01.01. acima, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Sênior no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Sênior na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembleia Geral de Quotistas.

#### Dos Eventos de Liquidação Antecipada

17.02. - Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso o Contrato de Cessão Motorola seja resilido e/ou terminado e dentro de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da referida rescisão a Assembleia Geral de Quotistas do Fundo não delibere pela continuidade do Fundo, mediante alteração deste Regulamento;
- (ii) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

- (iii) não pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das Quotas Sênior;
- (iv) caso não seja determinado pela Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Sênior, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- (v) caso os Quotistas com direito a voto não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo Dezoito, na forma ali estabelecida;
- (vi) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem a assunção das funções do Custodiante por uma nova instituição, nos termos ali definidos; e
- (vii) rescisão do Convênio de Recebimento, sem a assunção das funções descritas em tal contrato por outra entidade, nos termos ali definidos e sem que tal assunção não acarrete em qualquer prejuízo para o Fundo e seus Quotistas.

17.02.01. - Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, o Administrador imediatamente (i) notificará tal fato aos Quotistas, (ii) convocará Assembleia Geral de Quotistas para aprovar a liquidação antecipada do Fundo e deliberar sobre os procedimentos descritos nos subitens abaixo e, se for o caso, iniciar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo e (iii) interromperá a aquisição de Direitos de Crédito.

17.02.02. - Na Assembleia Geral de Quotistas mencionada no subitem 17.02.01. acima, os titulares de Quotas Sênior poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação previsto no Capítulo Onze acima, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

17.02.03. - Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Quotistas mencionada no subitem 17.02.01. acima, por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas de acordo com o quorum de deliberação previsto no Capítulo Onze acima, sobre a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

17.02.04. - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembleia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Quotistas titulares de Quotas Sênior do Fundo, que não concordarem com a decisão (“Quotistas Dissidentes”), o resgate antecipado de suas Quotas Sênior, conforme instruções a serem definidas pela própria Assembleia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate. Se as instruções específicas para o resgate não forem deliberadas em Assembleia Geral de Quotistas, os Quotistas Dissidentes poderão requerer o pagamento de resgate em até 15 (quinze) dias contados da data da realização da referida

Assembleia Geral de Quotistas, pelo valor da Quota Sênior do dia do efetivo pagamento, calculado na forma do item 10.17. deste Regulamento.

17.02.05. – Na hipótese descrita no subitem anterior, caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas Sênior aos Quotistas Dissidentes, no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembleia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate de suas Quotas Sênior mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros, de acordo com os princípios estabelecidos no Capítulo Treze acima, no que couber.

17.02.06 - Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação ou Eventos de Avaliação e a Assembleia Geral de Quotistas deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo serão resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias contados da data de realização da referida Assembleia Geral de Quotistas (“Prazo para Resgate Antecipado”), pelo valor da Quota do dia do efetivo pagamento, calculado na forma dos itens 10.17. e 10.18. deste Regulamento e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:

- (i) as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, os pagamentos de resgate das Quotas somente serão realizados após o alcance, pelo Fundo de montantes de no mínimo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada pagamento de amortização das Quotas;
- (iv) todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Sênior, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins;
- (v) se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Sênior não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas Sênior, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Treze; e



- (vi) assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Sênior, nos termos indicados nos subitens acima, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional, e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional, em Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo Treze.

17.02.07. Caso a Assembléia Geral de Quotistas, mesmo diante da rescisão do Contrato de Cessão Motorola, decida pela continuidade do Fundo, o termo “Motorola Industrial” deverá ser excluído da denominação do Fundo.

## **CAPÍTULO DEZOITO – DO PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS NÃO PAGOS NO VENCIMENTO**

18.01. – Os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo e não pagos dentro de até 16 (dezesseis) dias corridos da data de seu respectivo vencimento (“Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança”), serão objeto de cobrança pelo Fundo, que contratou a Motorola Industrial para prestar tais serviços, tendo em vista a sua experiência na cobrança de direitos de crédito de seus Clientes.

18.01.01.– A contratação da Motorola Industrial como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela Motorola Industrial, sobre os Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança.

18.02. - O procedimento de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança será realizado de acordo com os procedimentos descritos no Anexo V deste Regulamento e de acordo com os termos e condições do Contrato de Cobrança.

18.03. – A Motorola Industrial terá o direito, mas nunca a obrigação, a seu exclusivo critério, de adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Elegível Inadimplente, a partir do primeiro dia útil imediatamente seguinte à data de vencimento do referido Direito de Crédito Elegível Inadimplente, pelo valor exigível no Documento Representativo de Crédito referente ao Direito de Crédito Elegível Inadimplente (inclusive juros, multa e outros encargos que sejam atribuídos ao Cliente, em decorrência do referido inadimplemento).

18.03.01. - Caso a Motorola Industrial opte por não adquirir Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes na forma descrita acima, esta permanecerá obrigada a prestar o serviço de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes quando eles tornarem-se passíveis de cobrança (ou seja, após 16 (dezesseis) dias), observados os prazos e procedimentos de cobrança descritos no Contrato de Cobrança.

18.03.02. - Sem prejuízo do disposto no subitem 18.03.01. acima, a Motorola Industrial somente poderá renegociar ou acordar qualquer alteração aos termos e condições dos Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes de titularidade do Fundo perante os respectivos Clientes, bem como promover a cobrança judicial de qualquer Direito de Crédito Elegível Inadimplente, quando o Direito de Crédito Elegível Inadimplente passar a ser um Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança, e mediante a observância dos termos e condições do Contrato de Cobrança.

18.04. - Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Motorola Industrial, o Administrador, o Gestor ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Financeiros. A Motorola Industrial, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos que o Fundo venha a iniciar, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas.

18.05. - As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros (além da remuneração da Motorola Industrial pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Cobrança) serão suportadas diretamente pelo Fundo. O Administrador somente poderá alocar recursos em valores superiores a 1% (hum por cento) do valor atualizado das Quotas Sênior em circulação, à época da decisão sobre a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, para tomar medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo, mediante autorização prévia da Assembléia Geral de Quotistas, de acordo com o disposto na Cláusula Onze deste Regulamento.

18.05.01. – Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item anterior; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, de acordo com o disposto no Capítulo Onze acima, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador, o Gestor, a Motorola Industrial e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

18.06. - Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação, bem como decorrentes da não recuperação dos créditos referidos, dentro ou não do prazo de duração do Fundo.

## **CAPÍTULO DEZENOVE – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

19.01 - Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração de que trata o Capítulo Vinte e Três deste Regulamento, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;

- (x) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- (xi) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos quotistas.

19.02. - As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

19.03. - O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pelo Administrador.

19.04. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

## **CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

20.01. - O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

20.02. - O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

20.03. - O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

20.04. - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

## **CAPÍTULO VINTE E UM - DOS FATORES DE RISCO**

21.01 – Todo investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos a seguir:

### **Dos Riscos de Mercado**

21.01.01. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

21.01.02. - O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito Elegíveis e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no item 10.17. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a Cedente, o Administrador, o Gestor e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.

21.01.03. - A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do Fundo.

#### Dos Riscos de Crédito

21.01.04. - A Cedente somente tem responsabilidade pela origem e formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis. Ainda, os Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis não necessariamente divulgam suas informações financeiras ao mercado e, portanto, os Quotistas não necessariamente têm acesso ou terão acesso a informações sobre a capacidade financeira dos Clientes. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis vencidos e não pagos. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos de Créditos Elegíveis sejam pagos pelos Clientes, não havendo garantia de que as amortizações ou resgate das Quotas ocorrerão integralmente nas datas programadas neste Regulamento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante e/ou pela Motorola Industrial, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

21.01.05. - Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças

na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

21.01.06. - O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

21.01.07. – Nos termos do Contrato de Cessão, será resolvida a cessão (i) de todo e qualquer Direito de Crédito que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo, e (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Representativos de Crédito. Ainda, nos termos do Contrato de Cessão Motorola, será resolvida a cessão de todo e qualquer Direito de Crédito Elegível que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente devedor em decorrência de (a) defeito ou vício do produto ou serviço referente ao Direito de Crédito ou (b) devolução do produto referente ao Direito de Crédito, que resulte no cancelamento da venda de tal produto. Quando da ocorrência de um evento de resolução de cessão conforme indicado acima, a Cedente será obrigada a (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48h (quarenta e oito horas) contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao Valor de Mercado dos Direitos de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida.

21.01.08. – Os Clientes serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito Elegíveis de que sejam devedores, na forma estabelecida no Contrato de Cessão. Não há garantia de que estes Clientes efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis diretamente ao Fundo. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício da Cedente, esta será obrigada a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que a Cedente cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

#### Dos Riscos de Liquidez

21.01.09. - Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação de liquidação

antecipada do Fundo e deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

21.01.10. - O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito Elegíveis. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito Elegíveis, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito Elegíveis poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

#### Dos Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

21.01.11. - A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

#### Dos Riscos Operacionais

21.01.12. – Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pela Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

21.01.13. - A Motorola Industrial e as Instituições Financeiras serão responsáveis pela guarda dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de fiéis depositárias, nos termos do Contrato de Depósito. A guarda dos Documentos Representativos de Crédito pela Motorola Industrial e pelas Instituições Financeiras pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo.

21.01.14. - O Custodiante realizará auditoria periódica para verificar a regularidade dos Documentos Representativos de Crédito. Até a realização dessa auditoria, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito Elegíveis cujos Documentos Representativos de Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Elegíveis.

21.01.15. - A Cedente, o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis pela solvência dos Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo. O procedimento de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes Passíveis de Cobrança previsto no Capítulo Dezoito deste Regulamento, não assegura que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos de Crédito Elegíveis serão recuperados. Da mesma forma, não é possível assegurar a

recuperação de valores devidos ao Fundo relativos a Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes Passíveis de Cobrança em eventual procedimento de cobrança judicial.

#### Dos Riscos de Descontinuidade

21.01.16. - Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente não será obrigada a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso a Motorola Industrial decida terminar o Contrato de Cessão Motorola e a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito Motorola, o Fundo terá que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pela Cedente, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

21.01.17. - Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização ou à Data de Resgate. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pela Cedente, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

21.01.18. - Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Elegíveis e/ou Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.

#### Do Risco de Concentração da Carteira

21.01.19. Tendo em vista que, de acordo com os Critérios de Elegibilidade, os recursos do Fundo poderão ser alocados para adquirir Direitos de Crédito Elegíveis contra poucos Clientes que são integrantes da Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel, o Fundo está sujeito ao risco de concentração nos referidos Clientes. Caso um dos Clientes integrantes da Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel deixe de cumprir com as suas obrigações referentes a Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo e os Direitos de Crédito Elegíveis contra tal Cliente representarem percentual significativo da Carteira do Fundo, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.



#### Dos Riscos do Agente de Recebimento:

21.01.20. O Banco Bradesco S.A. foi contratado pelo Fundo e pela Motorola Industrial, nos termos do Convênio de Recebimento, para prestar serviços de recebimento e conciliação de pagamentos realizados via TED referentes a Direitos de Crédito da Motorola Industrial e Direitos de Crédito Elegíveis do Fundo. Caso o Banco Bradesco S.A. não exerça suas funções como Agente de Recebimento de acordo com os termos e condições do Convênio de Recebimento ou caso os Clientes não efetuem ou não efetuem tempestivamente pagamentos referentes a Direitos de Crédito Elegíveis na conta do Agente de Recebimento, para que este possa repassar ao Fundo os pagamentos que lhe forem devidos, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização das Quotas Sênior.

#### Dos Riscos da Motorola Industrial:

21.01.21. Os Direitos de Crédito Motorola a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de vendas a prazo de produtos da Motorola Industrial aos Clientes indicados no Contrato de Cessão, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Capítulo Sete deste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais vendas; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito Motorola disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, os Quotistas poderão deliberar em Assembleia Geral pela liquidação antecipada do Fundo e os Quotistas poderão não conseguir reaplicar os recursos até então investidos no Fundo em modalidades que lhes forneçam rentabilidade semelhante ao Benchmark do Fundo.

#### Dos Riscos das Instituições Financeiras:

21.01.22. Os Direitos de Crédito Instituições Financeiras a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de financiamentos concedidos aos Clientes indicados na Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel para aquisição de produtos fabricados e comercializados pela Motorola Industrial, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Capítulo Sete deste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais financiamentos; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito Motorola e Direitos de Crédito Instituições Financeiras disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, os Quotistas poderão deliberar em Assembleia Geral pela liquidação antecipada do Fundo e os Quotistas poderão não conseguir reaplicar os recursos até então investidos no Fundo em modalidades que lhes forneçam rentabilidade semelhante ao Benchmark do Fundo.

#### Outros Riscos

21.01.23. - Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos de Crédito Elegíveis, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito Elegíveis. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre

todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

21.01.24. – Em determinadas situações previstas neste Regulamento, o Administrador poderá realizar diversas emissões de Novas Quotas Subordinadas sem a emissão de Novas Quotas Sênior, para fins de enquadramento da Razão de Garantia ou os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo. Por conta desse fato, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que Quotas Sênior. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos quotistas titulares de Quotas Sênior no patrimônio do Fundo.

21.01.25. O Administrador está autorizado a emitir novas séries de Quotas Sênior do Fundo a qualquer momento, sem necessidade de autorização ou ratificação pela Assembléia Geral de Quotistas, desde que observado o Patrimônio Autorizado. Ao emitir novas Quotas Sênior dentro do limite do Patrimônio Autorizado, o Administrador deverá, necessariamente, observar as condições e características das Quotas Sênior conforme estabelecido neste Regulamento. No entanto, o Administrador poderá emitir séries distintas de Quotas Sênior, com Benchmark e cronogramas de amortização distintos para cada nova série de Quotas Sênior. Ainda, o patrimônio líquido do Fundo poderá vir a ser representado por quantidades diversas de Quotas Sênior de séries distintas. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos Quotistas titulares de Quotas Sênior titulares de séries distintas, os quais poderão ter interesses distintos nas deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas.

21.01.26. - As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Cedente, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

## **CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

### Da Administração do Fundo

22.01. - O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM (“BEM” ou “Administrador”). A BEM contratou a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.450, 6º e 7º andares, inscrita no C.N.P.J/M.F. sob n.º 62.375.134/0001-44, para realizar a gestão da Carteira do Fundo (“BRAM” ou “Gestor”).

22.02. – O Administrador e o Gestor do Fundo não se encontram em conflito de interesses no exercício de suas funções, tendo independência nas atividades de administração do Fundo, custódia e gestão da carteira, uma vez que esta poderá conter Ativos Financeiros de emissão/titularidade do Administrador, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

22.03. - Observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos de crédito, demais ativos financeiros e modalidades operacionais que integrem a Carteira do Fundo.

22.04. - O Administrador, por meio de carta com aviso de recebimento, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias endereçado a cada Quotista, pode renunciar à administração e/ou à gestão do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Onze acima.

22.04.01 - Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Onze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

22.04.02. - Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral de Quotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Quotistas.

22.04.03. – Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do subitem 22.04.02. acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Treze acima.

#### Da Custódia e Controladoria do Fundo

22.05. - Para a prestação dos serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/2001, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, na Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 (o “Custodiante”).

22.06. O Custodiante prestará os serviços (i) de escrituração das Quotas do Fundo e (ii) de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/2001 nos termos do “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial” (“Contrato de Custódia”).

## **CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR**

23.01. - Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador receberá taxa de administração mensal, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

23.01.01. A taxa de administração devida ao Administrador será a seguinte:

(i) no período de 3 (três) meses contados da Primeira Data de Emissão, o maior dos seguintes valores: (i) 0,04% (quatro centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo ou (ii) R\$10.000,00 (dez mil reais), valor este a ser corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”) a partir da Primeira Data de Emissão; e

(ii) após o período referido no item anterior, o maior dos seguintes valores: (i) 0,08% (oito centésimos por cento) ao ano do patrimônio líquido do Fundo ou (ii) R\$20.000,00 (vinte mil reais), valor este a ser corrigido pelo IGPM a partir da Primeira Data de Emissão.

23.01.02. – Independentemente do disposto no item 23.01.01. acima, a taxa de administração total no período de 12 (doze) meses contados da Primeira Data de Emissão não poderá ser superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

23.01.03. – O percentual referido no item 23.01.01. acima será calculado sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de “1/252” (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima, e informada mensalmente ao Custodiante.

23.01.04. - O Administrador não receberá taxa de desempenho.

## **CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

24.01. - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do Fundo.

24.02. - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo.

24.03. - A divulgação de informações de que trata o item 24.01. acima será feita no jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

24.04. - O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

24.05. - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

## **CAPÍTULO VINTE E CINCO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.01. A utilização da denominação “Motorola Industrial” na denominação do Fundo é baseada exclusivamente na origem dos Direitos de Crédito Elegíveis Motorola que poderão compor a Carteira, conforme estabelecido nas Cláusulas Três e Quatro acima, e não na participação e/ou na assunção de responsabilidade pela Motorola Industrial e/ou por qualquer empresa integrante do grupo Motorola Industrial no Brasil e/ou no exterior pelas operações do Fundo. A aquisição, pela Motorola Industrial, de Quotas Subordinadas do Fundo, nos termos e condições descritos no Compromisso de Subscrição e/ou as obrigações assumidas pela Motorola Industrial nos termos do Contrato de Cessão Motorola, Contrato de Cobrança, Convênio de Recebimento, Contrato de Depósito e Contrato de Custódia (conforme definidos neste Regulamento) não representam responsabilidade da Motorola Industrial e/ou de empresas integrantes do grupo Motorola Industrial no Brasil e/ou no exterior pelas operações do Fundo e/ou, ainda, garantia de rentabilidade para os titulares de Quotas do Fundo.

25.02. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, o Custodiante, a Cedente e os Quotistas.

25.02.01. A divulgação de informações do Fundo será feita no jornal “Gazeta Mercantil”.

25.03. - Os valores em reais mencionados neste Regulamento serão reajustados anualmente, a partir da Primeira Data de Emissão, pela variação do IGPM, ou por outro índice de mercado, na hipótese de extinção do IGPM, que venha a ser aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

25.04. - Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados no Estado ou na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou ainda dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na praça de São Paulo. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.

25.05. - Para maiores informações sobre a Motorola Industrial e os Direitos de Crédito Elegíveis, vide Seções 5 e 6 do Prospecto do Fundo (“Prospecto”), que descreve as atividades da Motorola Industrial, bem como os principais procedimentos envolvendo a origem, formalização e cobrança dos Direitos de Crédito Motorola que podem ser integrantes da Carteira do Fundo.

25.06. - Fica eleito o Foro da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Anexo I ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola  
Industrial  
**Suplemento ao Regulamento**

<b>Características da [•] Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial</b>	
Número da Série	[•] <sup>a</sup>
Valor da Série	R\$ [•] ([•] reais)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	[•] ([•])
Quantidade de Quotas Sênior	[•] ([•])
Quantidade de Quotas Subordinadas	[•] ([•])
Benchmark das Quotas Sênior	[•]% da Taxa DI, conforme definida no Regulamento
Periodicidade das Parcelas de Amortização das Quotas Sênior	[ ] Mensal [ ] Trimestral [ ] Semestral [ ] Final
Datas Programadas para Pagamento de Amortização das Quotas Sênior	Todo dia [•] de [•] e [•] de [•], até o pagamento da última amortização da Série
Datas programadas para o Pagamento de Resgate das Quotas Sênior	[•]
Periodicidade de Pagamento de Resgate das Quotas Sênior	[ ] Mensal [ ] Trimestral [ ] Semestral [ ] Final (última data de amortização da Série)
Periodicidade de Amortização das Quotas Subordinadas	[•], além do disposto no item 12.7 do Regulamento do Fundo
Data Programada de Pagamento de Amortização das Quotas Subordinadas	Após amortização integral das Quotas Sênior, ou nos termos definidos no Capítulo Doze do Regulamento para amortizações não programadas
Valor do Patrimônio do Fundo antes da [•] <sup>a</sup> Série	R\$ [•] ([•])
Quantidade Total de Quotas Sênior do Fundo após a [•] <sup>a</sup> Série	[•] ([•])
Quantidade Total de Quotas Subordinadas do Fundo após a [•] <sup>a</sup> Série	[•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo no ato do registro do Fundo na CVM	R\$ [•] ([•])
Patrimônio Líquido Total do Fundo, após subscritas e integralizadas 100% das Quotas desta Série	[•] ([•])

Anexo II ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial

**Política de Concessão de Crédito**

No caso de venda para clientes novos e também para casos de alteração ou renovação das condições da linha de crédito propostas, o departamento de vendas da Motorola Industrial submete à área de crédito da Motorola Industrial a seguinte documentação:

- CNPJ do cliente;
- Relatórios financeiros;
- Informação sobre previsão de vendas;
- Prazos de pagamento;
- Garantias colaterais, se aplicável;
- Demonstrações financeiras; e
- Contrato/estatuto social atualizado (se disponível).

Antes do início da análise de crédito, a área de crédito consulta o site Visual Compliance ([www.visualcompliance.com.br](http://www.visualcompliance.com.br)) para verificar se o potencial cliente faz parte de lista de pessoas jurídicas e físicas com as quais a Motorola Industrial não deve manter negócios. Caso o potencial cliente esteja na lista acima referida, o processo de concessão de crédito é paralisado.

Caso a consulta ao Visual Compliance não apresente problemas, o cliente é submetido ao sistema restritivo de créditos da SERASA, com o intuito de verificar possíveis negativas do referido cliente na SERASA. Essa análise de crédito é realizada anualmente para cada cliente. Caso o cliente esteja negativado, análises mais detalhadas são efetuadas. Após essa etapa, se ainda assim o cliente não for aprovado, o mesmo tem a opção de apresentar garantias adicionais que o habilitam a receber crédito da Motorola Industrial.

Em seguida, a área de crédito registra a análise do cliente nos sistemas próprios do departamento com base na documentação recebida, realizando análises financeiras com o intuito de estabelecimento dos limites de crédito, os quais são revisados anualmente. É, então, elaborado um relatório com informações do cliente, o SBCL (*Special Buyer Credit Limit*). Neste relatório são transcritos os detalhamentos do cliente referentes ao mercado em que atua e outras informações tais como:



- Subsidiárias no exterior;
- Análise dos balanços;
- Demonstrações financeiras;
- *Rating* informado pelo SERASA;
- Descritivo dos competidores;
- Histórico do limite do cliente; e
- Limite anual.

Com base no relatório acima referido é indicado limite de crédito para o cliente. A área de crédito deve então submeter as informações geradas no processo acima referido à aprovação interna, conforme hierarquia de aprovações de cada divisão de negócios da Motorola Industrial.

No processo de aprovação de crédito acima referido verifica-se se o limite de crédito sugerido para o cliente é superior ao DCL (*Discretionary Credit Limit*).

Se o limite for inferior ao DCL, o crédito é aprovado e o fluxo continua. Nos casos em que o limite é superior ao DCL, o SBCL é enviado para a seguradora aprovar a cobertura de seguro para o montante estabelecido. Caso o valor da cobertura para determinado cliente, ao ser submetido à seguradora, não permita a cobertura de risco para aquele crédito, a Motorola Industrial poderá mesmo assim conceder tal crédito em tal limite, mesmo que sem seguro, desde que mediante a aprovação do *controller*.

No caso do crédito do cliente ser aprovado, a área de crédito comunica à área comercial a liberação do cliente e, se o cliente não estiver no sistema Oracle, o cadastro do mesmo é efetuado. Em seguida, as análises são arquivadas nas pastas dos clientes.

### **Responsabilidades**

#### ***Departamento de Vendas***

- Fornecer à área de crédito todos os documentos e informações do processo de análise de crédito de clientes.

#### ***Área de Crédito***

- Verificar o Visual Compliance antes do início da análise de crédito de novos clientes;

- Realizar a análise de crédito dos clientes nos casos de clientes novos ou modificação da linha de crédito e formalizá-la nos sistemas próprios;
- Garantir que os clientes tenham seus créditos revistos pelo menos uma vez ao ano;
- Submeter as análises de crédito à aprovação, conforme hierarquia de aprovações internas da Motorola Industrial e para aprovação da seguradora;
- Arquivar fisicamente a documentação nas pastas de clientes.

*IT – “Information Technology”*

- Garantir a disponibilidade do sistema Oracle para permitir que os departamentos correlatos efetuem as transações necessárias ao processo de análise de crédito;
- Garantir que o módulo do Oracle e os sistemas ligados sejam restritos apenas às pessoas autorizadas dos departamentos.

Anexo III do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial

**Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco**

TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO

[\*]

NOME/RAZÃO SOCIAL DO COTISTA							CNPJ / CPF	
N	º	Nº	Nº	CONTA	Nº	CONTA	DATA	VALOR

1 – Estou(amos) ciente(s) de que:

1.1 – O objetivo do **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial** (o “Fundo”), administrado pela Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (o “Administrador”), é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento de composição e de diversificação da carteira definida no regulamento do Fundo (o “Regulamento”), a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo, em caráter definitivo, de Direitos de Crédito e ativos financeiros.

**O objetivo do Fundo, bem como o parâmetro de rentabilidade, procedimentos de constituição de reserva de amortizações e resgates e quaisquer outras disposições estabelecidas no Regulamento não constituem, sob qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte do Administrador ou da Cedente, consistindo apenas um objetivo a ser perseguido pela mesma.**

Os investidores devem ler o Prospecto, especialmente a Seção *Fatores de Risco*. É recomendada a leitura cuidadosa tanto do Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições do Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito.

O Administrador realizará Amortizações e Resgate, conforme previsto no Capítulo Doze do Regulamento.

1.2 – Os principais riscos associados ao investimento, previstos no Capítulo Vinte e Um do Regulamento do Fundo, dentre outros, são:

- Risco de Mercado

- Riscos Provenientes do uso de derivativos
- Riscos Operacionais
- Risco de Descontinuidade
- Risco da Concentração da Carteira
- Risco do Agente de Recebimento
- Risco da Motorola Industrial

### 1.3 – Quanto aos riscos associados aos Direitos de Crédito, destacam-se:

- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez

1.4 – O Administrador terá a responsabilidade de selecionar os ativos para composição a da carteira do Fundo em pleno acordo com o Regulamento do Fundo. Apesar disso e não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita em seu Regulamento, o Administrador não se responsabilizará por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste instrumento. O Quotista, portanto, se expõe ao risco de perda do capital investido, existindo ainda a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

### 1.5 – A taxa de administração praticada no Fundo compreende o percentual:

- (i) no período de 3 (três) meses contados da Primeira Data de Emissão, o maior dos seguintes valores: (i) 0,04% (quatro centésimos por cento) ao ano do patrimônio líquido do Fundo ou (ii) R\$10.000,00 (dez mil reais), valor este a ser corrigido pelo IGP-M a partir da Primeira Data de Emissão; e
- (ii) após o período referido no item anterior, o maior dos seguintes valores: (i) 0,08% (oito centésimos por cento) ao ano do patrimônio líquido do Fundo ou (ii) R\$20.000,00 (vinte mil reais), valor este a ser corrigido pelo IGP-M a partir da Primeira Data de Emissão.

A taxa de administração total no período de 12 (doze) meses contados da Primeira Data de Emissão não poderá ser superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). A Taxa de Administração será calculada diariamente e paga no 5º (quinto) dia útil de cada mês seguinte da apuração.

### 1.6 – O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal Gazeta Mercantil.

1.7 – Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no glossário do Regulamento.

1.8 – Declaro(amos) ter recebido, lido e entendido o Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial e ter tomado ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos e de todos os demais termos e condições relativos ao Fundo. Declaro(amos) ter aderido ao inteiro teor do Regulamento, sobre o qual não tenho(mos) qualquer dúvida.

---

Assinatura do Quotista(s)

---

Visto e carimbo do gerente funcional

Anexo IV do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial

**Modelo de Aviso de Desenquadramento**

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Administrador”), na qualidade de Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial (“Fundo”), vem, por meio deste, notificar à Motorola Industrial Ltda. (“Motorola Industrial”), na qualidade de cedente de Direitos de Crédito Elegíveis Motorola (conforme definido no regulamento do Fundo), nos termos do “Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Motorola”), celebrado em 10 de outubro de 2005 entre o Fundo e a Motorola Industrial, com interveniência do Banco Bradesco S.A. (“Custodiante”), a ocorrência do desenquadramento da Razão de Garantia do Fundo em [●].

Solicitamos indicar em até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento deste Aviso de Desenquadramento, com cópia ao Custodiante, qual dos procedimentos abaixo deverá ser adotado pelo Administrador:

Procedimentos:

- (i) Proceder à emissão de Novas Quotas Subordinadas para integralização pela Motorola Industrial, com pagamento à vista e em moeda corrente nacional no prazo máximo de (a) 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento deste Aviso de Desenquadramento, ou (b) 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento deste Aviso de Desenquadramento.
- (ii) Proceder a resilição do Contrato de Cessão Motorola dentro de no máximo 5 (cinco) dias úteis.

Para o reenquadramento da Razão de Garantia por meio do procedimento (i) acima, será necessária a integralização de um número inteiro de Quotas Subordinadas, no valor estimado de [●]. Ressaltamos que este valor estimado refere-se ao valor da Quota Subordinada de abertura do dia [●], e o valor exato a ser integralizado será comunicado a V.Sas. na data da respectiva integralização.

Atenciosamente,

BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

**Procedimento de Cobrança Aplicável aos  
Direitos de Crédito Inadimplentes e Passíveis de Cobrança**

A partir do 1º dia de atraso é iniciado esforço de cobrança amigável de Direitos de Crédito Elegíveis Inadimplentes e Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança. Este procedimento visa entender o motivo da inadimplência através de “follow-up” (contato via e-mail, telefonema, carta, etc).

Caso o Cliente não concorde com a cobrança amigável acima referida, a inadimplência é comunicada ao departamento de vendas da Motorola Industrial, que deve negociar com o Cliente a liquidação do saldo devido. O registro dessa etapa é efetuado no histórico de cobrança daquele Cliente.

No 17º dia após o vencimento da fatura, a Motorola Industrial realiza o registro do Cliente inadimplente no sistema da SERASA.

A partir do 30º dia, caso o Cliente não tenha efetuado o pagamento do Direito de Crédito Elegível Inadimplente ou Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança e um acordo não tenha sido estabelecido, o mesmo é taxado em “Hold Ship”, ou seja, é realizada a suspensão de vendas a esse Cliente. Caso o Cliente concorde em pagar o montante devido, ele se manterá em “Hold Ship” até a quitação do Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança.

No caso de persistência do não recebimento do Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança em até 47 (quarenta e sete) dias, contado da data de vencimento, a área de cobrança inicia o processo de protesto do Direito de Crédito Inadimplente Passível de Cobrança. Dessa forma, o prazo de início da cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança será de no máximo 47 (quarenta e sete) dias, contado da data de vencimento.

Uma vez frustrada a cobrança extrajudicial e esgotados todos os procedimentos definidos acima, a Motorola Industrial deve tomar as providências necessárias para iniciar as medidas judiciais cabíveis para a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplentes Passíveis de Cobrança, sempre levando em consideração o valor de recuperação dos créditos e os custos associados com as respectivas medidas.

**A área de cobrança faz a aplicação manual dos recebimentos em atraso, nos casos em que o cliente, em vez de efetuar o pagamento dos títulos em atraso no Banco de cobrança, efetua o depósito em conta corrente da Motorola Industrial, ou faz a aplicação automática no caso de recebimento dos títulos em atraso via Banco.**



Anexo VI do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial

*Lista de Clientes do Setor de Telefonia Móvel*

<b>Grupo</b>	<b>Clientes Operadoras de Serviço de Telefonia Móvel, devedores de Direitos de Crédito Elegíveis</b>	<b>Radical de CNPJ</b>	<b>Percentuais Máximos do Patrimônio Líquido do Fundo</b>
VIVO	CELULAR CRT S.A. GLOBAL TELECOM S.A. NORTE BRASIL TELECOM S.A. TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPACOES S.A TELEACRE CELULAR S.A. TELEBAHIA CELULAR S.A. TELEGOIAS CELULAR S.A. TELEMAT CELULAR S.A. TELEMS CELULAR S.A. TELERGIPE CELULAR S.A. TELERJ CELULAR S.A. TELERON CELULAR S.A. TELESP CELULAR S.A. TELEST CELULAR S/A.	02603554 02449992 02260778 02558132 02332982 02331879 02341506 02340817 02331492 02349167 02330506 02337949 02319126 02325945	30%
CLARO	ALECAN TELECOMUNICACOES LTDA. AMERICEL S.A. ATL - TELECOM LESTE S.A. BCP S.A. BSE S.A. STEMAR TELECOMUNICACOES LTDA. TELET S.A. TESS S.A.	05341940 01685903 02445817 40432544 68704923 05341951 01655694 02093211	50%
TIM	MAXITEL S.A. TIM CELULAR S.A. TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S.A. TIM SUL S.A.	01009686 04206050 02336993 02332397	50%
	BRASIL TELECOM CELULAR S.A.	05423963	30%

BRASIL  
TELECO

TELEMAR	TNL PCS S.A.	04164616	30%
OUTROS EM CONJUNTO	AMAZONIA CELULAR S.A. - AMAZONAS AMAZONIA CELULAR S.A. – AMAPÁ AMAZONIA CELULAR S.A. AMAZONIA CELULAR S.A. – RORAIMA	02322103 02333355 02340278 02369651	2%
OUTROS INDIVIDUAIS	TELEMIG CELULAR S.A.	02320739	2%
	SERCOMTEL CELULAR S.A.	02494988	2%
	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	66970229	2%
	CTBC CELULAR S.A.	05835916	2%

Anexo VII do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial

**Lista de Clientes do Setor Varejista**

<b>Clientes do Setor Varejista, devedores de Direitos de Crédito Elegíveis</b>	<b>Radical de CNPJ</b>	<b>Percentuais Máximos do Patrimônio Líquido do Fundo</b>
CASA BAHIA COMERCIAL LTDA.	059291534	7%
B2W	000776574	2%
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A.	061099834	2%
C&A MODAS LTDA.	045242914	2%
CYBELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.	072456809	2%
FAST SHOP COMERCIAL LTDA.	043708379	2%
GLOBEX UTILIDADES S.A.	033041260	2%
LOJAS CEM S.A.	056642960	2%
LOJAS COLOMBO S.A. COM. DE UTIL. DOMEST.	089848543	2%
MAGAZINE LUIZA S.A.	047960950	2%
MERCADOMOVEIS LTDA.	077500049	2%
MOBILITA COM. IND. E REPRES.LTDA.	032121766	2%
TMB TELECOM. MOVEIS DO BRASIL LTDA.	001737207	2%
BOMPRECO S.A. SUPERMERCADOS DO NORDESTE	013004510	2%
BOMPRECO BAHIA S.A.	097422620	2%
LOJAS AMERICANAS S.A.	033014556	2%

Anexo IV ao Prospecto

**Modelo da nota fiscal e comprovante de entrega referente às operações de venda**

<b>MOTOROLA</b>		<b>MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA</b> ROD. SP 340, KM 128,7 - BAIRRO TANQUEIRÃO CEP 13520-000 - JAGUARIUNA - ESTADO DE SÃO PAULO FONE: (0XX19) 3847-8000 - FAX: (0XX19) 3847-8111		<b>NOTA FISCAL - FATURA</b> <input type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA		<b>Nº</b> 074.783 SÉRIE 3	
NATUREZA DA OPERAÇÃO _____ CFOP _____		INSC. EST. DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO _____		CNPJ <b>01.472.720/0001-12</b> INSCRIÇÃO ESTADUAL <b>399.022.296.116</b>		2ª VIA ARQUIVO FISCAL	
DESTINATÁRIO/REMITENTE NOME / RAZÃO SOCIAL _____		ENDEREÇO _____		DATA DA EMISSÃO _____ DATA SAÍDA / ENTRADA _____		DATA LIMITE PARA EMISSÃO DD / MM / AA	
SUBSIDIÁRIO E A ENDEREÇO _____		BAIRRO / DISTRITO _____		CEP _____		DATA DA EMISSÃO _____ DATA SAÍDA / ENTRADA _____	
ENDEREÇO DO CLIENTE RUA PADRE LUIS ALVES DE SIQUEIRA SÃO PAULO		FONE / FAX _____		UF _____		INSCRIÇÃO ESTADUAL _____	
Fatura DUPLICATA Nº _____ VALOR _____ VENCIMENTO _____		DUPLICATA Nº _____ VALOR _____ VENCIMENTO _____		PEDIDO Nº _____		317025 TIM - N.º NF LESADO 53334	
ENDEREÇO COBRANÇA _____		PRIMEIRO PAGAMENTO _____		7135		7135	
RUA PADRE LUIS ALVES DE SIQUEIRA SÃO PAULO		SÃO PAULO		SÃO PAULO		SÃO PAULO	
DADOS DO PRODUTO CÓD. PRODUTO _____		DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS _____		CLASSIFICAÇÃO FISCAL _____		VALOR TOTAL _____	
84104LYESA		V185, MARCA MOTOROLA, CONJUNTO TELEFONE CELULAR COMPOSTO DE: MANUAL, BATERIA E FONTE		85252022 006 UN		15	
PRESTACÃO DE SERVIÇOS NAT. DA OPERAÇÃO _____		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE _____		VAL. UNIT. _____ VALOR TOTAL _____		PIS/COFINS DO EMITENTE _____ PIS/COFINS DO DESTINATÁRIO _____	
Cálculo do imposto BASE CÁLCULO DO ICMS _____		VALOR DO ICMS _____		BASE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO _____		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO _____	
VALOR DO FRETE _____		VALOR DO SEGURO _____		OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS _____		VALOR TOTAL DO IPI _____	
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS RAZÃO SOCIAL _____		FRETE POR CONTA _____		PLACA DO VEÍCULO _____		CNPJ / CPF _____	
TRANSPORTADORA RODO IMPORT LTDA		1 - DESTINATÁRIO _____		2 - DESTINATÁRIO _____		INSCRIÇÃO ESTADUAL _____	
QUANTIDADE _____		MARCA _____		VALOR BRUTO _____		VALOR LÍQUIDO _____	
DADOS ADICIONAIS PD 317025 11 Lotaci236037 11 _____ PROD. DE INFORMÁTICA - PORT. INTERNIN. MCT/MCIC/HF N. 838/01 - REDUÇÃO DO IPI EM 90% CONF. INCISO IV, ART. 4., LEI 8.248/91 E ART. 1., LEI 11.077/04 ICMs COM ALÍQUOTA DE 75 NOS TERMO DO INCISO III DO ARTIGO 53 DO RICMS/2000		RESERVADO AO FISCO		085600		NÚMERO DE CONTROLE DO FOMULÁRIO	
RECEBIMENTO DE MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA., OS PRODUTOS / SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL FATURA SÉRIE 3 INDICADA AO LADO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR _____		DATA DO RECEBIMENTO _____		NOTA FISCAL - FATURA SÉRIE 3	

Anexo V ao Prospecto

**Relatório da Agência Classificadora de Risco das Quotas Sênior**

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial**

**Sumário do Emissor**

<b>Analistas</b>	Jayne Bartling Bernardo Costa	55 11 4504-2600 55 11 4504-2600
------------------	----------------------------------	------------------------------------

<b>Tipo de Ativo(s)</b>	Recebíveis Comerciais
<b>Data de Início de Distribuição</b>	11 Out 2005
<b>País</b>	Brasil

**Emissão/Classe/Rating**

	Rating	Data	Ação	Valor Nominal	Montante Inicial	Moeda	ISIN
<b>Cotas Seniores</b>	AA-(bra)	16/6/2006	Afirmação	1.000,00	538.000.000	BRL	BRFMOTCTF003
<b>Cotas Subordinadas</b>				1.000,00	16.600.000	BRL	BRFMOTCTF011

\* Rating Preliminar

	Positiva	Negativa	Indefinida	Estável
<b>PERSPECTIVA</b>	⬆	⬇	⬇	⬆
<b>OBSERVAÇÃO</b>	▲	▼	◆	-

**Monitoramento**

Últimas informações em: **30 Jun 2006**

**Composição dos Ativos**

	Direitos Creditórios (Valor Presente)	Outros Ativos	Total de Direitos Creditórios (% do PL)	Cota Sênior (% do PL)	Cota Subordinada (% do PL)
30 Jun 2006	198.008.689	358.622.530	35,19%	96,08%	3,92%

**Performance dos Direitos Creditórios**

	Gatilho 1	Gatilho 2	Gatilho 3	Gatilho 4	Gatilho 5
30 Jun 2006	Ok	Ok	Ok	Ok	Não

**Gatilho 1:** Direitos Creditórios Elegíveis de cada grupo dos Setores Telefonia Móvel e Varejista não representarem percentual superior aos indicados no Anexo VI do regulamento.

**Gatilho 2:** Direitos Creditórios Elegíveis do Setor Varejista não representarem mais de 10% do PL do fundo. (Este limite passa a ser de 7% a partir de 2 de junho de 2006)

**Gatilho 3:** Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplentes por prazo igual ou superior a 35 dias representarem 50% ou mais das Cotas Subordinadas.

**Gatilho 4:** Razão de Garantia no máximo 97%.

**Gatilho 5:** Parcela do PL não alocada em direitos creditórios não poderá ser superior a 10%. (Este limite passa a ser de 20% a partir de 2 de junho de 2006)

**Composição dos Ativos**

	Direitos Creditórios (Valor Presente)	Outros Ativos	Total de Direitos Creditórios (% do PL)	Cota Sênior (% do PL)	Cota Subordinada (% do PL)
30 Nov 2005	3.913.988	556.815.022	0,70%	96,99%	3,01%
30 Dez 2005	13.700.696	555.738.601	2,41%	96,98%	3,02%
31 Jan 2006	15.376.558	563.027.601	2,66%	96,92%	3,08%
24 Feb 2006	21.895.236	563.529.868	3,74%	96,91%	3,09%
31 Mar 2006	-	583.192.189	0,00%	96,90%	3,10%
28 Abr 2006	224.138.972	365.705.492	38,00%	96,90%	3,10%
31 Mai 2006	371.998.554	182.743.253	67,06%	96,23%	3,77%
30 Jun 2006	198.008.689	358.622.530	35,19%	96,08%	3,92%

#### Performance dos Direitos Creditórios

	Atrasos até 16 dias	Atrasos com mais 35 dias	Direitos Creditórios - Telefonia Móvel (% do PL)	Direitos creditórios - Varejo (% do PL)	
30 Nov 2005	0,00%	0,00%	0,00%	0,70%	-
30 Dez 2005	0,20%	0,00%	1,30%	1,20%	-
31 Jan 2006	4,80%	0,00%	2,40%	0,20%	-
24 Feb 2006	0,00%	0,00%	3,50%	0,20%	-
31 Mar 2006	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
28 Abr 2006	0,00%	0,00%	37,60%	0,40%	-
31 Mai 2006	0,00%	0,00%	65,80%	1,20%	-
30 Jun 2006	0,00%	0,00%	34,80%	0,30%	-

	Gatilho 1	Gatilho 2	Gatilho 3	Gatilho 4	Gatilho 5
30 Nov 2005	Ok	Ok	Ok	Ok	Não
30 Dez 2005	Ok	Ok	Ok	Ok	Não
31 Jan 2006	Ok	Ok	Ok	Ok	Não
24 Feb 2006	Ok	Ok	Ok	Ok	Não
31 Mar 2006	Ok	Ok	Ok	Ok	Não
28 Abr 2006	Não	Ok	Ok	Ok	Não
31 Mai 2006	Não	Ok	Ok	Ok	Não
30 Jun 2006	Ok	Ok	Ok	Ok	Não

**Gatilho 1:** Direitos Creditórios Elegíveis de cada grupo dos Setores Telefonia Móvel e Varejista não representarem percentual superior aos indicados no Anexo VI do regulamento.

**Gatilho 2:** Direitos Creditórios Elegíveis do Setor Varejista não representarem mais de 10% do PL do fundo. (Este limite passa a ser de 7% a partir de 2 de junho de 2006)

**Gatilho 3:** Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplentes por prazo igual ou superior a 35 dias representarem 50% ou mais das Cotas Subordinadas.

**Gatilho 4:** Razão de Garantia no máximo 97%.

**Gatilho 5:** Parcela do PL não alocada em direitos creditórios não poderá ser superior a 10%. (Este limite passa a ser de 20% a partir de 2 de junho de 2006)

#### Histórico das Classes

##### Cotas Seniores

	Montante Inicial	Rendimento do Período	Amortização
30 Nov 2005	538.000.000	5.840.303	-
30 Dez 2005	543.840.303	8.419.740	-
31 Jan 2006	552.260.043	8.319.050	-
24 Feb 2006	567.313.308	6.734.215	-
31 Mar 2006	565.110.555	8.342.103	-
28 Abr 2006	571.534.069	6.423.514	-
31 Mai 2006	533.841.358	7.236.412	(44.929.123)
30 Jun 2006	540.601.035	6.759.678	-

##### Cotas Subordinadas

	Montante Inicial	Rendimento do Período	Amortização
30 Nov 2005	16.888.707	(250.000)	250.000
30 Dez 2005	17.179.254	290.547	-
31 Jan 2006	17.825.065	645.811	-
24 Feb 2006	18.116.878	291.812	-
31 Mar 2006	18.081.628	(35.249)	-
28 Abr 2006	18.310.396	228.767	-
31 Mai 2006	20.900.449	2.590.053	-
30 Jun 2006	22.030.183	1.129.735	-



**Reforço Inicial de Crédito**

Informação Inicial			
Montante Inicial	538.000.000	Índice de Referência	CDI
Carência (meses)	36	Rendimento esperado	107% CDI
Prazo Total (meses)	36	Taxa	Pós-fixada
Vencimento Final	25 Out 2008		
Moeda	BRL		
Sobrecolateralização Inicial	3,00%		

**Partes da Transação**

		Rating de Curto Prazo	Rating de Longo Prazo
Emissor	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola Industrial	n/a	AA- (bra)
Originador	Motorola Industrial Ltda.	n/a	n/a
Custodiante	Banco Bradesco S.A.	F1+ (bra)	AA+ (bra) 
Agente Cobrador	Banco Bradesco S.A.	F1+ (bra)	AA+ (bra) 
Gestor	BEM DTVM Ltda.	n/a	n/a
Agente Fiduciário			
Contrapartida do Swap			

**Perfil da Transação:** Esta transação consiste da securitização de direitos creditórios de recebíveis comerciais existentes e performados provenientes das vendas de produtos da linha Mobile Device Business (MDB) da Motorola Industrial Ltda. (Motorola Industrial) a empresas operadoras de telefonia celular e empresas varejistas. A Fitch atribuiu o Rating Nacional de Longo Prazo AA-(bra) à primeira série de cotas seniores a ser emitida pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Motorola (FIDC Motorola Industrial). O fundo é de condomínio fechado com prazo de duração de seis anos. Esta primeira série de cotas seniores será amortizada em uma única parcela quando do vencimento final. Após o resgate integral do principal investido em cotas seniores, acrescido do rendimento esperado de 105,4% do CDI, o fundo irá efetuar o resgate das cotas subordinadas remanescentes. Estas foram integralizadas pelo Motorola, visando proteger o investidor de eventuais ocorrências de inadimplência por parte dos sacados do fundo. Além disso, o fundo conta com uma margem excedente inicial de 7,18% visando estabelecer um maior reforço de crédito. Por não haver grande diversificação na carteira de clientes, os limites máximos de concentração por sacado ou grupo econômico de sacados serão observados tendo cada qual sua concentração máxima preestabelecida. Ainda, a Motorola Industrial será responsável por realizar a cobrança dos direitos creditórios em atraso sendo que o prazo máximo de cobrança extrajudicial é de 47 dias contados da data de vencimento.